

Elisabeth Aparecida Trevisan

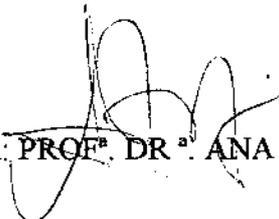
*Este exemplar corresponde à versão final da
Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências
Médicas da UNICAMP, para obtenção do Título de Mestre
em Saúde Coletiva.*

Campinas, 10 de Dezembro de 1998.

Prof.ª Dra. Ana Maria Canesqui
Orientadora

O TRABALHO PESADO DOS CARREGADORES

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
graduação em Saúde Coletiva, área de
concentração Ciências Sociais do
Departamento de Medicina Preventiva e
Social da Faculdade de Ciências Médicas,
para a obtenção do grau de Mestre.


ORIENTADORA: PROF.ª DR.ª ANA MARIA CANESQUI

CAMPINAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
1998

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TCMBO BC/	39.861
PROC.	27.81,00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	28.811,00
DATA	11/01/00
N.º CPO	

CM-001359B6-8

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
UNICAMP

T729t Trevisan, Elisabeth Aparecida
O trabalho pesado dos carregadores / Elisabeth Aparecida
Trevisan. Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Ana Maria Canesqui
Tese (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
de Ciências Médicas.

1. Trabalhadores autônomos. 2. Setor informal (Economia). 3.
Saúde e Trabalho. 4. Senso comum. I. Ana Maria Canesqui. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas.
III. Título.

Banca examinadora da Dissertação de Mestrado

Orientador: Profa. Dra. ANA MARIA CANESQUI

Membros:

1.

2.

3.

Curso de pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Data: 10/12/1998

AGRADECIMENTOS

A Ana Maria Canesqui pelo estímulo à pesquisa e pela disposição com que orientou esse trabalho. O convívio com esta mestra certamente fez aumentar o respeito e a admiração.

Gostaria de expressar minha gratidão àqueles que durante os anos do Curso de Pós-Graduação compartilharam as alegrias e as angústias próprias desta etapa: aos professores do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas, ao Prof^o. Dr. Everardo Duarte Nunes pela amizade e pelas aulas-extras na hora do café, ao Prof^o. Dr. Heleno Corrêa Filho pela prontidão, aos funcionários deste departamento que, de diferentes maneiras, colaboraram para a concretização desse trabalho, a Leoci pelo apoio, a Zezé pela cooperação, a Fabiola pela ajuda no tratamento e organização dos dados, a Robênia pela revisão, ao Nelson pela amizade, a “Turma” de Mestrado pelo companheirismo e pela oportunidade de compartilhar os momentos de reflexão sobre os diferentes temas durante o curso, os quais, certamente, enriqueceram essa pesquisa.

Agradeço à Administração da Ceasa por me permitir o livre acesso ao local da pesquisa, em especial ao Sr. Laurismaradno (Madi), a Sra. Ivone e ao Sr. Cristovão. Também agradeço às agentes de saúde Clara e Vera, funcionárias do Posto de Saúde Ceasa, por me facilitar os contatos com aquela Administração.

A David João Canova por ter criado possibilidades que facilitaram esse estudo.

Minha gratidão aos informantes que participaram desse estudo pela confiança, presteza e disposição em falar sobre suas vidas no trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito desse trabalho. Especialmente ao meu esposo Luiz e aos meus filhos, Pedro e João Ricardo, pela paciência com que suportaram minha ansiedade e minha ausência. O afeto de todos certamente tornou menos árdua a tarefa.

Esse trabalho contou com bolsa de estudos concedida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela qual sou grata.

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
RESUMO	<i>i</i>
INTRODUÇÃO	01
1. Objetivos	06
2. O Objeto do Estudo e Enfoques Teóricos	07
2.1 O Senso Comum	13
3. Métodos e Técnica de Pesquisa	21
3.1. O Trabalho de Campo	23
3.2. Análise dos Dados	28
CAPÍTULO I – Os Diferentes Comerciantes e Trabalhadores na CEASA	
1. Características da CEASA: Estrutura e Estabelecimentos Comerciais	30
2. Categorias de Trabalho na Carga e Descarga de Mercadorias	37
3. Os trabalhadores da Carga e Descarga de Mercadorias	43
3.1. Os Trabalhadores Assalariados	44
3.2. Os Trabalhadores Autônomos	46
4. O processo de Trabalho e sua Organização	53
CAPÍTULO II – Concepções e Vivências do Trabalho e do Processo de Trabalho	
1. Concepções dos Carregadores Autônomos sobre o Trabalho	61
2. Concepções dos Carregadores Autônomos sobre o Processo de Trabalho	67
3. Concepções dos Carregadores Assalariados sobre o Trabalho	83
4. Concepções dos Carregadores Assalariados sobre o Processo de Trabalho	84
CAPÍTULO III -. Representações de Trabalho, Saúde e Doença	
1. Concepções de Saúde e Doença	98
2. Concepções das Causalidades das Doenças	105
3. Concepções de Trabalho e Saúde-Doença	109
4. Concepções de Prevenção e Manutenção da Saúde	115
5. Concepções e Usos dos Serviços	119
CONCLUSÃO	125
SUMMARY	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
Anexos	135

LISTA DE QUADRO, FIGURA E TABELAS

	Pg.
QUADRO 1: Trabalhadores segundo o local de atuação.	32
FIGURA 1: Organograma – CEASA/Campinas.	34
TABELA 1: Procedência dos trabalhadores da CEASA, segundo regiões e estados do país. ...	47
TABELA 2: Município de residência dos trabalhadores da CEASA.	48
TABELA 3: Distribuição dos trabalhadores da CEASA, segundo faixa etária.	48
TABELA 4: Distribuição dos trabalhadores da CEASA, segundo o tempo de atividade na carga e descarga de mercadorias.	48

Resumo

Essa dissertação tem como tema central a análise do processo concreto de trabalho de um segmento específico de trabalhadores, bem como as representações sociais sobre o processo de trabalho, corpo, saúde e doença.

O estudo elegeu uma empresa de economia mista de Campinas, SP, destinada à intermediação de produtos hortifrutigranjeiros, privilegiando as categorias de trabalhadores (autônomos e assalariados) que atuam na carga e descarga desses produtos. Os trabalhadores estão submetidos ao trabalho manual, desgastante, exigindo, por sua natureza, intenso uso corporal sob condições instrumentais e ambientais bastante precárias.

Caracteriza-se por um estudo de caso de natureza qualitativa e exploratória e em sua análise se valeu de referenciais sociológicos e antropológicos.

INTRODUÇÃO

A saúde, como objeto de estudo, possibilita a análise de múltiplas dimensões incluindo as de fenômenos não redutíveis exclusivamente ao biológico. A “complexidade dos fenômenos da saúde”, segundo Ferreira, M.A. (1995:48), pode ser investigada através da interdisciplinaridade, o que possibilita problematizar objetivamente situações que requerem observações diferenciadas no propósito de promover a saúde. A presença das ciências sociais no campo da saúde, segundo este autor, enriquece a pesquisa e a análise da prática cotidiana através de seu trabalho crítico e reflexivo sobre a diversidade de temas neste campo.

Ao resgatar o desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina, Nunes (1985) ressalta a sua contribuição significativa às questões de saúde, *emprestando* teorias e métodos que auxiliam na análise e pesquisa das diversidades existentes nos meios sociais, colaborando para as práticas médicas no processo saúde-doença.

Ao analisar a produção acadêmica da Antropologia, Canesqui (1998) aponta a sua contribuição no tocante ao tema saúde e doença na década de 80. O interesse desta área de conhecimento na análise do fenômeno saúde-doença, tem como resultado estudos valorosos que “fugindo à visão naturalizada, dominante no modelo médico biologicista e mecanicista” (op. cit.:14), refletem sobre os diferentes saberes e práticas de cura presentes nos distintos segmentos sociais. Embora a Antropologia nos últimos anos tenha apontado os novos saberes e práticas que se mesclam, recriam ou se impõem em nossa sociedade, a autora admite que a pesquisa neste campo tem à frente muitos desafios, tanto pelas multiplicidades como pelas novas modalidades de práticas.

Da mesma forma, outros autores enfatizam a significativa e positiva colaboração dos cientistas sociais na área da saúde, que, cada vez mais se preocupam em “compreender a complexidade das relações sociais que criam, alimentam, reproduzem e transformam as estruturas, a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos nessas relações” (Minayo, 1996a:254).

Essa dissertação, de cunho sócio-antropológico, teve por finalidade pesquisar o processo de trabalho de um segmento de trabalhadores, privilegiando analisar as representações sociais sobre o seu trabalho, corpo, saúde e doença.

Há uma vasta literatura sobre a análise dos agravos à saúde dos trabalhadores inseridos no setor industrial, seja privilegiando a análise de riscos ocupacionais, seja também analisando os processos e a organização do trabalho. O debate atual, como afirma Leite (1994:25), concentra-se, principalmente, nos impactos que as novas tecnologias, bem como as novas formas de organização do processo de trabalho que as tem acompanhado, vêm causando sobre o trabalho. A discussão é ampla e ela tem levantado questões ligadas às condições de trabalho, emprego, salário e qualificação.

Segundo a autora acima mencionada o processo de trabalho não pode ser considerado somente a partir da determinação tecnológica, mas, também dos aspectos sociais. Ela reafirma seu ponto de vista através da referência à Pignon e Querzola¹, os quais consideram que a ordem tecnológica, que comanda a organização da produção, opera em condições econômicas, sociais e culturais determinadas.

Dentre os fundamentais trabalhos de Laurell (1989) em que são discutidas as tendências mais relevantes da produção científico-social na América Latina referentes à saúde

¹ Pignon e Querzola. “Ditadura e Democracia na Produção”. In: Gorz, A. (org.) *Crítica da Divisão do Trabalho*. S.P.: Martins Fontes, 1980. P.126.

do trabalhador, um deles aponta que usar o processo de trabalho como categoria analítica permite dar conta das formas sociais específicas sob as quais ocorre a relação entre o homem e a natureza, sendo que sua conformação concreta é essencial para a compreensão dos determinantes da saúde do trabalhador.

No caso deste estudo, trata-se de focar o processo de trabalho predominantemente manual oriundo de trabalhadores inscritos no setor terciário, não se inserindo, portanto, diretamente no setor produtor de mercadorias, e sim no de distribuição de alimentos hortifrutigranjeiros.

O setor terciário, de acordo com Oliveira (1989:139), deve ser pensado segundo suas relações com o processo de acumulação de capital em condições históricas concretas, que explica a separação entre produtos e meios de produção e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma nova relação de produção.

Analisando as teorias da divisão social do trabalho concebidas pelos clássicos, Oliveira define o setor terciário como aquele correspondente a uma “classe de trabalho ou de divisão social que já tem tão remotas ligações com a natureza, que seus produtos ou o resultado da aplicação da força de trabalho resulta em produtos imateriais, sem corporeidade” (op. cit.:139). Engloba, portanto, as atividades que estão nas esferas da circulação, da distribuição e do consumo. Concluindo, esse autor afirma que “o terciário é o setor dos serviços, uma classe de produção incorpórea, e nele se concentram todas as atividades não produtivas strictu-sensu; isto não quer dizer que boa parte dos serviços não seja produtivo” (op. cit.:144).

As atividades desse setor, como salienta Kon (1992:17), apresentam como característica básica a simultaneidade entre fornecimento do serviço e consumo, o que faz com que o produto desses serviços não se revista de caráter aparentemente durável. Essa

característica conduz a concepções diferentes sobre o seu caráter produtivo (ou não) as quais evoluíram historicamente na literatura econômica. Kon conclui que “no decorrer da evolução da teoria econômica, os sistemas de valores de cada conjuntura resultaram em transformações nas conotações dadas a essas atividades, que culminaram em duas linhas conceituais principais: a) a marxista, segundo a qual algumas atividades, incluindo grande parte das terciárias, são improdutivas, não pertencendo ao fundo potencialmente disponível para propósitos de desenvolvimento econômico, b) a keynesiana, segundo a qual qualquer atividade que faz jus a uma recompensa monetária é considerada útil e produtiva por definição” (op. cit.:38).

O processo de trabalho no setor analisado tem baixa incorporação tecnológica, prevalecendo o uso intensivo da força muscular, contrariando, portanto as grandes transformações atuais ocorridas nos processos fabris modernos, os quais apresentam alta densidade tecnológica e novos parâmetros nos processos de trabalho e gestão.

A despeito do processo de globalização do atual estágio do capitalismo convive-se no Brasil com formas de realização do capital muito desiguais, conforme afirma Souza (1980) coexistem setores de tecnologia de ponta e setores produtivos tradicionais, cuja rotatividade de mão-de-obra dificulta o avanço nas relações de trabalho.

No Brasil são escassos os estudos referentes ao trabalho de prestação de serviços, especialmente dos segmentos autônomos e assalariados na carga e descarga de mercadorias. Embora seja pouco estudado, esse é um campo que merece atenção, visto que, a “reestruturação mundial do capitalismo que se processou nas últimas décadas” (J. Mattoso, 1994:525) tem como uma das conseqüências a redução no mercado de trabalho secundário e um aumento no setor terciário que será mais pressionado por essa força excedente, agravando o desemprego estrutural vigente historicamente no processo de realização capitalista no Brasil.

Como afirma Gorz (1995:135), o “novo modelo de organização (que permite o máximo de flexibilização na gestão dos efetivos) permite assegurar um mesmo volume de produção, com reduções de 50% no montante de capital e de 40 a 80% no número de trabalhadores”.

E para onde vão esse trabalhadores? Segundo Cacciamali e Pires (1996:30), o mercado de trabalho se ajusta às mudanças políticas e econômicas através da “expansão do assalariamento ilegal” e do “aumento do número de trabalhadores por conta própria, ... em 1994, no Brasil, o primeiro ocupava 24% da força de trabalho e o segundo, 22%”. As autoras afirmam ainda que, “considerando o total da população ocupada não agrícola, os empregados sem carteira de trabalho assinada ... correspondem a 26,1% em 1990 ... e os trabalhadores por conta própria 20,3%”, sendo que na primeira categoria predominam os mais jovens e na segunda os mais velhos.

As tendências atuais mostram que a “remodelação econômica” contribui para um aumento do número de trabalhadores braçais, autônomos, sem registro² que, provavelmente, constitui-se no perfil dos trabalhadores pesquisados neste trabalho. Contudo, na situação dos trabalhadores investigados as características de inserção num mercado de trabalho informal, demandante de baixa qualificação e forma de vinculação precária, não são recentes. Elas vêm sendo moldadas, especificamente, pelo desemprego estrutural vigente em nossa sociedade há longo tempo.

Ao concordar com a perspectiva defendida por alguns estudiosos de que a redução parcial ou absoluta de empregos contribui para a precarização do trabalho, que toma forma de “relações informais ou incompletas de emprego” (Singer, 1996:8), explicita-se a

²Ao analisar as transformações no mundo do trabalho, Antunes (1995:44) aponta, como uma das tendências, a subproletarização do trabalho, tornando-o precário, temporário, terceirizado, vinculado a economia informal, sendo comum aos trabalhadores dessas categorias a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho, regressão dos direitos, etc.

relevância do presente estudo que privilegiou um segmento do setor informal, cujo processo de trabalho se enquadra dentro das características que Antunes (1995) definiu como subproletarização do trabalho. Desta forma, este texto pretende colaborar para a discussão de um processo de trabalho específico que, diante das transformações econômicas e sociais, pode se tornar comum a muitos trabalhadores.

A existência de um programa de intervenção, do qual participam profissionais da saúde ligados à área de Epidemiologia e Saúde Ocupacional do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade Estadual de Campinas, reforça a necessidade de estudos mais específicos sobre a população que trabalha e se utiliza dos serviços de saúde prestados naquele ambulatório. Conhecer a dinâmica relação existente entre o processo de trabalho e o conseqüente desgaste daqueles que o executam e, ainda, as representações que esses trabalhadores possuem da saúde e doença é extremamente importante para a maior efetividade dos programas e a promoção de sua saúde.

1. Objetivos

- Estudar o processo e condições de trabalho e as representações dos trabalhadores sobre as relações trabalho, corpo, saúde e doença.
- Levantar características sócio-econômico-demográficas e de instrução dos trabalhadores.
- Identificar o quadro da morbidade referida e uso de serviços
- Identificar e analisar as representações dos trabalhadores sobre saúde e doença, práticas de manutenção, preservação e recuperação da saúde, da relação saúde-

doença-trabalho, da etiologia da doença e da relação dos trabalhadores com os bens e serviços de saúde e com outras medicinas.

2. O Objeto do Estudo e os Enfoques Teóricos

O processo de trabalho, independente de qualquer estrutura social, foi definido por Marx (1980:205) como sendo a atividade humana operando uma transformação em um objeto, (a qual está) subordinada a um determinado fim, utilizando-se, para isso, de instrumentos adequados. O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, no qual o primeiro, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla sua troca material com a segunda. Os elementos básicos que compõem o processo concreto de trabalho são: o objeto (matéria), os instrumentos (meios de trabalho) e o próprio trabalho (atividade desenvolvida).

Na concepção de Marx, o homem põe em movimento as forças naturais de seu corpo a fim de apropriar-se dos recursos da natureza. Atuando sobre ela e modificando-a, modifica a sua própria natureza. No final do processo de trabalho está materializado o que anteriormente estava idealizado na imaginação do trabalhador; assim, o trabalho não é apenas uma necessidade, mas a libertação do homem em relação à natureza. O trabalho em geral, portanto, implica na relação com a natureza e com os homens entre si, por isso é também uma relação social. É a partir do trabalho, afirma Antunes (1995:121), em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social e sua realização como tal objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência.

A relação homem/natureza se transformou radicalmente com o advento da propriedade privada. Na sociedade capitalista o trabalho se destituiu de dignidade e sob a

relação capitalista de produção a força de trabalho tornou-se propriedade do capital, sendo por ele explorada, tendo em vista a obtenção da mais valia. O objeto produzido pelo trabalho não é mais um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas, tornou-se produtor de mais valor sob determinadas condições. “O trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria ... sendo que ... o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física ... e traz como consequência o ... facto de que o trabalhador se relaciona ao produto do seu trabalho como a um objeto estranho” (Marx, 1983:159).

Antunes em sua reflexão sobre o “Trabalho e Estranhamento” (1995:121-134), baseando-se nos Manuscritos ... afirma que o processo de trabalho se converte em meio de subsistência e o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. O produto do trabalho concreto no modo de produção capitalista é totalmente indiferente ao trabalhador, não há relação alguma entre eles; o que ele desenvolve para se manter, para satisfazer suas necessidades, é abstrato.

Parafraseando Marx, o autor afirma que “ao invés do trabalho como atividade vital, tem-se, na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivação do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre produtores assumem a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas. A dimensão abstrata do trabalho mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Disto resulta o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtores do trabalho. Mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações entre objetos coisificados” (op.cit.:127).

Conforme afirma Laurell (1989:115), a relação histórica entre capital e trabalho, que a princípio baseou-se na extração de mais valia absoluta transformando-se posteriormente para a mais valia relativa³, estabeleceu relações mais organizadas e mais intensivas no trabalho a fim de aumentar os lucros do capital trazendo conseqüências sérias para a saúde do trabalhador, com impactos no perfil de morbi-mortalidade (desgastes psíquicos, acidentes, hipertensão, etc.). As exigências colocadas pelo interesse do capital submetem os trabalhadores a condições indignas, seja pela queda do seu padrão de vida, visto que sua remuneração tem valor inversamente proporcional ao resultado de sua produção, seja pelo aumento do desgaste físico e psíquico para aumentar a produtividade do trabalho.

Na economia capitalista o processo de trabalho é definido pelos autores de tradição marxista como sendo “a materialização do processo de valorização (de produção de mais valia) e divisão do trabalho” (Laurell, op.cit.:105), possuindo, portanto, duplo caráter: o abstrato, como processo de valorização, e o concreto, como processo técnico.

De acordo com Cohn e Marsiglia (1994:71), o trabalho enquanto atividade geradora de presteza, auto-realização, de expressão de valores individuais não provoca danos à saúde de quem o exerce; o que lhe confere periculosidade e insalubridade é a forma pelo qual é organizado. A forma como o capitalismo rege a organização do trabalho traz conseqüências para aqueles que dispõem da força de trabalho: um desgaste, não apenas na faculdade física, mas também do psíquico, como bem lembra Laurell (1989:112).

Cohn e Marsiglia (1994:59) citam Laurell⁴ quando afirmam que o processo de trabalho é, ao mesmo tempo, técnico, social e econômico, sendo os instrumentos de trabalho o

³Segundo Marx (1980:363) mais valia absoluta é a mais valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho e a mais valia relativa é a mais valia que decorre da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente mudança na relação quantitativa entre os dois componentes da jornada de trabalho.

⁴ Laurell, Asa. *El desgaste obrero en México*. México: Editora Era, 1983. p.19.

resultado de determinadas relações de classe e do desenvolvimento científico-tecnológico. Há, certamente, uma especificidade do processo concreto de trabalho focado neste estudo.

Apesar de não fazerem parte do processo produtivo industrial, os trabalhadores enfocados em nosso estudo estão submetidos a um processo de trabalho desgastante dada a natureza do próprio trabalho manual, dependente de poucos instrumentos de trabalho com grande requerimento do uso do corpo, além de se constituir numa atividade desgastante, realizada sob precárias condições, com riscos de acidentes e doenças específicas (dentre elas as relacionadas ao intenso esforço físico muscular)⁵. As atividades laborais em questão são, na maioria, ligadas ao transporte de cargas e descargas (processadas tanto individualmente quanto em equipes). Através do uso da força muscular o trabalho garante a integração daqueles trabalhadores, do ponto de vista social e econômico, ao mundo em que vivem.

Processos de trabalho ainda primitivos revelam como o capitalismo no Brasil se realiza de maneira desigual e combinada, gerando não só desigualdades sociais profundas como, também, do ponto de vista da concentração de capital e tecnologia, combina setores altamente capitalizados que se valem de altas tecnologias e escassa mão-de-obra, com setores que concentram basicamente pouca tecnologia e intenso uso da força de trabalho e de sua força muscular.

A análise do processo de trabalho permite também desenhar a composição social, em que as relações de trabalho traduzem as instâncias técnicas e de poder. Conforme afirma Bava Jr. (1990:30), “as atividades produtivas concretas definem o espaço onde se realizam os diferentes interesses dos grupos em ação, as formas de organização do trabalho

⁵ De acordo com Possas (1989:140-143) os índices de morbidade, causadas pelo alto consumo de energia no trabalho, vêm crescendo muito no Brasil, embora não haja reconhecimento de muitas doenças relacionadas a ele, e também porque estão excluídos destas estatísticas os trabalhadores que não contam com o registro em carteira. Muitos dos riscos gerados pelos processos de trabalho nem ao menos são discutidos e, sequer, responsabilizados pelos danos à saúde do trabalhador, porque eles não apresentam um nexo de causa e efeito.

assim como o seu poder” e dada esta composição se instala, dentro desta estrutura, uma hierarquização na qual se configurará a exploração da força de trabalho.

O trabalho autônomo, que se configura como uma das condições de nossa população, enquadra-se na definição dada por Prandi (1978:25), como uma categoria cujo “desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria, necessitando de baixa ou quase nula capitalização”.

O autor acima, ao discorrer sobre a evolução do trabalho autônomo, afirma que esta categoria, tipicamente urbana, no final do século XIX, constituía-se num componente de uma ideologia de ascensão social que valorizava o trabalho independente. Ainda é possível perceber este significado para muitos trabalhadores autônomos que se envaidecem por não se submeterem ao assalariamento. Ainda que submetidos ao desemprego estrutural vigente no Brasil, na atualidade também a oferta desses trabalhadores aumenta com a recessão econômica, novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, nova organização do trabalho (flexibilização e terceirização⁶), ou com a falta de oportunidade de trabalho na zona rural. Conforme afirma Prandi (op. cit.:34) “sua condição (dos autônomos) não é fruto amadurecido do desenvolvimento capitalista, mas consequência da própria irracionalidade do processo de acumulação capitalista”.

O trabalho autônomo enfocado neste estudo também se combina com o assalariamento. Esse trabalho assalariado pertence ao setor terciário, não implicando, portanto, na participação direta no setor de produção de mercadorias. Prandi (op. cit.:32) demonstra que,

⁶Os economistas costumam caracterizar a **flexibilização** como incentivo da produtividade através da participação nos lucros e na propriedade pelas vendas de ações, e reciclagem contínua da capacitação técnica; e **terceirização** como partes da produção sendo realizadas por empresas menores ou trabalhadores independentes que operam na economia informal ou em seus domicílios.

tanto os assalariados, quanto os autônomos de baixa qualificação, “ficam circunscritos num mesmo espaço de pobreza”. Trabalhar por conta própria é a alternativa encontrada por muitos trabalhadores que, seja pela baixa qualificação, pela idade ou ainda por condições limitadoras do mercado de trabalho (baixos salários, pouca oferta), não conseguem a inserção no trabalho formal.

Marin (1980:83) ao pesquisar o trabalho por conta própria em Campina Grande, PB, conclui que “o trabalho por conta própria está sempre subordinado, ideológica e praticamente, ao trabalho assalariado e é só quando se dá a expulsão dos trabalhadores do mercado formal de empregos que ele se torna realidade”.

O grupo pesquisado, segundo nosso ponto de vista, seria decorrente, fundamentalmente de transformações econômicas. Este enfoque nos diferencia do estudo feito por Vasconcellos (1994)⁷ que aborda o processo de informalização no mercado de trabalho com a preocupação de discutir a dimensão social desse comportamento, interpretando-o à luz de “referenciais valorativos que orientam as decisões e escolhas dos indivíduos quanto a sua vida de trabalho”. Nesse sentido, o que esta autora acaba demonstrando é que o trabalhador situa a opção pelo trabalho informal como escolha própria, sem que ele dimensione as imposições mais amplas que configuram a geração desse tipo de opção, uma vez que o setor

⁷Vasconcellos (1994) ao buscar a definição do conceito de “setor informal” colocou em discussão duas visões distintas: a interpretação adotada pela OIT que o descreve como parte do conjunto da estrutura econômica e que inclui as atividades que não constam das estatísticas oficiais e o trabalho realizado por conta própria. Este seria o primeiro estágio de trabalho para os migrantes recém-chegados aos centros urbanos - devido tanto ao seu baixo nível de qualificação quanto ao fato, correlato, de não terem encontrado emprego no setor formal da economia. Sua característica é o fácil acesso, recursos locais para a produção, sendo constituído por empresas de propriedade familiar, com pequena escala de produção, utilizando trabalho intensivo e tecnologia adaptada e seus trabalhadores tem conhecimento e capacidade (de trabalho) adquiridos fora do sistema formal e atuam em mercados desregulamentados e competitivos. A segunda interpretação é a discutida por Cacciamali que considera o formal e o informal como formas independentes de uma mesma produção, sendo que neste último estão incluídos os trabalhadores por conta própria, as unidades de produção de base familiar, ajudantes e/ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para esses grupos, em que há variabilidade de renda (de relativamente altas até a mera sobrevivência física), de condições satisfatórias a condições precárias, de serviços

de produção informal é bastante diverso e complexo, mantendo certa funcionalidade na produção global de uma sociedade capitalista.

2.1. O Senso Comum

Submetidos à especificidade do processo de trabalho, a qual envolve o manejo de certos instrumentos, o uso intensivo do corpo, de relações sociais, esses trabalhadores também representam, vivenciam e experimentam o trabalho de maneira específica. Assim sendo, interessou-nos também estudar a forma pela qual esses trabalhadores elaboram as suas relações com aquele processo de trabalho braçal e o vivenciam em sua prática cotidiana. Com isso adentramos no plano das representações sociais através das quais eles explicam sua realidade.

De acordo com Minayo (1996a:173), as representações sociais manifestadas em idéias e condutas podem ser analisadas a partir da compreensão dos comportamentos sociais, sendo expressas através da linguagem do senso comum. Embora essa linguagem se traduza num pensamento fragmentário, limitado a alguns aspectos da experiência existencial normalmente contraditórios, ela comporta maneiras específicas de interpretação da realidade vivida. As representações não são necessariamente conscientes. Perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz e se modifica a partir das estruturas e das relações coletivas e dos grupos. Compartilhando essa idéia, Durham (1984b:83) afirma que “a ausência de sentido histórico de um pensamento que

altamente qualificados a ocupações menos qualificadas. Esta última visão dissocia o setor informal da pobreza e marginalidade - idéia predominante nos estudos dos anos 70.

não reflete sobre o modo pelo qual foi produzido jamais apareceu como empecilho para a construção de uma visão de mundo coerente e estruturado”.

A contribuição de Gramsci sobre as concepções de mundo foram sintetizadas por Minayo (1996a:169) em três aspectos: 1) elas revelam o caráter de conformismo presente nos diferentes grupos sociais, 2) atentam para o duplo aspecto de senso comum: conservador e transformador e 3) possibilitam uma análise abrangente das distintas concepções de mundo (social e histórica).

Apesar da nítida diversidade das interpretações do real vivido faz-se presente um consenso, em que as idéias, incorporadas nas instituições, nos indivíduos (consciente ou inconscientemente), refletem-se em suas práticas. Como afirma Gramsci (1978:12), “pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir”. O que é concepção de mundo? Gramsci define-a como sendo a resposta a determinados problemas colocados pela realidade e é composta por elementos de passados remotos e por princípios da ciência mais moderna e progressista.

Segundo o autor acima, as diferentes concepções de mundo nos permitem entender como se organizam as práticas e como se estrutura a subordinação e a hierarquização sociais. Não existe uma única e verdadeira concepção de mundo, o que ocorre é a opção por uma delas, o contraste entre o pensar e o agir (manifestação de concepções: uma afirmada por palavras e a outra manifestada na ação efetiva) pode ser a expressão mais profunda de natureza histórico-social, ou seja, quando um grupo social se manifesta (age) toma emprestada a outro grupo uma concepção que não a sua, por razões de submissão e subordinação intelectual, afirmando-a através de palavras e seguindo a mesma.

Conforme Gramsci (op. cit.:20-26) o homem ativo tem duas consciências: uma, implícita em sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; outra, verbal, herdada do passado, sem críticas. Esta última liga a um grupo social determinado, influenciando na conduta moral, nas vontades. Pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contradição da consciência não permite qualquer ação e produz um estado de passividade moral e política. O homem é formado a partir das opiniões, das convicções, dos critérios de discriminação e das normas de conduta. O processo de difusão das novas concepções de mundo entre as massas populares se dá pela substituição e combinação entre o novo e o velho simultaneamente. A forma racional com que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade do expositor e sua participação na organização que a sustenta exercem influência neste processo. Com isso, Gramsci admite as possibilidades da mudança das concepções, a partir da intervenção do partido e dos próprios intelectuais orgânicos.

Ao analisar as classes subalternas em Gramsci, Gruppi (1978:67-70) afirma que elas participam de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes, cuja ideologia corresponde à sua função histórica e não aos interesses e função histórica das primeiras. Identifica ainda os canais através dos quais passa a ideologia da classe dominante: a escola, a religião, o serviço militar, os jornais, a cultura local, o folclore. Através desses canais a classe dominante constrói a influência ideal. Citando Gramsci, conclui que a tarefa de toda concepção dominante consiste em conservar a unidade ideológica de todo bloco social. Essa capacidade de unificar através da ideologia e conservar um bloco social marcado por profundas contradições é denominada hegemonia.

Para Gramsci (1978:21) hegemonia representa progresso político-prático e filosófico, pois implica e pressupõe uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma

concepção do real que superou o senso comum e se tornou crítica, ainda que limitada e restrita.

Os elementos de uma concepção do mundo estão, para Gramsci, (1978:13) contidos na linguagem (que é a expressão de um conjunto de noções e conceitos determinados), através da qual é possível julgar a complexidade da sua concepção de mundo. A linguagem é uma “multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir” (op.cit.:36).

Ao resgatar a atualidade dos textos gramsciano, Dias (1996:46) afirma que “a linguagem é o lugar onde se cristalizam as noções e os conceitos, o senso comum, a religião e o folclore se expressam, onde ganham vida e se generalizam. Ela permite o ocultamento ou o esclarecimento: nela ganha forma todo e qualquer material ideológico, toda e qualquer concepção de mundo”.

Gruppi (1978:67) ao comentar os textos gramscianos sobre a questão da linguagem observa que, para o filósofo italiano, em todo homem está presente uma consciência imposta pelo ambiente em que ele vive, e para a qual concorrem influências diversas e contraditórias. Em sua consciência, espontânea e acrítica, vivem, simultaneamente, influências ideológicas diferentes, elementos desiguais, que se acumularam através de estratificações sociais e culturas diversas.

Para Gramsci a linguagem significa cultura - que, em vários níveis, unifica uma quantidade de indivíduos em estratos, que se entendem entre si em diversos graus - e filosofia ainda que no nível do senso comum (1978:36). A filosofia em contato com o “simples” torna-se “histórica”, depura-se dos elementos intelectualísticos de natureza individual e se faz

“vida”⁸. O trabalho filosófico é concebido, não apenas como elaboração individual de conceitos sistematicamente coerentes, mas, principalmente, como luta cultural para transformar a “mentalidade” popular e divulgar as inovações filosóficas que se revelem “historicamente verdadeiras”, na medida em que se tornem concretamente (histórica e socialmente) universais. A filosofia tende a se tornar senso comum e para este a elaboração do pensamento tem características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época e um certo ambiente popular.

Ao interpretar o conceito de senso comum em Gramsci, Carpinetti (1977:338) afirma que a filosofia coincide com o bom senso: o movimento positivo que, ainda que em nível imediato, faz da informação um elemento crítico com relação a cristalização e dogmatização do senso comum. É o núcleo sadio interno ao senso comum, é a visão crítica do mundo, e este elemento pode superar o senso comum.

O valor do senso comum, para Gramsci, reside não somente no fato dele empregar o princípio da causalidade mas, também, no fato de que ele identifica a causa exata, simples e imediata. O senso comum é definido por ele como a “filosofia dos não filósofos”, a filosofia das multidões, ou seja é a concepção de mundo absorvida sem críticas pelos diferentes grupos sociais e culturais onde é desenvolvida a individualidade moral do homem médio. Portanto, o senso comum não é uma concepção única, nem idêntica no tempo e espaço. Sua característica é ser uma “concepção desagregada, incoerente, incoerente, adequada à posição social e cultural. É o folclore da filosofia” (1978:143).

⁸Gramsci chama atenção para não cometermos o erro de nomear filosofia a qualquer tendência de pensamento, qualquer orientação geral e qualquer concepção do mundo e da vida. Filosofia é a manifestação das íntimas contradições que dilaceram a sociedade e seu valor histórico pode ser “calculado” a partir da eficácia “prática” que ela conquistou.

Seguindo seu pensamento, “não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico” (op. cit.:14). Em cada época nascem e divulgam-se diferentes pensamentos e em cada nova elaboração existem fragmentos do anterior, ainda que errados e corrigidos, eles podem se reproduzir no presente e exigir nova correção.

Os conceitos gramscianos de senso comum e bom senso também foram analisados por Monteiro (1985:09) em seu estudo sobre as representações religiosas e populares das doenças, no universo da umbanda, onde ela afirma que “o bom senso é determinado pelas próprias condições de sua produção – as mesmas condições objetivas que fazem dele um sistema empírico e sistemático, o tornam capaz de exprimir de maneira mais adequada a natureza da organização social em que os grupos populares estão inseridos”.

A autora acima admite que no sistema popular de conhecimento há oposição, resistência, incorporação, modificação da produção ideológica dominante, o que torna interessante a análise da prática, da forma como são utilizados os conceitos incorporados. Conforme suas palavras, “na própria prática que se estabelece a partir do universo simbólico oficial abre-se a possibilidade de *burlar* ou subtrair-se à fatalidade da ordem inscrita nele” (op. cit.:09).

Boltanski, em seu estudo sobre as “Classes Sociais e o Corpo” (1979), sugere, na análise das representações populares, a mesclagem entre o pensamento científico e o popular, em que ocorrem transformações (não radicais) nos conceitos mais antigos da medicina. Há, como afirma este autor, uma “reivenção criadora”, necessária para que os indivíduos possam se adaptar ao universo estranho e desconhecido. É preciso que o indivíduo compreenda o mundo do qual faz parte para assegurar a sua sobrevivência; o senso comum é a expressão desta necessidade. Certamente o autor não está trabalhando com as idéias gramscianas. Em seu estudo admite a existência de uma “cultura somática” entre as classes

populares, cujo ethos, regras e práticas diferem daqueles presentes na medicina, que detém o poder legítimo sobre as concepções de saúde, doença e corpo na sociedade moderna, contudo ele oferece pistas importantes para compreendermos o senso comum.

Ferreira, J. (1994), ao estudar as expressões que traduzem o corpo e a doença sob a concepção de um conjunto de informantes oriundos das classes trabalhadoras, afirma que o corpo é visto de maneiras diferentes, de acordo com os valores de cada grupo social. A ele são incorporados símbolos, conceitos passíveis de estudos que auxiliam na compreensão geral do comportamento de cada segmento social. Desta forma, pode-se contribuir para o entendimento do corpo, saúde e doença dos trabalhadores e as interpretações que permeiam seu “mundo” dado que “as representações que os indivíduos possuem a despeito da doença estão diretamente relacionadas com os usos sociais do corpo em seu estado normal” (op. cit.:104).⁹

Retomando o pensamento de Boltanski (1979:117), é preciso romper com a relação prática colocada nas situações em que o corpo é objeto de uma estratégia terapêutica ou ética e colocar-se como observador para poder apreender a pluralidade dos seus aspectos. É possível, desta forma, construir-se o sistema de relações entre o conjunto dos comportamentos corporais dos membros de um mesmo grupo e o sistema das relações que unem esses comportamentos e suas condições objetivas de existência própria.

Costa, A. M. (1980) ao investigar o consumo médico como estratégia de sobrevivência das camadas de baixa renda, optou pela abordagem das representações do corpo, saúde e doença por entender que, para os membros da classe trabalhadora, a

⁹As queixas que muitas vezes são traduzidas como “nervoso”, “desconforto”, “sufocamento”, “zoeira na cabeça” não são identificadas como decorrentes do trabalho, o que dificulta, ainda mais, um amparo legal para tratamento e reabilitação ao trabalho.

participação nas relações sociais se faz através da relação capital/trabalho, que se funda basicamente na utilização intensiva do corpo, principalmente no consumo da força física (op. cit.:7). Para os trabalhadores em geral, o uso do corpo no trabalho é imprescindível para garantir sua sobrevivência, assim como a sua saúde que, para eles, constitui-se na capacitação do exercício de suas atividades laborais. A doença, de acordo com esta autora, é sinônimo de privações de diversas ordens, uma vez que o trabalhador se vê impossibilitado de vender sua força de trabalho (op. cit.:156).

No trabalho de Loyola (1984), no qual são analisadas as relações entre um conjunto de agentes oficiais e populares de cura, as concepções sobre o processo de saúde-doença e as estratégias de consumo em saúde da população de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense, RJ), também podemos perceber esse significado acima quando a autora afirma que a doença é percebida como uma ruptura em relação ao estado normal, e a saúde é definida pela disposição para a vida em geral. A percepção da saúde está associada às representações e ao uso cotidiano do corpo (único elemento que lhe fornece os meios de subsistência). Assim, os trabalhadores percebem a doença como um acontecimento que ocorre subitamente, tornando-os completamente incapazes de utilizar o próprio corpo (op. cit.:126).

Entendemos que a abordagem sócio-antropológica permite aprofundar a questão trabalho-saúde-doença a partir da prática cotidiana dos trabalhadores e das suas representações. Ela fornece instrumentos de análise que viabilizam um entendimento mais profundo da realidade explorada, ou seja, são mais abrangentes porque contemplam não apenas os aspectos técnicos do processo de trabalho, mas também aquelas dimensões que explicam as condições (sociais e culturais) que comandam a sua organização, as relações sociais e o próprio uso do corpo.

O conjunto de estudos anteriormente mencionados fornece referenciais importantes ao nosso trabalho. Contudo, optamos pela compreensão do senso comum no sentido gramsciano que não exclui a presença das concepções, de comportamentos e do próprio real vivido, como também reafirma o sistema de dominação social na configuração das formas com que os trabalhadores concebem e vivem o próprio trabalho, o seu processo, o corpo, a saúde e a doença. Destacamos, por fim que nosso entendimento do senso comum admite também a sua autonomia e flexibilidade, uma vez que não enrijece as concepções dominantes permitindo, ainda, a sua reelaboração.

3. Métodos e Técnicas de Pesquisa

Nossa pesquisa é um estudo de caso, o qual está circunscrito a uma população delimitada, ou seja, trabalhadores de uma única empresa, com um processo de trabalho específico. Caracteriza-se como um estudo exploratório de um aspecto particular (parcial), não pretendendo, portanto, a generalização dos dados. Sua natureza é basicamente qualitativa e circunscrita a essa população.

Concentramos nosso trabalho na CEASA/Campinas (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A), que atua na organização, orientação e intermediação de produtos de origem hortifrutigranjeiros, desde 1972, consistindo num grande centro distribuidor desses produtos¹⁰. O trabalho nessa empresa envolve uma multiplicidade de

¹⁰São comercializadas na CEASA/Campinas, aproximadamente, 35.000 toneladas de produtos por mês, segundo a Gerência de Mercado; são abastecidos cerca de 260 municípios (dos estados de MS, PR, MG e GO e algumas regiões do estado de SP). Atualmente ela ocupa a 4ª posição do ranking dos grandes mercados atacadistas do país.

categorias ocupacionais, desde agentes profissionais de saúde, fiscais, assalariados da própria CEASA ou dos permissionários, autônomos, administradores, dentre outros.

Nosso estudo privilegiou principalmente aqueles trabalhadores envolvidos na carga e descarga das mercadorias, constituindo-se portanto, em autônomos e assalariados (dos permissionários).

Para concretizarmos a pesquisa qualitativa foi selecionada uma amostra intencional que levou em conta o tipo de vínculo ocupacional e de tarefa executada para, de acordo com Schraiber (1996:67), tentar assegurar a pertinência dos dados que pretendíamos coletar.

Foram recolhidos 24 depoimentos desses trabalhadores através de entrevistas abertas, obtidas mediante um roteiro centrado em temática selecionada (Anexo I) que permitiu apreender a concepção do trabalho, da saúde e doença, das práticas de manutenção e preservação da saúde, da relação corpo, saúde-doença e trabalho, e da relação dos trabalhadores com alguns bens e serviços de saúde disponíveis.

A opção pela técnica de entrevistas para obtenção de depoimentos foi feita por entendermos que através dela poderíamos captar o material necessário para a apreensão das representações sobre os temas definidos. Embora as entrevistas tenham sido dirigidas conforme temas pré-estabelecidos pelo pesquisador e de acordo com o objeto de estudo, é o informante, segundo afirma Queiroz (1987:275) que detém as preciosas informações. Assim, conforme a autora, a entrevista ora complementa dados já obtidos em outras fontes, ora fornecem dados originais. Além disso, a entrevista estabelece um diálogo, é um momento de comunicação entre pesquisador e pesquisado e, por isso mesmo, deve ser realizada a partir das relações de confiança que se estabelece entre ambos. Não deixa de ser uma relação assimétrica.

Também foram consultados os documentos oficiais produzidos pela CEASA que puderam nos auxiliar na análise de alguns aspectos dessa empresa e utilizados dados secundários registrados em seus setores administrativos, os quais permitiram traçar o perfil sócio-econômico e demográfico dos trabalhadores estudados.

Por fim, valemo-nos também, de observações de situações concretas das vivências dos trabalhadores durante o exercício de seu trabalho, o que permitiu apreender os seus comportamentos e relações no trabalho.

Os métodos da pesquisa qualitativa nos permitem alcançar e refletir sobre as diversidades, buscando na linguagem e nos comportamentos extrair significados e valores. A pesquisa qualitativa “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (Minayo, 1996b:22). Portanto, é um tipo de pesquisa que requer um mergulho do pesquisador no universo pesquisado, a mudança da relação entre sujeito e objeto, sem que essa se mantenha como externalidade, envolvendo a intersubjetividade e, ao mesmo tempo, um esforço de objetivação para que não se perca na mera subjetividade. É, então, a reflexão teórica que nos resguarda da subjetividade, embora nossa interpretação e análise sejam sempre provisórias e passíveis de novos olhares.

3.1.O Trabalho de Campo

Para alcançarmos o objetivo de nosso estudo foram realizadas primeiramente várias visitas ao local de trabalho durante o período de novembro de 1997 a abril de 1998, onde foram feitos os primeiros contatos. A seguir foram realizadas entrevistas com os

trabalhadores selecionados. O material coletado em vinte e cinco entrevistas¹¹ totalizou vinte e cinco gravações de noventa minutos cada, no decorrer das quais procuramos atingir, de maneira equivalente, as duas categorias de trabalhadores selecionados para a pesquisa: doze carregadores autônomos e doze carregadores de box (assalariados)¹².

Adotamos, ainda, a técnica de observação participante no local de trabalho que, como afirma Minayo (1986:31), “procura compreender a realidade nela mesma e a partir dela mesma, isto é, a vivência dos trabalhadores, para interpretá-la do seu interior”. Utilizamos, também, várias anotações provenientes de conversas informais e de nossa vivência no local de trabalho. Por fim, contamos com informações importantes de trabalhadores que atuam na administração da CEASA e que em muito contribuíram para a compreensão do universo da pesquisa, mesmo que não tenham sido registradas.

O uso do gravador foi indispensável, sendo sempre utilizado com a permissão do entrevistado. Este procedimento de coleta de material visa, de acordo com Minayo (1986:32), “guardar o máximo de fidedignidade ao depoimento dos informantes, no sentido de que a análise de suas representações constitui o foco do trabalho”.

Durante o período da pesquisa contamos com a colaboração de alguns trabalhadores, conhecidos de um trabalho anterior nesse mesmo local, os quais se dispuseram, através das suas redes de relações, a ampliar nossos contatos. Este procedimento, a nosso ver, amenizou a tensão provocada por nossa presença num ambiente que é majoritariamente masculino. As freqüentes visitas de uma figura feminina estranha ao meio causou, num

¹¹A primeira delas foi desprezada porque o trabalhador ocupava o cargo de subgerência.

¹²Nesta segunda categoria é importante salientarmos que as atribuições são diversificadas. Alguns fazem o papel de “ajudantes gerais” cumprindo várias tarefas dentro do box; além da carga e descarga de mercadorias cabe a estes trabalhadores empilhar, embalar, encaixotar, arrumar as caixas para amostragem. Nos boxes onde a banana é o principal produto de comercialização, é necessário, em alguns casos, despencá-la e lavá-la, acondicionando-a, posteriormente, nas câmaras frias.

primeiro momento, uma certa inquietude movida pela curiosidade e desconfiança. Os mais afoitos logo dissiparam seus receios abordando-nos diretamente com perguntas de identificação e também de esclarecimento sob a pesquisa; outros o fizeram de forma indireta. Sempre que abordados, nos apresentamos em nossa condição de estudante, sendo esclarecido que nosso objetivo era coletar dados para um trabalho, o qual possibilitaria a obtenção de um certificado escolar.

Outro aspecto que consideramos relevante e que já foi comentado por Costa A. M. (1980:18), é o significado da presença do pesquisador no universo da pesquisa. A autora afirma que os indivíduos que são convidados a prestar informações classificam categoricamente o pesquisador e a pesquisa, uma vez que os seus resultados fogem ao seu controle. Assim, a pesquisa possui duplo significado: a que prejudica e a que ajuda, o que requer habilidade do pesquisador para conquistar a confiança dos entrevistados, bem como prestar esclarecimentos sobre a sua identidade (como pesquisadora).

A insegurança é justificada porque no universo pesquisado existe um medo comum: a fiscalização. O grande receio dos carregadores autônomos é a cobrança de mais uma taxa, é a imposição de mais uma norma, conforme nos revela um informante:

“Fiscalização? Tem bastante, mas prá correr em cima de carregador ... é obrigado a pagar ... o INPS, o imposto do ISS, imposto prá trabalhar lá dentro (o solo). Eles bolaram e surgiram mais uma lei de por mão e contra-mão prá carregador puxar carrinho lá dentro.” (entrevista nº2).

Entre os permissionários (donos de box ou de pedra¹³) o medo provém da fiscalização feita pelas instituições federais que supervisionam o cumprimento das leis trabalhistas e as de circulação de mercadorias.

Já os carregadores assalariados recebiam que estivéssemos atendendo aos interesses dos patrões, uma vez que antes de conversarmos com eles era necessário um contato anterior com o proprietário do box para a autorização de entrada no recinto de trabalho e o contato com seus funcionários. Na maioria das vezes, a indicação foi determinada pelo proprietário do box. Apesar disso, sempre frisamos aos informantes que não tínhamos qualquer vínculo com a administração da CEASA e nem com o proprietário do box.

A carteira de estudante foi utilizada nessas circunstâncias para comprovar àqueles informantes que pertencíamos a uma instituição cujo interesse difere das intenções daquelas com as quais, muitas vezes, eles se chocam.

Também existe a cobrança de um retorno que justifique tanto a nossa presença quanto as informações dadas. Esta postura se explica pela idéia da troca e pela carência de um órgão de representação capaz de canalizar os problemas e interesses dos trabalhadores. Da mesma forma, é provável que o interesse pelos dados da pesquisa indique situações problemas, em especial, relativas à saúde e ao trabalho que não se encontram ainda coletivamente manifestadas.

As entrevistas foram feitas ora no próprio local de trabalho, em horários que não prejudicavam as tarefas, ora nas residências dos trabalhadores. Os autônomos entrevistados, na sua maioria, preferiram fazê-las em suas casas, já que o tempo é um elemento precioso no seu dia-a-dia. Realizamos esta atividade nos fins de semana, diminuindo

¹³ Área demarca para comercialização.

um pouco as horas de descanso desses trabalhadores que, prazerosamente, nos acolhiam. Nestes momentos podíamos conhecer um pouco mais desses homens que labutam arduamente em tarefas pesadas e que nas horas de folga se distraem com passatempos que requerem habilidades mais suaves: criação de pássaros, jardinagem, etc. Ao apresentarem suas famílias era possível perceber a sua satisfação. Sempre éramos acolhidos como um visitante, diante do qual é preciso ser cortez e amável.

Os assalariados optaram por fazer a entrevista no próprio local de trabalho. Colocávamos a necessidade dela ser feita num local mais tranqüilo, mais isolado para que não sofressem interferência das brincadeiras dos colegas de trabalho e, principalmente, da presença do patrão, o que poderia lhes causar constrangimento.

Alguns carregadores se recusaram a prestar informações, alegando não terem tempo, ou que não saberiam responder e, rapidamente, incumbiam os companheiros de trabalho mais próximos. O temor de “não saber” era notório na maioria deles e, naqueles que enfrentaram o desafio da entrevista, era comum, ao final, afirmarem: “não pensava que era isso”, ou “poxa! até que foi fácil”.

Contamos com a colaboração dos funcionários do posto médico que sempre se colocaram a nossa disposição para estabelecer contatos com os responsáveis que, de certa forma, viabilizaram nosso trabalho: o presidente, o gerente de mercado e os empresários. A nossa permanência na CEASA em momento algum sofreu qualquer tipo de constrangimento, pelo contrário, tivemos acesso a documentos que foram úteis para caracterizar o local da pesquisa e também obter dados secundários relevantes que foram utilizados.

3.2. *Análise dos dados*

Os depoimentos obtidos através das entrevistas foram tratados pela técnica da análise de conteúdo, procurando enfatizar aspectos temáticos que, conforme Minayo (1996a:209), consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *freqüência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado e também denotem os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso. O discurso interliga e dá sentido aos elementos do cotidiano do entrevistado, reflete ainda, de acordo com Costa, A. M. (1980:65), “a maneira de perceber e organizar os elementos que compõem o universo existencial do trabalhador”. Entretanto, pode-se observar que nem sempre o que é comunicado e presente na linguagem pode ou não coincidir com os comportamentos e, por isso, é preciso observá-los nas distintas situações. Há também o que não é verbalizado e, certamente, mais difícil de ser apreendido.

A análise temática, segundo Bardin (1977:175), recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetada sobre o conteúdo, tendo em conta a freqüência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis. A análise de conteúdo, segundo essa autora, procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, é uma busca de outras realidades através das mensagens. Seu objetivo é o da observação, em nossa civilização e em nossa sociedade, da influência do modo de produção (marcada pela divisão do trabalho), dos objetos cotidianos, e da relação individual com esses mesmos objetos. Permanecemos na análise temática sem, contudo, levar às últimas conseqüências a análise de conteúdo sugerido por Bardin, mas envolvendo uma maior complexidade técnica de análise, incluindo o uso da estatística.

Os depoimentos, mesmo que desenvolvidos de forma relativamente espontânea e livre em resposta aos estímulos da pesquisadora, foram decompostos e analisados exaustivamente em unidades de significação e, posteriormente, classificados através de temas já definidos. Isto permitiu quantificá-los, não para atender a valores estatísticos que pudessem nos apontar importantes manifestações significativas, mas, principalmente, para validar o objetivo analítico proposto. Como sugere Minayo (1996a:209-210), organizamos o material de tal forma que ele contemplasse os aspectos levantados no roteiro (exaustividade), representasse o universo pretendido (representatividade), obedecesse aos critérios de escolha em termos de tema (homogeneidade) e que se adequasse ao objetivo do trabalho (pertinência). Posteriormente, este material foi codificado com o intuito de, na transformação dos dados, alcançar o seu núcleo de compreensão. A seguir realizamos a classificação e a agregação desses dados conforme as categorias teóricas que dispúnhamos, como também fomos guiados por novas dimensões e aspectos sugeridos pelos próprios depoimentos. Assim sendo, torna-se flexível e complexa a pesquisa qualitativa requerendo sensibilidade e permanente vigilância do pesquisador na apreensão de novos caminhos que os dados possam sugerir. Não se trata de improvisação, mas de arte.

Durante o processo de análise procuramos incorporar às respostas obtidas as propostas da literatura pertinente ao tema, procurando analisar a interpretação do entrevistado à luz dos referenciais teóricos, sem a pretensão de emitir julgamentos de valor e sim compreender os significados.

CAPÍTULO I – Os diferentes comerciantes e trabalhadores na CEASA***1. Características da CEASA: estrutura e estabelecimentos comerciais***

Para que os grandes centros urbanos tivessem o abastecimento de alimentos garantido e para ajustar o mercado, atendendo as áreas onde a comercialização era carente e a especulação alta, o governo federal, em 1962, fundou a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Foram criadas unidades de abastecimento nas principais cidades brasileiras: Porto Alegre, Belo Horizonte, Grande-Rio, Niterói, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza. Em uma segunda etapa foram incluídas as cidades de Aracaju, Manaus, Maceió, Brasília, Goiânia, Curitiba e Campinas que complementariam a distribuição da CEAGESP (Centrais de Abastecimento de São Paulo).

A unidade de Campinas foi constituída em 27 de junho de 1972 tendo como acionistas o Governo Federal (através da COBAL), o Governo Municipal e 12 pessoas físicas¹⁴. A área administrativa foi instalada no centro da cidade e a comercialização dos produtos era feita no Centro Provisório de Abastecimento do Jardim do Lago, em vias, logradouros e prédios públicos (o mais conhecido era o Mercado Municipal). Em fevereiro de 1974 o setor administrativo da CEASA passou a ocupar as instalações provisórias localizadas às margens da Rodovia SP 340 (D. Pedro I), km 140,5, construídas especificamente para acomodar os produtores e comerciantes que operariam no mercado atacadista de alimentos. A CEASA/Campinas ficou com a incumbência de supervisionar,

¹⁴ Em 1990 a CEASA Campinas foi municipalizada e o município tornou-se o seu maior acionista (99,9%).

coordenar, administrar e fiscalizar as atividades de abastecimento de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros, tanto do setor atacadista quanto do setor varejista (feiras livres), do Mercado Municipal e do Centro Provisório de Abastecimento do Jardim do Lago, sendo que em dezembro de 1974 o SETEC (Serviços Técnicos Gerais) assumiu a administração e fiscalização da comercialização desses produtos em vias, logradouros e próprios públicos. Atualmente a CEASA/Campinas tem sob sua responsabilidade dois horto-mercados com instalações no Terminal Central de Ônibus Vicente Cury e no Terminal de Ônibus Ouro Verde, um “Varejão” no distrito de Barão Geraldo e uma feira-livre realizada aos sábados de manhã, nas suas dependências. Mantém, ainda, um programa de atendimento à famílias carentes e entidades assistências que, mediante cadastramento, recebem os alimentos (não comercializados) fornecidos pelos permissionários; o “Programa Pão e Leite” realizado nos terminais de ônibus de Barão Geraldo, Campo Grande, Ouro Verde e Central, o qual comercializa esses dois produtos a preço de custo e, por fim, o “Programa Campo-Cidade”, responsável pela distribuição mensal de 67.290 litros de leite à 80 entidades assistenciais atingindo, aproximadamente, 30 mil crianças de 0 à 6 anos.

Segundo os trabalhadores mais antigos houve uma certa resistência à mudança para as novas instalações assim como às novas normas (tarifas, cadastramento, padronização e embalagem). Para atuar na CEASA seria necessário o produtor e o comerciante comprovarem, através de escritura, a posse de terras e a sua capacidade de comercialização, além de fazer um depósito no valor de dois meses de tarifa como caução.

A CEASA/Campinas passou a funcionar efetivamente em 10 de março de 1975. No início ocupava uma área relativamente restrita com uma infra-estrutura ainda pouco expressiva, isto é, dois Galpões Permanentes (GP), duas portarias de entrada e saída, posto de gasolina e lubrificação, a metade de um edifício para os serviços de apoio administrativo e a

praça do Mercado Livre (ML). Em 1998 a área construída perfazia 88.803 m², mantendo um conjunto mais complexo de edificações (1012 estabelecimentos comerciais¹⁵, 4 agências bancárias, 10 lanchonetes, lojas de variedades, 1 posto de polícia militar e 1 ambulatório médico) onde circulam, aproximadamente, 15.000 pessoas nos dias de feira (segundas, quartas e sextas-feiras).

O horário de funcionamento do entreposto de abastecimento, de 1975 a 1983, perfazia 24 horas diárias. Apenas em 1984 este horário restringiu-se para 12 horas diárias, ou seja, das 3 às 15 horas. Nas últimas mudanças foi determinada a sua abertura às 7h¹⁶, fechando às 18h, embora seja autorizada a descarga de mercadorias até às 24h.

No início de 1998, segundo um estudo populacional realizado no entreposto, estavam atuando 3.636 trabalhadores (destes, 528 eram mulheres que trabalhavam nas áreas administrativas e serviços gerais). Desse total, 797 eram trabalhadores que atuavam no mercado de flores; 111 eram funcionários da CEASA, 431 eram carregadores autônomos e 2.297 eram trabalhadores das pequenas empresas¹⁷.

Quadro 01: Trabalhadores segundo o local de atuação.
CEASA, janeiro de 1998.

Nº de trabalhadores	Local de trabalho
2297	Firmas de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros
797	Firmas de comercialização de flores e produtos afins
431	Autônomos
111	CEASA
3636	Total de trabalhadores atuantes no entreposto

¹⁵ Desse total 714 pertencem ao mercado hortifrutigranjeiro e 298 ao mercado de flores.

¹⁶ Posteriormente foi alterado o horário de início da descarga para 6h e 30 minutos, permanecendo os demais.

¹⁷ Dados de uma pesquisa interna realizada por Aguiar, Daniel S. e Oliveira, Renato A.

O volume de produtos hortifrutigranjeiros comercializado expandiu muito desde 1975 até o momento. Naquele ano foram comercializadas 103.382 toneladas de alimentos, ampliando em 1984 para 264.272 toneladas e 564.772 toneladas, em 1998, segundo dados fornecidos pela administração. Além dos produtos hortifrutigranjeiros são comercializados no atacado: cereais, carnes, plantas ornamentais e produtos afins.

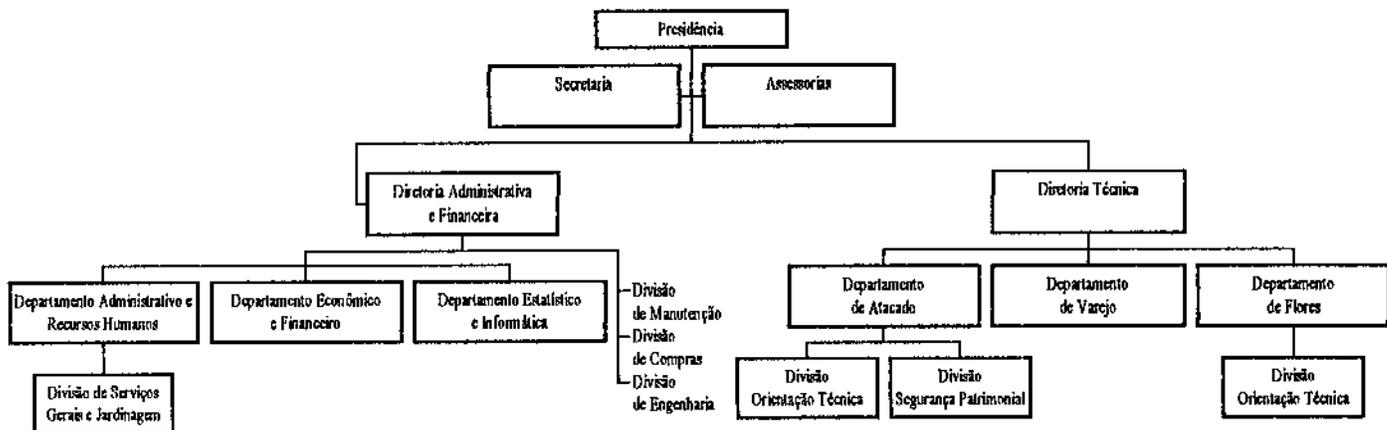
A chegada dos produtos acima, provenientes de diferentes regiões - nacionais e internacionais - é ininterrupta. Mas, é nas primeiras horas do dia que o movimento aumenta e é feito o romaneio. A partir das 7 horas é liberada a descarga dos produtos e às 8 horas inicia-se o carregamento daqueles que foram comercializados no espaço do mercado. Durante a comercialização é feita uma pesquisa de preços e elaborada uma cotação diária para que os compradores e produtores se mantenham informados dos valores negociados no mercado.

A CEASA/Campinas caracteriza-se como uma empresa de economia mista, sendo que a maioria das suas ações pertence à municipalidade. O gerenciamento deste espaço de âmbito comercial é de competência municipal; cargos máximos de administração (presidente e diretores) são ocupados através de nomeação feita pelo Prefeito Municipal, sendo os demais funcionários contratados mediante concurso público. Ela mantém uma estrutura organizacional concernente a sua função, ou seja, administrar e controlar a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros.

Seus departamentos e divisões, como podemos observar pelo organograma abaixo (Figura 01), dispõem-se e ordenam-se buscando garantir sua finalidade. Sua estrutura está, basicamente, dividida em duas áreas: uma responsável pela administração do espaço e outra, técnica e operacional, que orienta e fiscaliza as atividades ali desenvolvidas.

Figura 01.

Organograma da CEASA



A CEASA dispõe de um regimento interno que regulariza a atividade comercial e normatiza o trabalho, a disciplina e o comportamento daqueles que se utilizam do seu espaço.

As normas para o cadastramento das firmas usuárias subdivide-as em duas categorias: firma comercial e permissionário produtor. No primeiro caso são exigidos os documentos específicos para a atuação em área comercial (contrato social) e no segundo é exigida a escritura de posse de terra ou contrato de arrendamento, o DECAP (Declaração Cadastral de Produtos) e os documentos pessoais, além de uma vistoria ao local para constatar a capacidade de comercialização do produtor.

Entre os permissionários da “pedra” existem, aproximadamente, vinte usuários que mantêm um contrato “avulso” com a CEASA, cuja duração é de três meses com opção de

compra ao término do contrato. Esta forma de contrato atende a produtores de culturas sazonais que, de certa forma, conseguem se estabelecer na comercialização.

Com isso, a comercialização dos alimentos compõe um conjunto de intermediários, direta ou indiretamente relacionados à produção, cuja organização de seus negócios comporta distintos graus de complexidade econômica e de requerimentos de capital.

Estão presentes nesse espaço de comercialização, permissionários com grande capital os quais acumulam o controle da produção e comercialização de produtos como laranja, banana, batata, uva, flores, etc.; ou seja, são os grandes atacadistas que possuem um certo domínio do mercado, repassando seus próprios produtos a outros comerciantes. É entre eles que se percebe o uso de alguma tecnologia, mesma que rudimentar, no processo de empacotamento de mercadorias.

Estão presentes também os pequenos e médios capitais que realizam a circulação de mercadorias, representados por agentes que garantem, ou não, a comercialização de sua própria produção e por outros que atuam apenas na distribuição de alimentos, adquirindo-os de diferentes produtores (grandes ou pequenos) ou de outros intermediários.

Estas firmas instalaram-se naquele entreposto ocupando os Galpões Permanentes (GP) ou boxes onde, na sua maioria, são comercializadas as frutas. Os Mercados Livres (ML) são áreas abertas contendo demarcações no solo (de aproximadamente 25m² cada), denominadas “pedras” onde são comercializados legumes, verduras e alguns tipos de frutas. Os boxes funcionam durante os sete dias da semana e as “pedras” (embora também sejam liberadas para funcionamento diário) funcionam às segundas, quartas e sextas-feiras, sendo o período da manhã mais freqüentado. Aos sábados esse espaço é aberto para a feira-livre. Nesses dois pontos comerciais são atendidos distribuidores regionais, supermercados,

hotéis, restaurantes, quitandas, feirantes, empresas públicas e privadas, escolas, hospitais, cozinhas industriais, e outros.

As pequenas empresas¹⁸ que se estabeleceram para manter a intermediação entre os produtores e os médios e grandes consumidores apresentam uma organização de trabalho bastante simples: não possuem uma subdivisão de trabalho nem em cadeias, nem em níveis hierárquicos. Elas se distinguem, como afirma Cacciamali (1983:49), pela complexidade da organização administrativa e pela concentração das atividades de comando na figura do proprietário.

De acordo com a autora acima, nessas firmas, “representadas pela figura do proprietário e por alguns empregados, a organização do trabalho abrange em geral os níveis de comando e execução. Os trabalhadores são responsáveis por todas as tarefas de execução e o proprietário nesse caso, não delega autoridade e é responsável pela gestão do negócio, isto é, organização, preparo e controle do trabalho, contato com clientela, fornecedores, bancos, fiscos, etc. Contudo, a medida que as atividades administrativas se avolumam e sobrecarregam o proprietário, geralmente, desdobram-se as atividades de execução e criam-se as figuras dos encarregados e de um chefe geral, que preparam e controlam o trabalho (verificam se as tarefas estão sendo realizadas como mandam as instruções e procedimentos vigentes na firma), cabendo ao proprietário, agora, somente o comando da firma. A divisão do trabalho, nesse caso, é ainda pouco complexa, podendo o trabalhador executar uma multiplicidade de conjuntos de tarefas que corresponderiam a postos de trabalhos específicos e diferenciáveis caso a escala de trabalho fosse maior. O patrão é responsável pela gestão da empresa ajudado,

¹⁸ Segundo a classificação fornecida por Cacciamali (1983:31) sobre o mercado informal, as firmas com número de empregados menor que cinco podem também constar na categoria de trabalhadores por conta própria, porém em nosso estudo estamos classificando-os como pequenos empresários para que possamos melhor delimitarmos nosso objeto.

de forma temporária ou permanente, em função do volume e qualidade das atividades de comando, por assistentes especializados em certos conjuntos de tarefas (por exemplo, secretária, contador, vendedor) que, no entanto, não têm poder de decisão sobre o processo produtivo” (op. cit.:48).

A descrição acima feita pela autora sobre as pequenas empresas adequa-se muito bem ao observado neste tipo de estabelecimento na CEASA.

2. Categorias de Trabalho na Carga e Descarga de Mercadorias

Na execução das atividades de carga e descarga das mercadorias no âmbito da CEASA encontramos duas categorias de trabalho: o autônomo e o assalariado. Ambos tornaram-se objetos privilegiados do nosso estudo, por isso é preciso caracterizá-los mais profundamente.

O estudo de Prandi (1978) é um dos poucos trabalhos sociológicos que enfocou o trabalho autônomo. Para ele esse trabalho, histórica e estruturalmente, articula-se ao processo de acumulação e, portanto, é elemento integrante (propiciador) do processo de reprodução da sociedade sob o capital. Da mesma forma, Cacciamali (1983) ao delimitar empiricamente o setor informal, forneceu-nos uma visão dinâmica e assimétrica da realidade econômica em que ele sobrevive.

O trabalho autônomo coloca-se em oposição ao mercado capitalista de mercadorias e serviços, existindo aí um acordo subentendido: o autônomo submete-se ao capital e este lhe dá meios de vida para manter os níveis de emprego necessários assegurando, desta forma, a sua própria sobrevivência, porém em momentos oportunos, como quando

estiver em alta a rentabilidade dos serviços prestados, não existirá em destruí-lo. (Prandi, 1978:37).

A sobrevivência do trabalhador por conta própria, segundo o autor anteriormente referido, depende de duas condições: os trabalhadores precisam estar em “condições de produzir para o mercado com base na propriedade de seus próprios meios de produção” e ainda “é preciso que estes produtos ou serviços sejam socialmente necessários; devem ser adquiridos por compradores no mercado. Além do valor de uso devem ter valor de troca” (op. cit.:48).

Para Cacciamali (1983:55), o setor informal originou-se na dinâmica do sistema produtivo capitalista no seu movimento incessante de destruir, criar e recriar espaços econômicos, ou seja, a produção capitalista destrói algumas atividades deste setor em algum momento e, ao mesmo tempo, cria e/ou recria outras. Isto ocorre, segundo a autora, devido a subordinação dos movimentos das atividades informais aos das formais, já que o setor informal é considerado como esfera da produção subjugada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista. Quando o capital toma para si uma atividade informal, resta aos trabalhadores que ali atuavam, o assalariamento ou então uma outra atividade informal e “isto dependerá do vigor, do ritmo e do padrão de crescimento e, portanto, das opções de postos de trabalho oferecidos pelo conjunto dos ramos e atividades econômicas, pelas formas de organização capitalista e pelo espaço econômico permissível às atividades informais” (op. cit.:30).

O trabalhador por conta própria, por não estabelecer relações de cooperação que possam constituir uma força de auto defesa, submete-se, segundo Prandi (1978:40), a sua própria existência às necessidades de certas quantidades de força de trabalho, em determinadas épocas, permitindo ao sistema capitalista recrutar ou criar novas quantidades de força de

trabalho, sendo que quanto menor for a sua renda, mais facilmente isto ocorrerá, ao passo que se a remuneração do trabalho autônomo é melhor que a do assalariado e sendo o mesmo trabalho, o capitalista encontrará resistência em liberá-lo, embora, conclui o autor, o trabalhador por conta própria não tenha como concorrer com o capitalista.

O trabalho autônomo, conforme afirma o autor acima (op. cit.:38), admite dupla expulsão: aquela em razão da qual o trabalhador assalariado, seja por suas habilidades ou pelas condições físicas (sexo, idade), já não pode competir com os demais; ou aquela quando o trabalhador autônomo concorre com o capitalista que, nesse momento, assume as atividades até então desempenhadas por ele.

Essa análise é compartilhada igualmente por Cacciamali (1983:33), a qual acrescenta ainda que o setor informal também pode absorver aqueles trabalhadores que optam por abandonar as relações de assalariamento, por entenderem o setor informal como uma alternativa de sobrevivência ou porque aspiram a se libertar de um patrão, de chefes ou de horários rígidos.

A opção, segundo Prandi, só é possível se o trabalho específico for socialmente útil; quando deixar de sê-lo, ele será destruído ou coagido a se deslocar (o “rapa”¹⁹ é o método mais simples e antigo de coação). Na periferia urbana, o trabalho por conta própria aparece com muita frequência como oportunidade de sobrevivência não apenas dos indivíduos, mas também como mecanismo para manter viva a força de trabalho (1978:87-90).

Enquanto categoria, o autor mencionado analisa o trabalho autônomo como uma combinação de várias atividades: aquelas que dependem do dispêndio da força de trabalho própria, as quais necessitam de pouco ou nenhum capital e não requerem níveis de

¹⁹ Apreensão de mercadorias de vendedores ambulantes não licenciados feita pelos fiscais da administração pública.

qualificação; e também aquelas ligadas à produção com capital mais elevado (são os “economicamente bem sucedidos”). Os trabalhadores integrantes da primeira situação irão “constituir-se em uma massa humana inerte e pauperizada” (op. cit.:34), um vez que os níveis de renda, em geral, são mais baixos.

O autor acima estabelece uma diferenciação no conjunto dos trabalhadores por conta própria, distinguindo-os em regulares e irregulares. O trabalhador autônomo irregular “vive uma situação de trabalho instável e precária, geralmente à espera de um trabalho assalariado, projetando assim como expectativa futura o assalariamento, concorrendo imediatamente com o assalariado”. Porém, “a competição que entre eles se estabelece não é capaz de anular a identidade que os mantém e os remete sempre à condição de classes expropriadas”. O contingente desses trabalhadores “tende a aumentar na ordem direta do aumento da taxa de desemprego”. O trabalhador autônomo regular não vive a situação do trabalho temporário e “tende a enxergar-se como grupo independente dos interesses dos trabalhadores assalariados” (op. cit.:32-43).

O estudo de Cacciamali relativiza o papel do setor informal como “locus” de sobrevivência do excedente estrutural de mão-de-obra. A autora acredita “que a vida da produção informal é antes determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra”. Reflete sobre a questão afirmando que “a reprodução da produção capitalista gera, simultaneamente, os espaços produtivos deixados abertos para a produção informal, como também parte do excedente de mão-de-obra. Não existe uma implicação direta para que os pobres urbanos formem este setor, nem que “expulsos” do campo ali se insiram, pois além das barreiras à entrada em determinadas atividades informais, eles podem ser absorvidos por firmas capitalistas em determinados ramos e postos de trabalhos ou por atividades geradas pelo Estado. Isto depende

do padrão e ritmo de crescimento da economia que estabelece a quantidade de postos de trabalho assalariado e a qualidade potencial e efetiva de força de trabalho exigida para ocupá-los”. A autora não descarta a contribuição e alimentação que este contingente propicia para certos ramos e atividades do setor informal, entretanto é descartada a sua dimensão vital “já que o indivíduo expulso temporária ou definitivamente da produção pode converter-se à mendicância, criminalidade, prostituição, além de outras formas não institucionalizadas ou violentas de se ganhar a vida” (1983:34).

A autora referida concorda, no entanto, que o trabalhador informal, quando comparado ao trabalhador assalariado tanto pode receber rendas relativamente altas, quanto receber uma renda que lhe garanta somente a sobrevivência física. Pode, ainda, exercer serviços qualificados, atuar em mercados de alto nível de renda, ter condições de trabalho dignas, como também pode exercer serviços menos qualificados, instáveis e eventuais e ter condições de trabalho precárias.

As características associadas ao trabalho autônomo estão sempre vinculadas à ausência de contrato regular de trabalho, à instabilidade, à falta de reconhecimento legal e social, aos laços pessoais entre prestador e comprador de serviços, às facilidades de pagamento e, em determinadas atividades principalmente aquelas que não exigem alto grau de especialização ou habilidades, ao elevado grau de competitividade.

Cacciamali (op. cit.:60) define o trabalhador por conta própria como uma categoria intermediária entre aquele que possui os meios de produção e comando, assim como o comando sobre trabalhadores (o proprietário) e aquele que, desprovido de meios de produção ou instrumentos de trabalho, vende o que possui - a força de trabalho (o assalariado).

Além do trabalho autônomo, este combina-se com o assalariamento, no caso estudado. Esse trabalho assalariado, pertencente ao setor terciário, não implica em participação direta no setor de produção de mercadorias.

Em sua discussão sobre a participação do trabalhador autônomo na produção capitalista, Prandi afirma que ele se opõe ao trabalhador assalariado e que “esta oposição não se dá entre essas categorias enquanto tais, mas é o simples produto de formas diferentes de inserção na estrutura produtiva, que as separam quando se busca elucidar as maneiras pelas quais as duas categorias estão submetidas ao capitalismo. Teoricamente, a oposição fundamental está entre o trabalhador assalariado e o capital, ocupando o trabalhador autônomo o papel de coadjuvante secundário, mas nem por isso descartável, uma vez que preenche, na divisão social do trabalho, as brechas mantidas e abertas pelo desenvolvimento contraditório das forças produtivas sob o capital” (1978:27-28).

Os assalariados podem estar vinculados ao capital financeiro, ao capital comercial e ao capital industrial. Porém, nem todo trabalho assalariado está submetido ao capital, ou seja, não gera riqueza, quer através da produção, quer da circulação. Nesta categoria Prandi (op.cit.:35) agrupa os trabalhadores assalariados que executam tarefas em casas de família e os do Estado.

Assim como ocorre entre os trabalhadores autônomos, as diferenciações entre os assalariados se faz perceber em qualquer organização de produção capitalista. Cacciamali nos remete a heterogeneidade do trabalho assalariado ao afirmar que “existem especificidades em seu interior em função do ramo da produção, da posição de poder econômico e político de cada firma e/ou de suas características técnicas e organizacionais”. É inerente à produção capitalista a distinção de processos produtivos, de trabalho e postos de trabalhos. Ainda que os

postos de trabalho sejam caracterizados pela ação individual e específica, o processo de trabalho, afirma a autora, não é do conhecimento e do domínio de quem o executa (1983:47).

A autora acima segue a reflexão apontando a divisão do trabalho como característica mais comum à organização de trabalho nas firmas. Ela se faz presente nas atividades de execução e comando, fragmentada em conjuntos de postos de trabalho, os quais estão dispostos em cadeias e níveis hierárquicos. “Em geral, o encadeamento dos postos de trabalho está condicionado pela tecnologia adotada e pelo efetivo de pessoal da firma. A hierarquia dos postos e entre postos está associada tanto à organização do trabalho efetivada pela firma, como às qualificações e habilidades requeridas dos trabalhadores e/ou às responsabilidades definidas para cada posto” (op. cit.:48).

O assalariamento, de acordo com Prandi, faz parte da constituição da sociedade capitalista e “se reveste de forma jurídica, a qual imprime àquele caráter de relação legítima e legal de trabalho, estabelecendo as regras através das quais as relações de exploração do trabalho podem ser realizadas” (1978:156).

3. Os trabalhadores da carga e descarga de mercadorias

Os trabalhadores da carga e descarga de mercadorias tornaram-se objeto de nosso estudo e por isso, é importante traçar o seu perfil, o que se fez não através de um *survey* específico, e sim pelo uso de alguns dados secundários disponíveis na CEASA.

3.1. Os Trabalhadores Assalariados²⁰

Nas pequenas firmas existentes na CEASA o número de assalariados é reduzido. De acordo com os dados de um estudo elaborado pela CEASA (1998), 309 firmas empregavam 2 trabalhadores cada uma; 224 apenas 1 trabalhador e 133, 3 trabalhadores. Estes números representam 35,9%, 26% e 15,4% respectivamente. Vale ressaltar que é freqüente o emprego da mão-de-obra familiar pelas firmas.

A presença ocasional ou sistemática dos membros da família nestas firmas são percebidas em atividades de comando, administrativas ou de supervisão do trabalho. Prandi (1978:94) analisa essa questão como uma soma da força de trabalho, dizendo que “a atuação conjunta da família implica em um projeto de sobrevivência e mesmo de prosperidade para o grupo familiar”

Os trabalhadores assalariados empregados são, na sua maioria, não qualificados, executando tarefas que pouco ou nada exigem de conhecimentos técnicos ou experiência anterior e exercem diferentes atividades num mesmo dia de trabalho, conforme a situação exija, como eles próprios dizem: “é pau para toda obra”. Ora são carregadores, ora são embaladores, ora estão arrumando as mercadorias para “impressionar” a freguesia, quando não, os mais arrojados, estão convencendo o cliente quanto ao “seu” melhor preço ou “sua” melhor qualidade.

²⁰ Segundo os permissionários, a presença dessa categoria de trabalhadores na CEASA foi uma exigência dos compradores para reduzir o preço final das mercadorias, barateando o seu transporte. Não foi possível fazer um levantamento mais detalhado dessa categoria, pois ela está inserida em firmas particulares, o que dificultou o acesso aos dados cadastrais. Os dados aqui apresentados foram por nós levantados.

Foram realizadas 12 entrevistas com os trabalhadores assalariados. Nelas procuramos levantar alguns dados sobre o seu perfil, referentes à idade, escolaridade, local de moradia e renda.

A média de idade é de 31 anos, sendo possível encontrar homens de 60 anos e também de 17, dividindo aquela árdua tarefa. Residem nos bairros periféricos próximos ao CEASA. Apenas 6 possuem o ensino básico, 3 interromperam o primeiro grau e 1 conseguiu completá-lo; 2 concluíram o segundo grau, sendo que um deles frequentou um ano do curso superior, interrompendo-o por problemas financeiros. A média de tempo de trabalho na atividade é de 5 anos e 8 meses e o salário está na faixa dos R\$530,00 mensais.

Em sua maioria são trabalhadores sem qualificação profissional e executavam anteriormente tarefas que não exigiam habilidades específicas, tais como: servente de pedreiro, lavador de carros, ajudante de feira, ambulantes. Apenas dois carregadores já ocuparam funções que exigiam algum grau de especialização: um era encarregado de produção e outro era professor do ensino básico. Essas atividades variadas não se traduzem em habilidades, e sim correspondem a situações de grande instabilidade no que se refere às ocupações e salários. Entre os entrevistados 4 são migrantes rurais ²¹.

A inserção desses trabalhadores na CEASA ocorreu mediante indicação de amigos e, principalmente, parentes. Está sempre presente a mobilização das redes de relações sociais e de parentesco, em que a referência pessoal de outros trabalhadores ou empresários ali estabelecidos é um critério para sua admissão e assim alguns trabalhadores deixam explícita a dificuldade de obter acesso ao trabalho sem o apoio ou a indicação de outros:

²¹ Segundo Machado, “A modernização das relações de produção no campo decorrentes de avanços na agroindústria determina significativa destruição da pequena produção rural, colocando à disposição do capital um enorme contingente de trabalhadores. Esses migrantes, porém não necessariamente têm origem no campo, provêm, também, de pequenos centros urbanos, expulsos de sua condição de ocupação (pequena produção), ou mesmo atraídos por melhores condições de trabalho nas regiões metropolitanas (1993:13).

“Você sozinho vindo aqui ... o pessoal não conhece muito, então não tem essa confiança de pegar qualquer um. Então, conforme você tem um conhecimento aqui dentro ... precisa de uma indicação porque sozinho é difícil entrar aqui dentro.” (entrevista nº3)

As firmas instaladas na CEASA constituem uma opção de trabalho para aqueles que não dispõem de escolaridade, pois o trabalho ali executado não exige qualquer qualificação. É, ainda, uma alternativa para aqueles que, necessitando de trabalho para garantir a sua sobrevivência e de seus familiares, não podem ficar desempregados por muito tempo.

3.2. Trabalhadores Autônomos

É possível caracterizar mais detalhadamente os carregadores autônomos através de dados secundários registrados, contendo as seguintes informações: local e data de nascimento, local de moradia, data de início de trabalho, advertência, multa e/ou suspensão e condição de atuação.

Segundo o cadastro mantido pelo Departamento Administrativo da CEASA, estão atuando como carregadores autônomos, 431 indivíduos, sendo que 382 (88,6%) são categoria A, isto é, são proprietários de seu instrumento de trabalho e 49 (11,4%) são categoria B, não o possuem.

São trabalhadores oriundos de diferentes Estados do país, predominando os Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia, como podemos observar na Tabela 01.

A maioria desses trabalhadores reside atualmente em Campinas e Sumaré, conforme os dados da Tabela 02. Dos residentes em Campinas a maioria se concentra no

Jardim Santa Mônica (23,5%, o que equivale a 101 carregadores) e Jardim São Marcos (17,7%, 76 carregadores). Vale ressaltar que são os bairros localizados nas proximidades da CEASA, facilitando o trajeto casa-trabalho. É freqüente os trabalhadores irem a pé ou de bicicleta até o trabalho, embora não seja difícil ocorrer acidentes neste percurso, uma vez que este entreposto está localizado às margens de uma rodovia de intenso movimento.

Tabela 01. Procedência dos trabalhadores da CEASA, segundo regiões e estados do país.

Regiões e Estados	Frequência	%	Frequência	%
NORTE	3	0,7		
Pará			2	0,5
Rondônia			1	0,2
NORDESTE	105	24,4		
Alagoas			4	0,9
Bahia			48	11,1
Ceará			14	3,2
Paraíba			4	0,9
Pernambuco			18	4,2
Piauí			11	2,6
Rio Grande do Norte			4	0,9
Sergipe			2	0,5
CENTRO-OESTE	8	1,8		
Distrito Federal			1	0,2
Goiás			1	0,2
Mato Grosso do Sul			5	1,2
Mato Grosso			1	0,2
SUDESTE	237	55,0		
Minas Gerais			62	14,4
São Paulo			175	40,6
SUL	78	18,1		
Paraná			78	18,1
TOTAL	431	100,0	431	100,0

Fonte: CEASA. Cadastro do Departamento Administrativo e Recursos Humanos – Jan./1998.

Mimco

Tabela 02. Município de residência dos trabalhadores da CEASA.

Município de Residência	Frequência	%	% acumulada
Campinas	287	66,6	66,6
Hortolândia	27	6,3	72,9
Sumaré	110	25,5	98,4
São Paulo	1	0,2	98,6
Mogi-Mirim	1	0,2	98,8
São João da Boa Vista	2	0,5	99,3
Itatiba	2	0,5	99,8
Monte Mor	1	0,2	100,0
TOTAL	431	100,0	

Fonte: CEASA. Cadastro do Departamento Administrativo e Recursos Humanos – Jan./1998.
Mimeo

A idade média desses trabalhadores é de 36,9 anos. Contudo, há jovens de 17 anos e homens de mais de 70 anos entre eles. (Tabela 03).

Tabela 03. Distribuição dos trabalhadores da CEASA segundo faixa etária.

Faixa etária	Frequência	%	% acumulada
De 15 a 24 anos	43	10,0	10,0
De 25 a 34 anos	163	37,8	47,8
De 35 a 44 anos	125	29,0	76,8
De 45 a 54 anos	66	15,3	92,1
De 55 a 64 anos	30	7,0	99,1
Com mais de 65 anos	4	0,9	100,0
Total	431	100,0	

Fonte: CEASA. Cadastro do Departamento Administrativo e Recursos Humanos – Jan./1998.
Mimeo

A média de tempo de trabalho na atividade dos carregadores autônomos é de 7 anos e seis meses, embora 50%, tenham ingressado nos últimos seis anos (Tabela 04).

Tabela 04. Distribuição dos trabalhadores da CEASA segundo o tempo de atividade na carga e descarga de mercadorias.

Tempo de atividade	Frequência	%	% acumulada
De 0 a 5 anos	212	49,2	49,2
De 6 a 10 anos	109	25,3	74,5
De 11 a 15 anos	55	12,7	87,2
De 16 a 20 anos	25	5,8	93,0
Mais de 21 anos	30	7,0	100,0
Total	431	100,0	

Fonte: CEASA. Cadastro do Departamento Administrativo e Recursos Humanos – Jan./1998.
Mimeo

É por intermédio de amigos ou parentes e com o aval dos empresários atuantes na CEASA que os trabalhadores autônomos conseguem o seu cadastramento e, posteriormente, a sua inclusão no quadro permanente do entreposto. No processo de cadastramento é exigida, além dos documentos de identificação pessoal, a declaração de contribuição de impostos de serviços (federal e municipal), a declaração de antecedentes criminais e o pagamento de taxas internas. Ao ser aprovado pela Diretoria Administrativa, o carregador assina um termo de conhecimento do Regimento Interno e, tendo adquirido o seu instrumento de trabalho e seu uniforme, inicia as atividades na carga e descarga de mercadorias.

Devido a grande procura de vagas nos últimos anos, a Administração da CEASA instituiu uma lista de espera e, a partir de 1996, foi estabelecida uma segunda categoria de prestadores de serviços: o carregador “B”. Este trabalhador passa pelo mesmo processo de cadastramento que o carregador “A”, diferenciando-se ambos pelo fato do trabalhador “B” não possuir o instrumento de trabalho, realizando as atividades de carga e descarga sem o auxílio do “carrinho”. É mediante a saída de um carregador “A” ou da criação de uma nova vaga que o carregador “B” poderá adquirir e trabalhar com o seu próprio “carrinho”.

Deve-se ainda observar que o perfil sócio-econômico e demográfico dos 12 trabalhadores autônomos selecionados para nosso estudo não difere substantivamente do perfil geral. Eles tem, em média, 46 anos, residem nos bairros periféricos próximos à CEASA ou em Sumaré. Quanto à escolaridade apenas 2 concluíram o ensino de 1º grau; 2 abandonaram a

escola sem concluir o 1º grau; 7 frequentaram as séries iniciais do ensino fundamental; apenas 3 o concluíram; 1 é analfabeto. Possuem uma renda mensal média de R\$570,00²².

Entre esses carregadores somente 2 possuem qualificação profissional: um como soldador elétrico e outro como carpinteiro. Alguns já assumiram funções que exigiam certas habilidades: motorista, segurança bancária, administrador de fazenda, provisionador de linha (metalurgia). Outros eram trabalhadores manuais, oriundos de serviços urbanos ou rurais.

A média de tempo de atividade na CEASA era de 14 anos e a obtenção de maiores rendimentos foi o motivo principal que os levou a trabalhar neste entreposto. Além disso, reconhecem que a probabilidade de ingresso no mercado de trabalho formal é muito pequena, além de estarem sujeitos aos baixos salários por causa de sua pouca escolaridade e à faixa etária. Eles percebem dificuldades para serem absorvidos pelo mercado de trabalho após os 40 anos de idade, tornando-se trabalhadores precocemente envelhecidos e preteridos em relação aos mais jovens e mais qualificados.

Esses trabalhadores autônomos, em geral, se inserem nas características dadas por Cacciamali (1983:28) quanto à organização de produção do setor informal, ou seja, “o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho ... e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado ... vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para manutenção da atividade ... a prática do trabalho é, basicamente, individualista, ratificando traços individualizantes do trabalho e do produtor”.

²² Vale ressaltar que não obtivemos o valor da renda de 2 entrevistados; um por estar afastado há 9 anos do trabalho (por doença) e outro se recusou a declará-la.

A existência dessa categoria na CEASA pode ser explicada, segundo o pensamento da autora acima porque “as grandes empresas, ao imprimir sua dinâmica sobre o espaço econômico, delimitam os interstícios permissíveis para a produção informal ... este processo decorre do ritmo de expansão dos ramos que estão sendo explorados por firmas e daqueles que estão condenados ou gerados pelo padrão de crescimento econômico ... é neste sentido, portanto que o setor informal guarda subordinação ao formal, não podendo avançar no terreno produtivo explorado pelas firmas capitalistas, mas extinguindo-se ou expandindo-se em espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista” (op. cit.:33).

Assim, as oportunidades de trabalho para os autônomos dão-se nos interstícios da produção capitalista, dos movimentos do capital e sob grande concorrência. Podem ser privados mais facilmente deste trabalho exercido na comercialização dos alimentos, conforme as interferências dos movimentos do capital, mas, ao mesmo tempo, são necessários a ele.

Tomazini (1995:40) ao estudar o desenvolvimento teórico acerca da questão do emprego, conclui que a falta de emprego urbano no Brasil, agravada pela crise contemporânea, em suas manifestações, assumem distintas formas: o trabalho assalariado sem regulamentação (presente, principalmente, nas pequenas empresas sem um mínimo de organização) e o trabalho por conta própria, de baixa remuneração.

Essas manifestações são percebidas no espaço da CEASA. Os carregadores autônomos disputam o trabalho com outros trabalhadores, os “bicos”, que são requisitados pelas firmas nos dias de maior comercialização, barganhando sua força de trabalho por uma remuneração cada vez menor.

O “bico” é um trabalhador esporádico na CEASA. Ele é desprovido de qualquer regulamentação, até mesmo a sua presença é mantida na “clandestinidade”. Como existe um

certo controle na entrada desse entreposto, este trabalhador consegue penetrar no espaço da CEASA na condição de ajudante de motorista ou de consumidor. Ele acaba concorrendo com aquele que o indicou (o assalariado, no caso de prestar seus serviços para os boxes) e também com o carregador autônomo cadastrado, uma vez que pode vir a ser um deles. Esta competição, conforme afirma Prandi (1978:32), aproxima essas diferentes categorias de autônomos no plano da exploração do trabalho.

Para os pequenos empresários que atuam na CEASA, a presença de trabalhadores excedentes, dispostos a efetuarem “bicos”, possibilita ganhos maiores, uma vez que podem contar com o não pagamento de encargos trabalhistas, o que lhes propicia a redução dos custos do trabalho.

Esses trabalhadores “clandestinos” são a expressão de momentos de crise como afirmou Tomazini (1995:40), em que são reforçados os dois tipos de manifestação citados anteriormente, como também, refletem o próprio aumento do desemprego aberto. O emprego “clandestino” ampliou-se na década de 80 e foi considerado por Cacciamali²³, citada por Tomazini (op. cit.:38) como de maior expressão do que o aumento do trabalho por conta própria de baixa renda, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do país. De onde se pode afirmar que o setor da economia informal, que não respeita as regulações vigentes (fiscal ou trabalhista²⁴), foi mais importante no ajustamento da estrutura ocupacional à estagnação econômica nessas regiões.

A proliferação da informalização é resultado da insuficiência do emprego formal em absorver todo o crescimento da população ativa, afirma Tomazini (1995:39). Isto

²³ CACCIAMALI, M.C. “Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro”. SP. (s.cd.) p.9-30. Mimeo.

²⁴ A autora denomina este tipo de economia como suterrânea, submersa ou invisível.

fez com que aparecessem as alterações desfavoráveis da estrutura do trabalho assalariado, qual seja a ampliação dos empregos sem carteira de trabalho e o movimento simultâneo da eliminação de empregos regulares e a criação de outros os quais, embora regulares, não apresentavam as mesmas condições estruturais (barganha de uma alta remuneração).

A condição do trabalho informal não regulamentado acaba afetando a perda do status do trabalhador e a sua consciência de proletário ao se submeter a circunstâncias não permitidas pelas normas sociais (salários menores e sem benefícios das leis trabalhistas) e a piores condições de trabalho, uma vez que não se observam as determinações legais quanto a saúde pública, a higiene e a segurança no trabalho (Tomazini, op. cit.:34). Todos esses elementos ampliam e aprofundam a exploração da capacidade de trabalho e a degradação social e simbólica do próprio trabalhador.

O pensamento da autora acima, a nosso ver, explica a realidade daqueles trabalhadores autônomos destituídos socialmente que, por não encontrarem espaço no emprego assalariado, resolvem os problemas de sua sobrevivência através dessas atividades.

4. O Processo de Trabalho e sua Organização

Enfocamos neste item, especificamente, o processo e a organização do trabalho de parcela dos trabalhadores da CEASA - autônomos e assalariados - incumbidos das atividades de carga e descarga das mercadorias. Definimos o processo de trabalho a partir do objeto, do instrumento utilizado na sua execução e a atividade desenvolvida. Para a análise de sua organização avaliamos o ritmo e a intensidade, as condições de trabalho, a jornada, as tarefas, o salário (ou a renda), as relações sociais e as formas de controle.

A essência do processo de trabalho na CEASA reside na distribuição das mercadorias provenientes de diferentes regiões agrícolas. A finalidade deste processo é garantir a circulação dos produtos, destinando-os a intermediários, que os repassam aos consumidores finais. Como foi definido por um dos responsáveis pela sua administração, “a CEASA afunila, concentrando toneladas de produtos para depois abrir novamente para o consumo”.

O trabalho de carga e descarga, por sua vez, constitui-se num tipo de atividade que contribui para a circulação e distribuição das mercadorias e, portanto, é parte do processo mais amplo da realização do valor do capital. Situa-se, esse processo, intermediariamente entre a produção e o consumo dos alimentos.

Concretamente, o trabalho de carga e descarga dos produtos é realizado pelos trabalhadores (autônomos e assalariados), os quais são o elo que fecha a estrutura comercial deste entreposto. Cabe-lhes a tarefa de concretizar a distribuição de mercadorias negociadas, ou seja, são a infra-estrutura de um setor que ao se expandir, necessitou desses prestadores de serviços braçais. Eles são encarregados da execução de várias tarefas: além da carga e descarga, em algumas situações, realizam também o empacotamento de alguns produtos, como a abóbora, mamão e banana, por exemplo. Trata-se de um trabalho essencialmente manual, sendo mecanizado apenas para dois produtos: a batata e a laranja²⁵.

Em geral os produtos chegam acondicionados tendo passado anteriormente por um processo de seleção e preparo pelo produtor. Geralmente a sua venda se faz em sacos de 30

²⁵ No caso da laranja, que também chega a granel, ela é despejada num cilo e, quando acionada, cai numa esteira que, mecanicamente, vai levando a fruta para diferentes etapas: lavagem, secagem e brilho. Na seqüência vem a seleção obedecendo a uma padronização cuja regulagem é medida por pequenos pedaços de madeira. A laranja cai em balcões e, logo em seguida, é empacotada, sendo finalmente levada até ao box para ser comercializada. O ambiente é extremamente ruidoso, pouco organizado e oferece perigo pois o sistema mecânico que move a esteira não conta com proteção.

e 60 kg (no caso da cebola e batata, respectivamente) ou em caixas de papelão ou madeira padronizadas.

Os carregadores se utilizam de um instrumento rústico (“carrinho”) feito de madeira com uma roda de ferro encapada de borracha, que serve na locomoção das caixas. Esse instrumento, no caso do assalariado, pertence ao proprietário do estabelecimento (box). No caso dos autônomos, o uso do “carrinho” envolve regras distintas pela CEASA. Num primeiro momento o “carrinho” era propriedade da CEASA e, para usá-lo, os trabalhadores pagavam uma taxa de aluguel mensal. Num segundo momento as regras previam que os “carrinhos” deveriam ser de propriedade dos próprios carregadores. Finalmente, as regras atuais asseguram que o “carrinho” continua propriedade dos carregadores, porém a CEASA lhes cobra uma taxa pelo uso e manuseio no seu âmbito. É a isto que os entrevistados se referem como “solo”.

O trabalho dos autônomos e assalariados é essencialmente manual, envolvendo o intenso uso do corpo e dispêndio de energia muscular uma vez que, dependendo do produto (cenoura, tomate, beterraba), as caixas chegam a pesar 25 quilos cada uma. Há exigência de destreza na condução do “carrinho”, pois requer a habilidade para executar a tarefa e a manutenção do equilíbrio do peso, que pode chegar a 750kg por “carrinho”. Além disso, o manuseio desse instrumento exige habilidade para as manobras em pequenos espaços de circulação existentes na CEASA. Esses espaços comportam o tráfego em rampas de acesso onde o carregador, na descida, tem que controlar o peso do “carrinho” e, na subida, tem que dispende e usar, com maior intensidade, sua capacidade corporal, auxiliado por outros carregadores. Portanto, trata-se de um trabalho desgastante que requer a cooperação de outros.

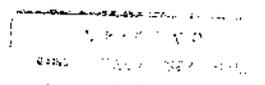
Já nas primeiras horas de trabalho os carregadores estão com a roupa molhada de suor e com uma expressão que mistura cansaço e desânimo. A dureza da tarefa aparece no

corpo inclinado e nos músculos retesados para suportar e controlar o peso que levam. São homens que gritam para aliviar um esforço sobre-humano; brincam para esconder uma condição de trabalho que exige uma força cavalariça, aliviando as tensões acumuladas. Lembram as *joking relationships* presentes nas relações de trabalho, exploradas por estudos antropológicos, em que a descarga de tensões ou de conflitos permeia a linguagem e as relações entre trabalhadores.

A distância a percorrer no transporte de mercadorias é mais sentida e comentada pelos autônomos porque a carga é feita, em sua maioria, com produtos negociados em diferentes pontos de venda o que faz com que os carregadores tenham que circular muito pelo mercado. Algumas vezes, os assalariados fazem o que eles chamam de “entrega de ponta” que é a distância máxima entre os boxes localizados nos extremos das plataformas, mas como as regras impedem que eles circulem com os “carrinhos” fora das plataformas, a distância por eles percorrida é menor.

Não é somente o peso que carregam que exaure as forças desses carregadores, mas também as condições ambientais de trabalho, em que eles se movimentam. Existe ali o barulho característico de mercados abertos: centenas de veículos funcionando e muitas pessoas falando simultaneamente, o que faz com que se falem cada vez mais alto para se comunicarem. É um ambiente extremamente agitado e ruidoso, natural de todo ambiente desta natureza. A pressa é um fator comum a todos: de quem compra, de quem vende e para o trabalhador que quer garantir o seu ganho ou seu emprego. Acelerar o ritmo de trabalho para os assalariados pode ser uma forma de agradar o freguês e ganhar uma “caixinha” e para o autônomo, uma forma de garantir a satisfação do cliente e assegurar o seu próximo trabalho.

Em dias de chuva não tem como não se molhar, pois os carregadores deslocam-se até os caminhões que se encontram estacionados fora das plataformas. O espaço onde são



colocadas ou retiradas as mercadorias é estreito, obrigando-os a realizar a carga (ou a descarga) com posturas corporais inadequadas, causando-lhes, muitas vezes, entorses e luxações. As caixas onde são acondicionados os produtos nem sempre estão em bom estado: são pregos mal colocados, lascas pontiagudas que podem causar ferimentos àqueles que as manuseiam.

A labuta de tirar e colocar as caixas, fazer a “amarração” (disposição das caixas de forma a garantir a estabilidade do seu empilhamento), começa muito cedo, mas não antes dos apitos das sirenes que liberam a execução das tarefas. Todos os homens aguardam impacientes esse momento. Os autônomos ficam a postos como se estivessem prontos para uma competição. Para assegurar a ordem lá estão os fiscais, encarregados de disciplinar e controlar o trabalho e o comportamento dos trabalhadores. Eles estão ancorados nas normas que regimentam tanto os trabalhadores quanto aqueles que se utilizam do espaço para comercializar.

As normas que regularizam o trabalho dos carregadores incluem: a obrigatoriedade do uso de uniforme (jaleco e boné) distinguindo os trabalhadores entre si. Assim, o uniforme azul diferencia o carregador autônomo categoria A, que é possuidor do “carrinho” e o vermelho destinado ao carregador autônomo categoria B, que não possui o “carrinho”. O número de cadastro do carregador autônomo tem que estar afixado no “carrinho”.

Estão estabelecidos os horários de execução de tarefas divididas em carga e descarga, os quais são comunicados aos trabalhadores pelo toque de sirene. Assim como o horário, o espaço também é delimitado para a execução das atividades, sendo que aos assalariados é proibida a saída das plataformas onde estão estabelecidos os boxes. Nas áreas abertas, onde os autônomos predominam, no solo estão demarcadas setas que orientam o

trânsito. Há, ainda, um limite de peso das mercadorias a serem transportadas e um controle de velocidade no manuseio do “carrinho”. Porém, estas normas não estão formalmente regulamentadas.

Aos fiscais (controladores de mercado) cabe controlar a presença de autônomos auxiliares não cadastrados, a inadimplência das tarifas cobradas pela CEASA, a atualização de documentos, o volume de cargas transportadas, a conduta dos trabalhadores e dos usuários, além do cumprimento dos horários e dos sinais de tráfego. Também notificam as transgressões, advertem (escrita ou verbalmente) e aplicam as multas (equivalentes a R\$25,00, no mínimo). Em alguns casos relacionados a comportamentos inadequados como desacato aos fiscais, briga ou furto de mercadorias são aplicadas suspensões e, dependendo da gravidade ou quando da reincidência, esses trabalhadores são expulsos da CEASA. Portanto, essas regras acabam regulando as relações entre os fiscais e os carregadores. Sua transgressão e o desacato à autoridade dos fiscais, pelos carregadores, suscitam conflitos e também certos ajustes e manipulações nas relações entre carregadores e fiscais.

De acordo com um levantamento realizado por nós, os dados registrados no cadastro dos carregadores autônomos, disponíveis na CEASA, durante o ano de 1998 17,9% haviam recebido advertências e 3,0% sofreram suspensão de 7 dias, em média. Os motivos das advertências, em geral, se deveram a não observância das regras que normatizam o trabalho e a comportamentos inadequados: 26% estavam relacionados a não observância das regras de trânsito, 23% ao uso e manejo indevido do “carrinho”, 22% a comportamentos inadequados e 29% ao infringimento de normas de carregamento e descarregamento. Quanto às suspensões, a maioria delas (60% aproximadamente) foi aplicada devido a comportamentos inadequados.

São freqüentes as advertências verbais quando descumpridas as regras, principalmente nos itens de horário e sobrecarga, segundo os fiscais. O limite de carga está

fixado em 20 caixas, mas para “compensar” as “viagens” (trajeto feito entre os pontos de compra até o veículo) muitos trabalhadores o ultrapassam. O motivo para tal infração é atender o freguês rapidamente, o que pode baratear o preço do transporte e também garantir a “caixinha”.

Se, por um lado, existe o controle formal da parte dos fiscais com relação aos excessos de carga e de velocidade, por outro também existe o controle informal que se expressa nas brincadeiras feitas com aqueles que cometem erros nas manobras e que são mais lentos na condução do “carrinho”. Os deslizes são motivos para gritaria geral no local de trabalho e acabam servindo também para aliviar a tensão provocada por essas regras que, segundo eles, “atrapalham o serviço”.

O mercado sofre uma queda significativa entre os meses de abril a setembro devido, principalmente, ao baixo consumo de verduras e frutas nesse período, embora a tecnologia agrícola e o desenvolvimento de áreas de produção frutífera no Nordeste permitam o abastecimento ininterrupto do mercado. Nos meses de outubro a março, época de algumas safras, juntamente com o verão e a ocorrência de alguns eventos comemorativos, a comercialização na CEASA se intensifica.

Os meses de queda do consumo são bastante sentidos pelos carregadores autônomos, pois o seu ganho também se reduz, uma vez que o mesmo provém do movimento existente dentro do entreposto. O carregador autônomo recebe mediante a prestação de serviço. Antes de fazer a carga (ou descarga) é feito um acordo entre as partes (trabalhador e cliente), no qual se estabelece o preço do serviço. Nesse momento o cliente passa ao carregador uma lista de mercadorias que devem ser transportadas. Ao completar a tarefa é efetuado o pagamento. Algumas vezes, fica estabelecido entre ambos a execução do trabalho e

o pagamento semanal, mas prevalecem as negociações feitas no momento de cada serviço contratado e prestado, pois inexistente contrato escrito entre eles.

Para os carregadores de box (assalariados), que já têm o valor de seu trabalho estipulado, o movimento e a quantidade de carga/descarga que fazem não interferem no que recebem ao final do mês. Para estes carregadores a diferença no ritmo de trabalho ocasionado pela queda no consumo só faz mudar o tipo de trabalho a ser executado. Sem entregas para fazer serão incumbidos de outros afazeres, como arrumar as caixas, limpar o box, arrumar o estoque, enfim, serão ocupados até completarem sua jornada de aproximadamente 8 horas diárias.

As expressões empregadas pelos trabalhadores e que servem para diferenciar essas duas categorias são: “o carregador autônomo corre atrás do serviço e o serviço corre atrás do carregador de box”.

Embora essas duas categorias de trabalhadores se submetam igualmente a tarefas manuais, elas vivenciam distintamente o trabalho, ou seja, enquanto o assalariado goza de uma certa “estabilidade”, o autônomo não dispõe de vínculos que lhe assegurem diariamente o trabalho e, conseqüentemente, seu ganho. Se o carregador autônomo tem a “liberdade” para definir a sua jornada de trabalho, garantindo as pausas necessárias para recompor suas energias, o carregador assalariado cumpre seu horário executando outras tarefas não menos árduas que a carga e a descarga. Desta forma, as concepções desses trabalhadores sobre o trabalho e seu processo se diferenciam nessas particularidades que os caracterizam.

CAPÍTULO II – Concepções e Vivências do Trabalho e do Processo de Trabalho

Neste capítulo analisaremos os depoimentos dos trabalhadores, como eles percebem e elaboram a sua vivência no dia-a-dia de trabalho. Propomos uma análise das representações no que diz respeito ao trabalho e ao processo de trabalho. Para torná-la viável consideramos aquelas categorias que aparecem com mais frequência.

1. Concepções dos Carregadores Autônomos sobre o Trabalho

*“O homem tem que comer com o suor do rosto”
(entrevista n°20)*

Alguns carregadores autônomos associam o trabalho à dignidade humana e à honestidade. Esta forma de pensar o trabalho tende a valorizar e igualar, no plano moral, todos os homens – trabalhadores, desde que consigam garantir a sua sobrevivência e a dos seus. Ser trabalhador implica incorporar valores éticos de dignidade e honestidade, opondo-se ao não-trabalho, que implica na impossibilidade de garantir a sobrevivência e em ampla desvalorização social e moral de si mesmo. Os depoimentos dos entrevistados sugerem essas idéias:

“Trabalho prá mim significa dignidade porque todo homem, independentemente do que ele faz, desde que ele está ganhando, mantendo sua vida de maneira honesta, de uma maneira digna ... que você seja um faxineiro, que aquele que está puxando um carrinho na CEASA, aquele que está varrendo a rua. Então, desde que ele está mantendo a vida dele trabalhando

ali e sai de manhã e chega à tarde e no final do mês ele tem seu salário prá viver, a gente só pode ver uma pessoa dessa ... uma pessoa digna". (entrevista nº 22)

"O trabalho significa honestidade, significa humanidade. A gente procura cumprir os deveres no máximo que puder para que as coisas corram tudo bem para que a gente não fique, vamos dizer assim, se escondendo, correr prá cá, correr prá lá". (entrevista nº 10)

"O trabalho prá mim significa um modo de sobrevivência porque se a gente não trabalha, hoje em dia, a gente não come, é difícil". (entrevista nº 19)

"Sem o trabalho eu não faço nada. Com o trabalho, eu consigo ... eu cuido da minha esposa, do meu lar. Com o trabalho, eu pago água, luz, um médico, tudo. Com o trabalho, eu me viro, ajeito todas as minhas coisinhas". (entrevista nº 5)

Ferreira S. P. (1996: 21), utilizando o conceito de Marion Shaw²⁶, afirma que "o trabalho desempenha um papel central em nossas vidas, não somente por nos permitir o acesso aos meios de sobrevivência através da renda que proporciona, como também por nos conferir um status social. Ter trabalho significa ... dispor de um lugar na sociedade; o contrário implica uma punição", ou a perda de uma forte identidade social, que para os trabalhadores significa estar produtivo e garantir o seu papel de provedor diante da família. O contrário implica não responder às exigências, às normas sociais e aos deveres diante da família, ocasionando o sofrimento e desespero. Assim, podemos entender que para os trabalhadores o trabalho colabora para a felicidade que é vivida material e subjetivamente, conforme o

²⁶ SHAW, M. *Man does, woman is*. Londres: Faber and Faber, 1995.

depoimento a seguir:

“Eu sou feliz através do meu trabalho. Se eu não tivesse trabalho eu era uma pessoa triste, não era feliz, então me realizo nas outras partes através do trabalho. O trabalho tem a ver com tudo, com meu casamento, meu dia-a-dia, minha saúde, na vida espiritual”. (entrevista nº5)

“Se eu estou trabalhando não penso nada, não me lembro de fofocas; os outros falam da vida deles e eu não falo da vida dos outros. Não me lembro de nada. Trabalhando só penso em trabalhar”. (entrevista nº9)

Alguns carregadores avaliam o trabalho autônomo de forma positiva. Valorizam a autonomia proporcionada por esse trabalho quando comparado ao anterior (trabalho assalariado), pois se sentem “livres” e não submetidos ao controle de outrem na execução das tarefas, tal como no trabalho industrial:

“Ali, a gente trabalha à vontade, ninguém manda. Se pode correr, corre; se não pode, vai um pouco mais devagar. Trabalho quanto posso, conforme dá prá tocar. Não é igual a firma que as pessoas ficam em cima, perturbando o tempo todo, pessoas pior do que a gente quer mandar”. (entrevista nº9)

“Eu ficava muito preso. Achava um trabalho meio escravo. Mesmo como está na CEASA, sem ter um cálculo, está melhor. É livre. A hora que quer, pára no meio do ano”. (entrevista nº7)

Exercendo este tipo de trabalho, os carregadores têm a ilusão da liberdade e da autonomia, visto que as características individualizantes do trabalho por conta própria, tais como o comando e controle do exercício do trabalho, habilidade pessoal, controle de horário desenvolvem nesses trabalhadores uma certa “experiência” na condução e autogerenciamento de seus negócios. Esse tipo de trabalho representa a possibilidade do sucesso econômico-

social, como afirma Prandi (1978:61): “é o trabalhador independente, o empreendedor virtual que se transformará idealmente no futuro empresário ou que logrará ocupar algum lugar de destaque no seio da pequena burguesia urbana, afirmando-se, com ele, a ideologia do esforço próprio e a virtude do trabalho”.

Contudo, se há autonomia do trabalhador em se oferecer continuamente no mercado de trabalho, detendo seus instrumentos de trabalho, como autônomo a sua liberdade é bem relativa quanto às chances e oportunidades de exercer as suas atividades devido aos constrangimentos percebidos, principalmente pela grande oferta de mão-de-obra excedente no mercado e pelo crescimento do desemprego. São os “bicos” que lhe mostram com maior visibilidade a atual crise de emprego.

Os carregadores autônomos mesmo com esta concepção de trabalho consideraram insegura e precária a sua inserção no trabalho autônomo, dimensionando-a por sua instabilidade, precariedade de vínculo e riscos. Assim referiam-se alguns entrevistados:

“Vou até a CEASA porque como eu ainda continuo pagando os meus direitos prá trabalhar, eu tenho acesso, então eu vou, mas não com o serviço firme. Eu vou lá, tento achar. Tem dia que a gente chega e acha, mas a maioria dos dias a gente vai lá, fica lá, perde um tempo e volta sem ganhar nada”. (entrevista nº2)

“E se machucar? Que eu não sou registrado. Ninguém tem compromisso comigo. Se eu me machucar, como vai ficar? Se eu tiver, eu como; se eu não tiver ... não como. Tem três carregadores parados porque pegaram dengue e quem está ajudando eles? Quem está dando comida? Porque ele não é registrado em firma; não tem nada, não tem compromisso com ninguém. Eu trabalho há dez anos prá uma pessoa, se eu me machucar amanhã, acabou! Eu

não sou empregado dele. Ele não me reconhece como empregado dele. Não sou reconhecido. Eu sou reconhecido como chapa ... o carregador. Que direito tem chapa? Que direito tem carregador? Não tem direito nenhum. Chega no final do ano, você não tem décimo terceiro, você não tem férias, você não tem nada". (entrevista nº 22)

De acordo com Antunes (1995:44), há tendências, dadas pela subproletarização do trabalho, que se fazem presentes nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, *terceirizado*, vinculados à *economia informal*. Aos trabalhadores nelas inseridos restam a “precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial”.

A condição de autônomo é avaliada, por alguns carregadores, como uma “alternativa” de sobrevivência diante das transformações no mundo do trabalho e de suas conseqüências sócio-econômicas. Sem qualificação profissional e com idade acima dos limites requeridos pelas indústrias, esses trabalhadores se vêem “obrigados” a se submeterem a trabalhos “pesados” e “inseguros”:

“A gente faz mais por obrigação porque se eu não encontro serviço fora daqui com a idade que eu tenho, então eu estou sujeito a fazer esse tipo de serviço, mas eu não acho bom. Então, a gente faz mais por obrigação mesmo. Eu estou tentando é ... ver se eu consigo voltar a trabalhar nas empresas, em firmas, mas hoje em dia está tendo um preconceito. Hoje, eles estão pegando o funcionário que tenha estudo mínimo colegial completo e idade mínima de trinta anos. Então, está aí a minha dificuldade de encontrar serviço. Eu

batalho, eu procuro, já fui em várias empresas e a resposta é sempre a mesma". (entrevista nº2)

O trabalho "pesado" é percebido pela intensidade do ritmo de trabalho e pelo dispêndio de força muscular. Assim dizia um informante:

"O trabalho é pesado e corrido. Tem que ser corrido porque tem horário, tem o tempo certo. O cara quer sair rápido, pega o carregador que é mais rápido ... e a gente é uma dessas pessoas que procura fazer o serviço ... conhece todos os setores e tem condições de soltar o freguês mais cedo. Dando preferência prá gente, a gente tem que agilizar. Eu acho um exagero o peso que a gente carrega, uma afronta. Muitas vezes, você se sente até obrigado a puxar aquilo ali. Prá fazer a vontade do freguês e prá não perdê-lo". (entrevista nº22)

Outro fator que torna o trabalho extenuante, segundo esses trabalhadores, é o trajeto que percorrem para atender o cliente, pois é necessário se deslocarem para diferentes áreas do mercado para buscarem as mercadorias por ele adquirida e, por último, deslocarem-se até o estacionamento, onde o veículo é carregado. Alguns afirmam que a média é um percurso de mil metros por "viagem".

Outros estudos com trabalhadores envolvidos em trabalhos que requeriam o intenso uso do corpo, analisaram categorias semelhantes, cujas definições são explicadas a partir da própria vivência desses homens. Assim, o trabalho é percebido como "pesado", "cansativo" quando exige um grande dispêndio de energia; em oposição há referência ao trabalho "leve" aquele que requer pouca movimentação do corpo, para cujo desempenho os trabalhadores podem permanecer sentados (bancário, escriturário), o que também revela a maneira pela qual aqueles trabalhadores percebem a divisão social do trabalho (Costa, A. M., 1980:74-77).

2. Concepções dos Carregadores Autônomos sobre o Processo de Trabalho

O dia-a-dia do carregador autônomo

*“O peso é brutal. É peso prá cavalo.”
(entrevista nº20)*

Os carregadores autônomos se dirigem à CEASA antes do sol nascer. Assim que chegam, pegam seus instrumentos de trabalho e, principalmente, os mais antigos, que têm uma clientela fixa, já partem para a execução das tarefas; outros ficam à espera do cliente para primeiramente negociar o preço da tarefa e, em seguida, caso haja acordo, executá-la. É uma negociação constantemente refeita e encontrar trabalho é uma questão de sorte e de escolha dos comerciantes, uma vez que estão sempre disponíveis para trabalhar, oferecendo a sua capacidade permanentemente naquele local. Até mesmo a concentração dos trabalhadores num espaço circunscrito da CEASA (nas extremidades, entre as mercadorias a serem transportadas e os comerciantes que as ofertam ou compram) expressa aquela disponibilidade a espera da oportunidade de exercer a atividade:

“O dia do carregador é o seguinte: o carregador levanta cedo, vai até a CEASA. Tem os pontos de parada onde eles ficam. Ai, ele vão jogar com a sorte. Tem os compradores, que são os feirantes, os varejistas; então, eles (os carregadores) permanecem no ponto. Esses compradores vão chegar lá e chamar: eu preciso de você prá fazer tal carga. Quanto você me cobra? Então, o carregador dá o preço. Ai, o camarada pega prá fazer o serviço dele. No outro dia, se ele quiser continuar com aquele carregador, ele continua. Ele chega lá e chama: vamos lá? O carregador já sabe do serviço, já vai direto. Se não, ele troca de carregador”. (entrevista nº2)

As atividades da maioria dos carregadores autônomos têm início às 7h, quando é tocada a sirene autorizando a descarga de mercadorias. Normalmente, isto acontece em três dias da semana: às segundas, quartas e sextas-feiras. Poucos são aqueles que, em acordo com o cliente, trabalham além dos chamados “dias de feira”, pois a comercialização dos produtos no M.L. (pedras) é bastante reduzida nesses dias. Embora, a entrada de caminhões carregados de mercadoria seja ininterrupta, o número de carregadores autônomos no âmbito do mercado executando suas descargas é pequeno, visto que (além das regras que limitam o horário da descarga até a meia noite), está se tornando comum a presença de outros trabalhadores pagos pelos produtores e/ou comerciantes para executarem esta tarefa.

Para que o horário da descarga dos produtos seja cumprido, os carregadores, necessariamente, têm que estar no local de trabalho com, aproximadamente uma hora de antecedência para efetuar tarefas que precedem o descarregamento, como nos revelou o depoimento a seguir:

“Eu chego aqui por volta das cinco e meia, seis horas; três dias por semana. Tenho que deslonar o caminhão, vou começar a trabalhar a descarga às sete horas”. (entrevista nº20)

Centenas de caminhões carregados, com a guarda traseira aberta, voltadas para o centro das plataformas, aos poucos vão sendo esvaziados. Os carregadores autônomos se movimentam rapidamente entre as carrocerias e as “pedras” onde serão colocados os produtos, concretizando, assim, o acordo acertado anteriormente. Os depoimentos revelam uma rotina exaustiva, como podemos perceber:

“A gente pega a mercadoria que está no caminhão, põe no carrinho. O carrinho, você tem que levar na pedra do vendedor, descarregar, prá ele revender para o feirista”. (entrevista nº7)

A descarga, assim como a carga, são descritas como um trabalho individualizado e solitário. Dada sua própria natureza, não existe, no momento da realização da atividade, a relação direta entre capital/ trabalho e, por isso mesmo, é conferido ao trabalhador por conta própria um maior domínio sobre o exercício do trabalho uma vez que o mesmo é proprietário dos instrumentos de trabalho, é detentor do conhecimento e controle de processo de trabalho e possui habilidades para realizá-lo. A sua prática é basicamente individualista, o que ratifica traços individualizantes do trabalho e do produtor (Cacciamali, 1983:29). Nesse momento também, o carregador não se percebe como participante do processo que liga a produção ao consumo.

Às 8h, novamente é acionada a sirene, desta vez autorizando a carga. As primeiras horas são liberadas apenas para os veículos que se encontram nas áreas de estacionamento do mercado; a partir das 9h também poderá ser feita para os veículos estacionados às margens das plataformas.

A carga de mercadorias também é uma tarefa primeiramente contratada informalmente entre trabalhador e cliente. Os carregadores, acompanhados ou não dos seus clientes, percorrem os diferentes pontos onde foram comercializados os produtos e assim que carregarem seus carrinhos se dirigem para os veículos onde acomodam as caixas, os sacos ou até mesmo produtos à granel, como abacaxi, melancia abóbora, etc.

O carrinho é o instrumento de trabalho utilizado pela maioria dos carregadores autônomos para a execução das tarefas. Ele é tido como um “patrimônio valioso” e uma das “garantias” do trabalho, cuja aquisição demanda acúmulo de poupança e investimento. A principal queixa desses carregadores é a falta de um local adequado para guardá-lo:

“Eles deram um barracão prá nós onde nós colocamos os carrinhos. Pouco tempo, eles começaram a arrancar as telhas, deixando os carrinhos no tempo.

Os carregadores pagam solo, pagam tudo ... precisa guardar. É que nem condução da pessoa, tem que guardar para o sol e a chuva não estragar”.

(entrevista nº7)

Por exercer atividades que exigem intensamente o uso de força muscular, alguns carregadores autônomos pensam seu corpo também como um instrumento de trabalho:

“Meus instrumentos de trabalho são: as mãos, os pés e o carrinho”.

(entrevista nº4)

“A ferramenta de trabalho é somente o carrinho e a manutenção do meu corpo”. (entrevista nº20)

O uso intenso do corpo é o meio através do qual eles exercem suas atividades, portanto, afigura-lhes que ferramenta e homem se confundem, parecendo ser um a extensão do outro.

De maneira geral, os trabalhadores entrevistados não vêem possibilidades de mudanças nestes instrumentos de trabalho que possam, de alguma forma, atenuar as suas tarefas. Alegam que não há necessidade devido a “queda de serviços” uma vez que há mão-de-obra disponível, nesses últimos anos, implicando em maior desemprego. Julgam também que os espaços e as condições dos locais onde são executadas as atividades não tornariam viáveis a instalação de novos instrumentos de trabalho:

“Nos boxes, eles usam mais containers e carrinho hidráulico, mas ali embaixo (ML) fica meio difícil. Ali são quase insubstituíveis esses carrinhos. A pedra é estreitinha, tem um corredorzinho, então, como você vai entrar com um container que tem um metro de largura? Como você vai descer uma rampa com um negócio daquele e subir a outra? Sozinho!? Não tem como”.

(entrevista nº22)

“Não tem como modificar. Por exemplo, por pneu. Pneu no meio daqueles pregos, ele fura!”. (entrevista nº9)

“Se fosse antigamente, eu acho que teria necessidade. Eu tinha muito trabalho, mas hoje eu não tenho. Nem penso em pegar um carrinho melhor que eu não tenho condições de comprar outro ... melhor ... superior a este. Então, eu acho, pelo que eu faço hoje, esse aqui está bom até demais”. (entrevista nº20)

As soluções imaginadas para a modificação do “carrinho” sempre implicam em adaptações capazes de poupar a intensidade do esforço requerido para o trabalho:

“Eu pensei em por motor do mesmo jeito de uma bicicleta, aí poderia por acelerador de um lado do cabo e o breque do outro. (entrevista nº19)

“Poderia ser melhorado, deixar ele mais leve um pouco. Tem lugar que fica pesado ... a subida da rampa. Se tivesse um motorzinho, ali na rampa ia ajudar bastante. Apertava um botãozinho, não precisava fazer tanta força. Mas, isso é uma coisa ... fora ... de primeiro mundo. Se tiver um CEASA lá prá fora, com certeza que ele já inventou alguma coisa bem diferente, um carrinho elétrico. O cara não tem que fazer tanta força”. (entrevista nº8)

A atividade de carga e descarga é avaliada pelos trabalhadores autônomos como “desgastante”, que “judia muito do físico”, tanto que ao chegar em casa, após o trabalho, só querem “deitar e descansar”, “sem ânimo prá sair a lugar algum”, pois estão com os “músculos doidos”. Quando falam do tipo de trabalho, descrevem o uso do corpo a que estão sujeitos, percebendo negativamente o grau de exploração da força física. Vislumbram, por vezes, as possibilidades de resistirem às condições impostas por este tipo de trabalho, mediante a ação coletiva, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, reafirmam uma relação bastante individualizada com o trabalho diante da concorrência, submetendo-se,

portanto, ao intenso desgaste mas cuja recusa pode resultar na perda da oportunidade de trabalhar:

“É muito cansativo. É peso exagerado. É porque um carrega vinte, você também tem que carregar. Aquilo ali é serviço de escravo. Você enche um carrinho de tomate: vinte caixas de tomate, vinte e cinco quilos por caixa, quanto dá? Quinhentos quilos. Então, prá mim, é serviço de escravo. Não é um peso prá homem puxar! Esse é peso prá um animal puxar. Agora o culpado disso, muitas vezes, não é o dono de pedra. O culpado disso são os próprios carregadores que não se unem, não têm união. Se é um peso que eu não posso puxar, não devemos puxar, mas isso ... se eu não puxo, outro vai e puxa. Eu não puxando, minha situação vai ficar comprometida porque eu não vou ter serviço. Então, se for ver não são os donos de pedra, os produtores; os culpados somos nós mesmos”. (e. nº22)

Neste depoimento o que se torna evidente é uma explicação para essa exploração, cuja razão está neles próprios, ou seja na falta de união e a concorrência. Estes dois fatores, conforme o entendimento dos carregadores, contribuem para a exploração da capacidade de trabalho dentro do mercado, de alta concorrência e de maior disponibilidade de mão-de-obra, fatores esses que favorecem o rebaixamento do seu preço, cuja regulação se faz livremente e sempre tendendo a favorecer os proprietários das mercadorias que, por sua vez, também pressionam pelo menor preço da carga e descarga. Assim, os entrevistados qualificam de oportunistas aqueles que se recusam a pagar o preço do serviço que, geralmente, varia de R\$3,00 a R\$8,00. Um dos entrevistados afirmava:

“É óbvio que existe aqueles aproveitadores, devido o paradeiro que se encontra lá na CEASA. Existe aqueles aproveitadores que querem que o

carregador trabalhe de graça, então não é possível o camarada se rebaixar a tanto. Esses indivíduos dão o preço e querem que você trabalhe a troco de R\$10,00 o dia inteiro, debaixo de peso, mas não querem cumprir o dia-a-dia do carregador. Quando ele tem serviço, tem que desafogar. Desafogou, descartou o carregador". (entrevista nº2)

O uso intenso da capacidade de trabalho no mercado concorrencial entre os carregadores também é percebido por alguns entrevistados como uma situação provocada pela Administração da CEASA que "permite" a presença dos "bicos" e "penetras" na execução das atividades de carga e descarga, privilegiando, desta forma, os interesses dos permissionários. A Gerência de Mercado, no entanto, assume um discurso descompromissado com os trabalhadores cadastrados afirmando no plano ideológico a vontade individual do trabalhador diante do trabalho e não a garantia ou a proteção dos que estão cadastrados.

Como não existe um contrato formal para a execução das atividades, a relação entre o carregador e o cliente é garantida através de laços de lealdade e de padrões de reciprocidade e trocas, em que entra em jogo a possibilidade de concessão e de continuidade da prestação de serviços. Em contrapartida, os trabalhadores procuram captar a sua clientela a partir dessas relações. Como diziam:

"Ali, na CEASA, depende do cara ... da amizade. Tem que ter amizade com o povo ... os donos de pedra, os fregueses. Tem que tratar bem, cuidar bem da mercadoria, não bater, você colocar com jeito no caminhão. Eu procuro trabalhar certinho e tratar bem o cara. Não está de bom humor, está bravo? Você tem que perceber tudo isso. Outro dia o cara está brincando, você brinca com o cara. Vale muito o dono da pedra; ele indica você para outros". (entrevista nº5)

A relação carregador/cliente é ambivalente também. Há, nesse caso, a permanente disponibilidade do trabalhador diante dos interesses antagônicos. Ora ele percebe a exploração do trabalho e o cliente é caracterizado como “aproveitador”, “espertinho”, “mão-de-vaca”, “morto de fome”; ora as relações se caracterizam como solidárias e amigáveis. Da mesma forma o cliente é tido como a pessoa “mais importante” da CEASA, pois garante o trabalho e, conseqüentemente, a sobrevivência do trabalhador autônomo.

Os rendimentos dos autônomos são percebidos como a somatória de pagamentos efetuados em cada prestação de serviço. Como afirmavam:

“É de viaginha em viaginha. Vou juntando dez, quinze; vou juntando. No fim do dia eu conto o quanto deu, falo: hoje, eu ganhei tanto”. (entrevista nº8)

“Vamos supor, eu ganho, hoje, 50, então eu sei que eu tenho 50. Se eu ganho mais 50 amanhã, eu sei que é 100. Final da semana, chegou 6ª feira, se eu ganhar 100, eu sei que eu tenho 200 e aí ... formando 4 semanas no mês, vai chegar uma conclusão que eu ganhei R\$800,00”. (entrevista nº22)

Renda e salário comportam distintos conceitos. Para Prandi (1978:76): “enquanto o salário é a expressão monetária da parcela de valor que é paga ao trabalhador em troca da venda de sua força de trabalho, a renda é a expressão do valor produzido pelo desgaste da força de trabalho do próprio proprietário dos meios de produção. Eles expressam relações distintas de trabalho, relações sociais diferentes. Corporificados na forma de dinheiro, no entanto, eles se reduzem - no mercado - a uma mesma categoria, que permite comprar outras mercadorias e serviços necessários à reposição, em ambos os casos, da força de trabalho consumida no processo de trabalho.”

Certamente o trabalho autônomo personaliza as relações de trabalho com o cliente, invertendo diante do mercado as relações sociais, movidas pela forma da mercadoria e pelo seu fetiche, tão bem assinalados por Marx (1983:71): “o mistério da forma mercadoria consiste simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos”.

As rendas, segundo os informantes, variam conforme o número de clientes atendidos e, conseqüentemente, de “viagens” efetuadas, o que depende do relacionamento estabelecido entre ambos porque, como se trata de uma prestação de serviço, sem contrato formal de trabalho, depende do estabelecimento de um vínculo pessoal forte para que seja assegurada a continuidade da prestação deste serviço.

Como não existe uma tabela de preços para as “viagens”, os valores do transporte são negociados entre o prestador e o comprador de serviço e, assim, a renda é determinada pelos períodos de maior comercialização dos produtos e pelo número de carregadores que “livremente” estipulam o seu preço, ou seja, o valor de cada “viagem” sofre a influência da quantidade de serviço e da concorrência entre eles. Quanto menor a oferta de produtos e quanto maior a oferta de trabalho mais favorável é a situação dos comerciantes dos produtos que, ao pesquisarem o preço rebaixam, ainda mais o valor do trabalho de carga e descarga.

Na condição de autônomo e atuando em situações instáveis de trabalho, esses carregadores se sentem inseguros para traçar planos para o futuro. Assim, comparam e acabam valorizando o trabalho assalariado que proporciona maior estabilidade e certeza da garantia de sobrevivência:

“Quem tem salário fixo tem uma garantia prá pagar uma coisa que você vai comprar e quem não tem não pode fazer projeto ... planejamento algum. Você não tem um salário que pode ter certeza que vai ganhar porque, às vezes, você tem seu freguês certo, mas amanhã ele pára. Ele pára e fala: pode arrumar outro serviço, outro freguês. Então, você tem que fazer seu planejamento à vista. Você não pode falar: eu ganho tanto. Quando você pensa que vai ganhar X, ganha só a metade”. (entrevista nº6)

Ao falarem sobre a renda os entrevistados estabelecem, ainda, uma hierarquia entre eles, obedecendo aos seguintes critérios: lógica dos contratos de prestação de serviço de acordo com as categorias de clientes (mais ou menos capitalizados); grau de estabilidade na prestação do serviço; oportunidades da obtenção de renda e sobrevivência. Desta forma, há carregadores autônomos que prestam seus serviços para um único cliente (normalmente os grandes distribuidores) e o pagamento é feito integralmente no final do mês. Neste acordo o valor de seu trabalho é pré-estabelecido, independente do volume a ser transportado. São esses os carregadores, situados no topo da hierarquia e considerados pelos informantes como os mais “reconhecidos”, isto é, melhor remunerados, não sofrendo a pressão diária da concorrência de outros carregadores.

Os carregadores que prestam regularmente os seus serviços para clientes detentores de menor capital gozam de maior instabilidade, pois além de sofrerem a grande concorrência da oferta de mão-de-obra, os seus clientes estão substituindo-os por ajudantes (ou motoristas) contratados pela própria empresa que, por sua vez, está indo à falência. Esses trabalhadores ocupam posição intermediária na hierarquia.

Há aqueles submetidos a grande instabilidade e incerteza quanto ao trabalho. Sem possibilidades de obter um trabalho regular, eles disputam os clientes a cada dia de feira.

Eles gozam de posição inferior na hierarquia. E, por último, está o chamado “segundo carregador” (carregador “B”), o qual, não dispondo do “carrinho” para executar suas atividades, muitas vezes será subcontratado pelo carregador “A”. Esses carregadores são os que recebem menor remuneração, gozam de enorme instabilidade e não dispõem de clientela fixa. Eles aspiram a subir na hierarquia para ocuparem a posição dos carregadores “A”. Esses carregadores são vistos como aqueles em situação de maior privação:

“Tem carregador, aqui, que eu estou cansado de ver, tem dia que ele não faz uma viagem. É, carregador aqui! e muito. Esses carregadores de camisa vermelha, eles que estão sofrendo mesmo. A gente ainda descola o arrozinho e o feijão. Sofrendo estão esses carregadores. Eles não têm renda de maneira alguma. Por coincidência, às vezes, eles conseguem ganhar cinco conto por feira. O dia que eles ganham dez conto, eles saem daqui na maior alegria”.

(entrevista n °20)

A diminuição da renda percebida tanto pela exploração do trabalho como pela concorrência poderia ser resolvida, segundo os carregadores, pela adoção de formas de regulação do preço do trabalho, mediante uma tabela. Conforme o depoimento de um informante:

“Se tivesse um valor X, uma tabela X, não teria tanta opção para o comprador escolher o carregador. Qualquer um serviria prá ele ... o que estivesse na frente, igual ponto de táxi. Mas como tem um problema de preço a combinar, fica a critério do comprador e do carregador. O cara escolhe, fica escolhendo o mais barato. E o outro fica lá ... quem tem eficiência prá trabalhar ... às vezes, ele pega até uma pessoa fraquinha, uma pessoa de idade porque cobra baratinho. Então, existe uma exploração do comprador. Deveria

ter alguém responsável prá fiscalizar essa parte de valor de viagem. É bom e faz barato, ele tem serviço. Trabalha bastante e ganha pouco”. (entrevista nº6)

O interessante é que não está presente nos depoimentos dos informantes qualquer mecanismo que possa regular o preço da prestação de serviço. Neste sentido vislumbram a possibilidade da organização corporativa viabilizar o processo, tal como fazem outras categorias de trabalhadores autônomos.

Para complementar a renda muitos carregadores recorrem a outros “serviços” manuais que também requerem esforço físico, como: pedreiro, carpinteiro, pintor, serralheiro, marceneiro, jardineiro, etc., intensificando, desta forma, o desgaste. Outros, influenciados talvez pelas chances oferecidas pelo mercado imobiliário dos bairros periféricos, recorrem às imobiliárias onde trabalham como “auxiliares de venda” de pequenos imóveis. Essas atividades complementares são desenvolvidas, segundo o grupo entrevistado, no período vespertino dos chamados “dias de feira”, às terças e quintas em período integral e no sábado pela manhã.

A jornada de trabalho desses carregadores nos últimos quatro anos é de aproximadamente seis horas, ou seja, o trabalho se inicia às 6h e, para a maioria, se encerra às 12h. Depois desse período poucos permanecem no mercado à espera de clientes, mesmo porque, como já vimos, a maior parte da comercialização ocorre neste horário e, também, porque muitos clientes já contam com seus próprios carregadores. Muitos deles relembram épocas em que trabalhavam quinze horas por dia (das 3h às 18h), sendo que “não sobrava tempo nem prá sentar”.

Prandi (1978:120-121), ao discutir sobre o tempo de trabalho entre trabalhadores por conta própria, afirma que se o tempo total gasto é menor que o tempo de trabalho desejado, conclui-se que a demanda da atividade desempenhada pelo trabalhador está

reduzida em virtude da concorrência de um número de trabalhadores maior que o necessário. Ou seja, como trabalhador autônomo, dono da própria força de trabalho, interessa-lhe um maior tempo de trabalho e o aproveitamento total das horas em que permanece no mercado.

É nesta direção que alguns entrevistados avaliam a sua jornada de trabalho, conforme o depoimento abaixo:

Quando você trabalha muito, que você é por sua conta, é uma coisa, é interesse seu. Eu não vou reclamar que eu estou trabalhando muito na CEASA como carregador. Se eu estou trabalhando bastante é porque eu estou ganhando bem. E eu sentado no carrinho é prejuízo. Antigamente, eu trabalhava muito. Há 8, 9 anos atrás a gente ganhava dois salários por dia, nos dias de feira. Eu ficava cansado porque trabalhava bastante. Hoje, estou cansado de ficar parado. Hoje, eu não estou ganhando dinheiro porque não estou trabalhando, não estou fazendo nada". (entrevista nº22)

Além de considerarem o baixo uso do tempo de trabalho como prejuízo, os carregadores autônomos percebem a jornada de trabalho articulando os elementos que a explicam (renda e ritmo) e comparam situações do presente e do passado, modificadas pela concorrência e pela oferta de trabalho.

Para os carregadores autônomos é a concorrência que aumenta o ritmo e a intensidade de suas atividades e não o ritmo da circulação do capital, uma vez que eles se sentem "pressionados" pelos fregueses que têm "pressa" e que querem "economizar" no valor do transporte, "forçando-os" a aumentar o volume de carga nas viagens. A exploração da força de trabalho nesse momento é percebida como exploração de sua energia física.

O acesso às plataformas onde estão estabelecidos os pontos de comercialização (boxes e pedras) é feito por rampas ligeiramente inclinadas. O esforço do carregador para

percorrê-las é comparado ao de um animal e serve também para valorizar a sua capacidade física. Existe uma “consciência” da necessidade de “colaboração” mútua entre os carregadores autônomos, visto que é preciso ter uma “cooperação” para subir ou descer essas rampas. Assim, os carregadores se dispõem a colaborar para aliviar o peso na subida, ou então, para evitar “choques” quando descem, pois devido ao peso, normalmente o fazem “embalados”, sem possibilidades de parar instantaneamente caso seja necessário.

Embora a concorrência sirva como um referencial para os autônomos pensarem sobre as maiores ou menores chances de oportunidades de obter o serviço, ela não é mencionada quando perguntamos sobre o relacionamento entre eles. Negam os conflitos e afirmam que “todos são amigos”. Segundo alguns informantes, existe a consciência de que “brigar” no local de trabalho pode resultar na quebra das normas e regras e, conseqüentemente, na expulsão dos envolvidos, além do que, a CEASA mantém um esquema de vigilância feita por viaturas policiais e “guardas” contratados por uma empresa de segurança. Os carregadores admitem que, devido a “correria do mercado”, podem ocorrer alguns “bate-bocas” nos momentos de “nervosismo”, que rapidamente são contornados por outros carregadores e até mesmo pelos “fiscais”.

O controle do trabalho é feito pelos “fiscais”. O fiscal detém a “autoridade, para estabelecer a “ordem”, a “segurança” e o “controle. Ele é também o responsável pela observância do regulamento. Um dos informantes confirmou a função do fiscal da seguinte forma:

“Todo mundo tem que respeitar. Eles exigem ... eles têm um papel que está todos os mandamentos: isso pode, isso não pode. Todo mundo que entra com mercadoria tem que apresentar uma nota, um romaneio de quantos quilos está entrando, de onde veio, o valor; isso é trabalho do fiscal. Se nós não pagamos

o solo, o fiscal prende o carrinho, não deixa trabalhar. Acho que é até bom o trabalho dele. A prefeitura paga eles prá fiscalizar, prá deixar a casa em ordem, não deixar furar, mas tem momentos que eles cometem um excesso. Tem coisa que era prá ser feita, não fazem e coisa que dava prá passar e eles castigam. Multam o cara só porque não usou o boné”. (entrevista nº 8)

Neste depoimento é possível notar a ambigüidade com que é percebida a fiscalização. Por um lado, o fiscal é respeitado por representar uma instância de poder em relação ao funcionamento geral do mercado e, por outro, é criticado quando esta função de mando se volta contra os trabalhadores, especialmente quando fazem operar as normas e as sanções.

A aplicação de multas é vista pelos carregadores como uma “injustiça” contra eles, sendo aplicada de forma discriminada, como explicou um dos carregadores:

“A lei que tem para o carregador é a mesma para o dono do box, da pedra. Tem a faixa que o dono de box não pode ultrapassar, ele não tem o direito de colocar as caixas dele ali. É uma área livre prá transitar. Tem hora que você passa ali e tem que largar o carrinho, tirar tudo prá poder passar. É serviço de fiscal. Fiscal passa, faz de conta que não tem nada. Mas quando ele me vê descendo com carrinho ... eu nem percebi que havia apitado, eu desci o carrinho prá passar de um lugar para o outro, eles me multaram em R\$25,00. Multar um carregador em R\$25,00? Onde já se viu uma multa prá um cara que está puxando um carrinho miserável de pesado!?”. (entrevista nº22)

As relações entre os autônomos e os fiscais são sempre ambíguas. Por um lado, é preciso garantir sua amizade e ser cordial com ele, mantendo alianças estratégicas, que os protege das arbitrariedades na aplicação das normas; por outro, há conflitos permanentes com

eles, pois representam a autoridade que resguarda as normas, detendo poder de sanções, que, na concepção dos autônomos, interferem na execução de suas atividades e na redução dos rendimentos.

O processo de trabalho, como foi apresentado em suas características simples e concretas, é desenvolvido pelos carregadores autônomos com o intuito de satisfazer suas necessidades e a dos seus. Trabalhando sob suas próprias determinações e responsabilidades, esses homens contornam as dificuldades impostas pelo mercado de força de trabalho, o qual exige, cada vez mais, qualificações que nem sempre estão ao seu alcance.

Os depoimentos dos trabalhadores revelam contradições na forma de pensar o trabalho, ora reproduzindo valores, ora conscientes da exploração da força de trabalho. Ao incorporar alguns conceitos, esses trabalhadores procuram reinterpretá-los e operacionalizá-los na tentativa de compreender e explicar a dura realidade que os cerca.

Para os carregadores autônomos o trabalho é sinônimo de dignidade e enobrecimento, enquanto o não-trabalho assume o significado de ociosidade. Esse entendimento, cujo conceito está ligado à moral, foi difundido principalmente pela ideologia capitalista industrial, no intuito de educar os trabalhadores para a subordinação e regularidade do trabalho fabril. Quanto ao trabalho autônomo está imbutida a idéia de autonomia, a qual propicia ao trabalhador a liberdade de manejo do tempo de trabalho. Porém, essa autonomia sofre restrições não apenas pelo prejuízo que pode lhe causar as horas não trabalhadas por vontade própria, mas também pela redução da oferta de trabalho.

A insegurança do trabalho faz revelar um outro significado, talvez o mais importante, pois revela o desgaste a que estão submetidos. Inseridos num processo de trabalho que tem como principal característica a rudeza e o esforço físico, os autônomos cumprem suas

árduas tarefas sob a expectativa diária da incerteza do ganho, que pode se efetivar ou não, dependendo da concorrência entre eles. Assim o trabalho passa a ser considerado “pesado”.

3. *Concepções dos Carregadores Assalariados sobre o Trabalho*

*“Não tem como viver sem trabalho”
(entrevista nº3)*

O significado do trabalho para os carregadores assalariados passa pelo entendimento de que o trabalho é um meio para se manter, para garantir a sua subsistência e a dos seus. Nesse sentido, essa concepção não difere da instrumentalidade do trabalho apresentada pelos autônomos. Aqui, certamente, se não há trabalho não há possibilidade de sobrevivência. É assim que os entrevistados se referiam:

“Se eu não trabalho, eu não como”. (entrevista nº3)

“Sem trabalho a pessoa não é nada, sem ele eu não sobrevivo, eu tenho que alimentar eu, minha esposa, meu filho, então tem que trabalhar”. (entrevista nº14)

Em seu estudo sobre os operários da mineração, Minayo (1986:210) conclui que o trabalho para eles tem uma função econômica e que lhes aparece como uma necessidade existencial para a sobrevivência e a reprodução. Assume também uma conotação de ordenação de vida, é sinônimo de dignidade e integração social. Embora os trabalhadores do nosso estudo estejam inseridos em um setor bastante distinto, suas idéias estão muito próximas das conclusões acima:

“O trabalho dignifica o homem. Um homem sem o trabalho ele teria que procurar outras razões de ser”. (entrevista nº11)

“A pessoa que não tem trabalho ele se sente uma pessoa rejeitada pela sociedade ... o trabalho faz com que a pessoa se sinta mais confiante de si mesmo”. (entrevista nº23)

O trabalho assume, no plano ético, o caráter de enobrecimento do homem, em geral e de si próprio como pessoa. O trabalho significa não só a possibilidade de sobreviver e se reproduzir, como também uma atividade que possibilita a inserção social e o ajustamento pessoal, prevenindo comportamentos ou pensamentos indesejáveis. Assim diziam:

“É melhor meu trabalho do que eu pegar no que é dos outros ... se a gente tomar, a gente não vai conseguir nada”. (entrevista nº12)

“Sem trabalho a gente fica com a mente vazia. Quando a gente está trabalhando, a mente está ocupada, a gente não tem tempo de pensar besteira, bobagem, coisa fútil”. (entrevista nº23)

Esses trabalhadores associam a sua condição de assalariado à estabilidade de remuneração e de benefícios sociais. Desta forma, qualificam-na como melhor quando comparam com os autônomos porque lhes são garantidos 13º salário, férias, aposentadoria e, em alguns casos, cobertura de assistência médica privada e participação nas vendas de mercadorias.

4. Concepções dos Carregadores Assalariados sobre o Processo Trabalho

O dia-a-dia do carregador assalariado

“Nosso trabalho é carregar peso o dia inteiro”
(entrevista nº25)

Nos chamados dias de feira, por volta das seis horas, todos os carregadores assalariados já estão chegando para iniciar mais um dia de trabalho. Às terças, quintas e sábados, isto acontece um pouco mais tarde. Os caminhões já estão estacionados nas plataformas em frente aos boxes para que os trabalhadores assalariados iniciem a descarga das mercadorias.

Os carregadores assalariados descrevem muito sinteticamente o seu trabalho como uma rotina diária simples, mas também como uma tarefa extenuante. Um entrevistado assim se refere:

“Eu descarrego o caminhão, coloco a mercadoria no chão, os clientes compram, eu carrego a mercadoria de novo e coloco na traseira do caminhão, é essa a minha função”. (entrevista nº11)

São muitos tipos de frutas, legumes e cereais que rapidamente tomam rumos diferentes: as bananas vão ser despencadas, encaixotadas, protegidas e colocadas nas câmaras frias. As laranjas, se vieram à granel, vão para os galpões para serem selecionadas de acordo com o tamanho e encaixotadas com diferentes quantidades que vão de oito a dezesseis dúzias e, de volta aos boxes, são colocadas à venda. A embalagem do mamão, por ser uma fruta “mais melindrosa” tem que ser feita manualmente e seu processo de acondicionamento realiza-se em cima da carroceria do caminhão (de propriedade do dono do box), onde os trabalhadores sobrepõem duas caixas, sendo que na de cima são acondicionados os mamões, servindo a de baixo como suporte. É um trabalho que requer movimentos repetitivos, feito pelos embaladores que apanham os mamões dispostos à granel no caminhão e os transfere para as caixas. Normalmente cabem dezesseis mamões, perfazendo um total de vinte quilos, aproximadamente, em cada caixa. A média de acondicionamento feita por cada trabalhador é estimada em noventa caixas por dia. Esta tarefa foi definida por eles da seguinte forma:

“É prá embalar é em pé ... normal, agachado, levanta, abaixa, aquele negócio ... você nem levanta e nem fica agachado, fica curvado”. (entrevista nº23)

Portanto, é uma tarefa que requer o uso corporal intenso em posturas nada confortáveis.

Como atividade, a carga e a descarga também exigem técnicas: amarrar as caixas com a finalidade de manter firme a pilha de estocagem, empilhar as frutas como abacaxi, melancia, mamão, ou fazer as correntes de corda que prendem a lona. Trata-se de uma seqüência de tarefas que requer habilidades, além do uso da força muscular e manejo dos “carrinhos”.

A partir das oito horas estão liberadas as cargas de mercadorias a serem levadas para os caminhões. E novamente os carregadores lotam os seus carrinhos e transitam pelas plataformas. A mercadoria é colocada nos veículos dos pequenos, médios e grandes distribuidores que agora irão levá-las para os seus destinos. A carga e a descarga de produtos parece uma tarefa interminável, como diziam:

“Carregar as coisa, puxar carrinho, descarregar ... até o dia terminar”.
(entrevista nº13)

“É o dia inteiro puxando carinho”. (entrevista nº15)

Assim que os compradores deixam a CEASA, os trabalhadores assalariados arrumam os estoques²⁷, empilham as caixas vazias, armazenam as bananas para que sejam climatizadas, enfim cuidam de organizar o box para o dia seguinte.

Os principais instrumentos usados nesse processo de trabalho extremamente rudimentar é o uso do próprio corpo, junto com o “carrinho”. Para os carregadores

²⁷ No caso das mercadorias como laranja, abóbora, batata que passam pelo processo de embalagem nos galpões, os trabalhadores repõem o estoque transportando-as até o box, para a venda: “a gente tira a mercadoria do beneficiamento, lá de baixo e traz pro box, aqui em cima ... fica fazendo esse trajeto o dia todo” (entrevista nº14).

assalariados este é um instrumento que alivia, facilita e agiliza a tarefa. Assim diziam:

“Se nós não tivéssemos o carrinho prá puxar as caixa aí a gente ia fazer um trabalho pior, que seria manual, só carregando caixa por caixa ... sem esse instrumento ia ficar difícil prá nós porque aí a gente ia está carregando uma por uma nas costa”. (entrevista nº23)

Assim, como os carregadores autônomos, esses trabalhadores não vêem possibilidade de mudanças nos seus instrumentos de trabalho, o que os leva a se submeterem àqueles disponíveis e utilizados no espaço da CEASA, com um certo tom de conformismo, justificando-se:

“Não tem outro jeito de mudar, aquele é o único jeito de carregar aquelas caixas”. (entrevista nº25)

Além do “carrinho” alguns trabalhadores, que também participam da embalagem e empilhamento, utilizam-se de facas - para cortar as pencas de bananas - e de luvas - nos boxes que comercializam mamão. Todos eles vestem uma camisa com emblema da firma para identificação. São instrumentos que pertencem ao “dono do serviço”.

Embora alguns carregadores assalariados definam o processo de trabalho como “agressivo”, “bastante cansativo”, quando comparado ao trabalho rural aparece como superior e melhor. Nesse sentido, um dos informantes dizia:

“Uma coisa eu te garanto é melhor do que eu fazia antigamente”. (entrevista nº 24)

Esta comparação que resgata a trajetória de migração - campo-cidade - como ascensão social, faz com que avaliem o trabalho na CEASA de maneira positiva, mesmo considerando que o trabalho ali seja manual e exaustivo, requerendo o intenso uso corporal. Contudo, segundo esses trabalhadores são acentuadas as vantagens que a nova condição de

trabalhador assalariado urbano propicia. Dentre essas estão a menor exposição às condições climáticas, o acesso aos recursos (assistência médica, principalmente) e as chances de obterem remunerações mais elevadas que no campo, apesar de ambos serem considerados “pesados”, o que significa o intenso uso corporal e de dispêndio de energia. Os vários depoimentos referem-se comparativamente ao trabalho no campo e esse da cidade:

“Aqui eu não pego chuva, não pego sol, eu trabalhava pesado e ainda por cima era ... não tinha tempo ruim”. (entrevista nº3)

“Aquele trabalho era pesado, perigoso porque se você se corta não tem remédio na hora; aqui não é diferente, é pesado também, mas tem outros recursos, aqui está na cidade. Lá, você trabalha mais e ganha menos, aqui você trabalha um pouco, mas ganha mais”. (entrevista nº24)

Estudos dos processos migratórios e de integrações de migrantes rurais nos centros urbanos nos auxiliam no entendimento dessas percepções ao esclarecerem que “a migração aparece como resposta às condições normais de existência, ... pois ... o trabalhador abandona a zona rural quando percebe que *não pode melhorar de vida*, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente ... Quando o migrante diz que a vida da roça era difícil não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente a vida rural. Quando se tenta precisar em que consistem as *dificuldades* da vida rural, aparecem três tipos de respostas freqüentemente conjugados: a miséria e falta de conforto; o trabalho *duro*, a incerteza da produção; a impossibilidade de melhoria. A esses aspectos negativos opõe-se a expectativa positiva das possibilidades que a vida urbana poderia propiciar: *esperava melhorar de vida, viver com conforto, ganhar mais*” (Durham, 1984a:113-114).

Para os carregadores assalariados entrevistados, no entanto, a experiência anterior não é desprezada, pois ela lhe deu o preparo para enfrentar outros trabalhos que requerem o intenso uso corporal:

“Eu não acho ruim o serviço que eu faço, eu sou acostumado a trabalhar na roça”. (entrevista nº17)

e serve também como parâmetro para definir positivamente o trabalho atual:

“Eu já peguei serviço pior, então isso prá mim está sendo bom, prá mim é bom, eu gosto do que eu faço”. (entrevista nº25)

A CEASA comporta estabelecimentos comerciais de grande capital, não apenas pela estrutura física ocupada ou pelo número de funcionários empregados, mas principalmente, pela complexidade na organização do trabalho, com estruturas de comando e execução melhor definidas, ou seja de divisão de tarefas, embora sejam menos complexas se comparadas às grandes empresas industriais.

É possível nessas firmas encontrarmos trabalhadores com funções distintas: gerentes, encarregados, vendedores, estoquistas, conferentes, caixas, embaladores, carregadores; o que conseqüentemente, exige uma hierarquização e divisão do trabalho. Também aí a presença do proprietário do capital é constante, o que garante maior controle e a disciplina na execução das tarefas, diferente das relações de trabalho entre os carregadores autônomos.

As chances de mobilidade ocupacional no setor são vistas como remotas para alguns, uma vez que não vêem brechas de ascenderem aos cargos de direção dos boxes, quase sempre ocupados pelos membros da família do proprietário ou pelo próprio. Julgam, os trabalhadores, que se mantiverem comportamentos adequados ao de vendedor (ser destemido, alegre e brincalhão) possam conseguir alguma ascensão. Contudo, há sempre uma rígida

divisão de trabalho nas diferentes firmas, diferenciadas pelos seus graus de especialização, monopólio da cadeia produtiva e requerimentos de trabalho.

Os trabalhadores se comparam segundo os seus vínculos com as diferentes firmas e, conseqüentemente, com os salários recebidos.

Trabalhadores que ocupam cargos de nível hierárquico superior “ajudando” no “serviço pesado” e também o relacionamento informal estabelecido entre eles, são fatos que talvez colaborem para que as diferenças promovidas pela divisão do trabalho nos postos de trabalho, não sejam tão conflitivas:

“A gente trabalha como amigo, tanto o gerente se precisar ajuda no batente, só não ajudam mais porque eles têm a função deles”. (entrevista nº11)

Minayo em seu estudo sobre os **Homens de Ferro** afirma que os trabalhadores ao refletirem sobre o seu salário são tocados “na essência daquilo que é mais escamoteado e mais velado dentro das relações capitalistas, a exploração da sua força de trabalho” (1986:176). Exercendo um trabalho sem qualificação, mas subordinado diretamente ao controle de quem adquire a sua capacidade de trabalho, eles têm diminuída a sua chance de negociarem e, sobretudo, diante do mercado de trabalho, situam-se como mão-de-obra fácil e abundante. O carregador assalariado exprime esse sentimento de exploração:

“O salário não paga o que eu faço. A única coisa que você tem que fazer é mostrar serviço e o patrão ... dê sorte de o patrão reconhecer você porque, caso contrário, a maioria fazem isso, os que não dão valia chega prá você e fala: ó, se você não quer por isso, então vai procurar outro serviço porque existe cem, duzentos que trabalham por metade do que você ganha. É difícil, não tem exigência, quem fala mais alto continua sendo o patrão”. (entrevista nº3)

A média salarial entre esses trabalhadores é de 4 salários mínimos mensais. Diante da situação de muitos trabalhadores brasileiros este patamar salarial coloca-os em vantagem em relação aos demais assalariados pouco qualificados. Existem ainda algumas firmas que, como forma de recompensa pelo tempo serviço ou pelo desempenho, aumentam o salário ou promovem os assalariados de box alterando a sua função em carteira para vendedor. Isso expressa a vigilância sutil sobre os carregadores, atingindo o que há de mais importante, o seu salário, pois entre eles é comum a execução de várias atividades, entre elas, a venda. Ser vendedor confere prestígio e status aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que deixam de ser assalariados no plano simbólico, adquirindo a posição de vendedor. Contudo, parecem continuar exercendo as mesmas funções, mesmo quando sejam identificados como vendedores em sua carteira de trabalho.

Quando o trabalhador pensa seu salário comparando-o ao de trabalhadores de outras empresas, ele se acha em vantagem. Sua opinião muda quando ele estabelece comparação com os próprios companheiros de trabalho. Acha-se injustiçado porque trabalha mais que o outro e recebe a mesma quantia, como podemos perceber neste depoimento:

“Se todo mundo trabalhasse de igual para igual ... agora, tem sempre aquele que a gente usa dizer chupim”. (entrevista nº11);

“Quando eu vejo que eu estou esforçando demais eu saio, dou uma volta porque tem muito ... no serviço, tem muita gente que enrola bem ... e os patrão não ligam prá isso, eles querem ver o serviço feito, não importa quem fez”.

(entrevista nº25)

Outra forma de se manejar a diferenciação salarial, segundo Minayo (1986:186), é através dos benefícios oferecidos. É um mecanismo de salário indireto e de controle poderoso do absenteísmo, pois garante cestas básicas àqueles que não faltam ao

trabalho, o que representa cerca de 20% do seu salário. Algumas firmas oferecem o bônus coletivo às vendas que é a forma mais aprimorada de fazer com que os trabalhadores “vistam a camisa”, ou seja, assumam os seus interesses de lucro. Assim, a intensificação do ritmo de trabalho passa a ser uma responsabilidade dos trabalhadores e não uma imposição patronal.

O contato direto entre o proprietário das firmas e o trabalhador acaba por estabelecer um ambiente em que as diferenças de interesses são resolvidas através de favores que vão desde os empréstimos financeiros à doação de produtos, que complementam suas refeições diárias. Não há dúvida de que esses favores acabam sendo benefícios concedidos pelos proprietários dos boxes aos assalariados, complementando-lhes os salários, ao mesmo tempo que acomoda as relações sociais e previne conflitos entre ambos. Os depoimentos apontaram essas trocas:

“A gente faz uma muamba, leva frutas, verduras, a gente pega uma coisa aqui, uma coisa ali. Você acaba fazendo aquela feirinha, leva prá casa. É pro meu bem, o bem do meu filho, prá minha mulher”. (e. n°3)

“Precisei casar, ele (patrão) me ajudou. Se precisar de dinheiro prá comprar ... a hora que a coisa aperta ... ele sempre me ajudou”. (entrevista n°18)

A jornada diária de trabalho é definida pela quantidade de tarefas a cumprir. Eles sabem o horário de entrada, mas a saída “não tem hora marcada”. Assim diziam:

“Eu chego, segunda, quarta e sexta, eu entro às seis horas, aí não tem hora ... cinco horas, quatro horas, seis horas, enquanto tiver serviço, está trabalhando. Terça, quinta e sábado, entro às sete e saio a mesma base, quatro horas, cinco horas”. (entrevista n°15)

Não se queixam dessa irregularidade porque recebem horas-extras, aumentando-lhes os ganhos. A hora-extra é sempre valorizada por isso.

É possível também, encontrar algumas firmas em que a jornada de trabalho extrapola os limites legais, impondo aos trabalhadores jornadas extras de trabalho sem remuneração e maior desgaste da capacidade de trabalho. São vários os depoimentos que apontaram esses aspectos:

“Lá era pesado. A firma exigia. Depois de trabalhar na embalagem, você tinha que trabalhar no box, voltava para o barracão, aí continuava o serviço a tarde, sem descanso, sem parada. Aí, quando chegava assim, às quatro e meia, cinco horas, você tinha que começar a puxar do barracão para o box à mão mesmo, entendeu? Você passa o dia inteirinho trabalhando, depois chega às cinco horas, você está cansado ... começava encher o box”. Começava trabalhar às seis e ia embora às sete, oito horas. Não ganhava hora extra, nada. Lá, eu embalava laranja, eu puxava o carrinho, carregava mercadoria, trabalhava no box nos dia de feira, que eu fazia as entrega também e tinha que trabalhar aos domingo, também. Eu trabalhava aos domingo prá deixar o box cheio prá segunda. Não ganhava nada por fora, mas era obrigado a trabalhar domingo”. (entrevista nº3)

O depoimento acima é corroborado pelo que se segue:

“A gente devia ter o descanso pelo menos nos feriados, que não é sempre que tem. Eu acho que eles deveriam dar esse feriado prá gente descansar um pouco mais. O CEASA só pára de domingo ... feriado nada, tem box que trabalha até de domingo, não pára prá nada”. (entrevista nº25)

Dadas as características de funcionamento da CEASA, é exigido dos carregadores ritmo e força para a execução das suas tarefas, o que torna a jornada de trabalho ainda mais extenuante.

O trabalho diário no âmbito dessas firmas é intenso, não apenas pela quantidade de peso transportado nos “carrinhos”, mas também pelo ritmo decorrente da natureza das atividades. Exige-se, ainda, rapidez para conquistar o cliente mostrando agilidade e eficiência. É também a pressão daqueles que precisam colocar seus produtos o mais cedo possível nas bancas que contribui para a intensidade do ritmo de trabalho. Conforme afirmava um carregador assalariado:

“Ele (comprador) quer a mercadoria rápido porque ele tem que ir embora prá negociar ... então a gente faz o serviço mais ou menos bem feito prá que não reclame. Na firma, é importante (que tenha) alguém rápido, forte, alguém que saiba trabalhar ... porque o serviço no dia de feira é correria. Você mal atende um freguês, o outro quer também, na mesma hora, que você saia correndo com o carrinho cheio, aí você volta correndo, enche o carrinho de novo com outra mercadoria, de outro freguês e sai correndo de novo e isso continua ... Todos têm pressa de ir embora”. (entrevista nº3)

Os dias de feira costumam também requerer um intenso ritmo de trabalho, tornando-se mais cansativos aos trabalhadores pela maior demanda de trabalho em função da maior oferta de mercadorias no mercado. Os trabalhadores vivenciam corporalmente essa situação, pois esta exige um uso mais intenso do corpo. E assim afirmavam:

“Tem muita entrega prá fazer, então a gente tem que acelerar o serviço. Aí, a gente trabalha mais rápido, corre prá lá, corre prá cá, anda prá lá, vem prá cá, faz entrega ali, faz entrega cá e aí almoça, termina o almoço, descarrega, carrega de novo, amarra, manda embora e, quando chega o final do dia ... pára, aí que vem o corpo querendo relaxar”. (entrevista nº23)

O processo de descarga e carga faz com que os carregadores assalariados manipulem uma mesma caixa várias vezes durante o processo de compra e venda das mercadorias. As relações sociais aí presentes não são percebidas por esses carregadores, materializando-se nas relações entre eles e os objetos. O relato abaixo expressa muito bem esta relação:

“Uma caixa você pega de cima do caminhão coloca no carrinho, você desce ela do caminhão; do carrinho você pega ela e coloca no chão; do chão você pega ela e coloca no carrinho após ser vendido; do carrinho você leva até o caminhão e, muitas vezes, você tem que colocar no caminhão”.(entrevista nº11)

Cada trabalhador, em média, faz trinta “viagens” (trajeto percorrido para fazer a entrega) por dia, sendo que em cada “viagem”, leva cerca de vinte caixas que pesam, aproximadamente, vinte e cinco quilos, totalizando quinhentos quilos. Embora seja consenso de que é um trabalho “pesado”, desgastante, que “não é prá qualquer um”, que é “abusivo para um ser humano”, esse peso é considerado “normal”, inerente ao trabalho executado, requerendo adaptações corporais não possuídas quando do ingresso neste tipo de atividade. Aos poucos o trabalhador acaba se acostumando. Não parece existir qualquer contestação ao carregamento de peso excessivo. Os depoimentos apontaram essas questões:

“Antigamente, eu ficava um pouco cansado, mas hoje, eu acostumei, não sinto muita canseira. A gente vai acostumando, com o tempo você vai acostumando. Antigamente, eu não fazia isso, não era acostumado, tudo que você faz que não é acostumado, você fica cansado, depois que você acostuma, então você não sente mais cansaço”.(entrevista nº24)

“Quando eu comecei, eu chegava em casa não conseguia nem comer, já tomava banho e já ia dormir. Hoje em dia, eu chego ... normal. Tem dia que a gente esforça muito, chega bastante cansado. Hoje, acostumei, o meu corpo acho que acostumou com isso aí. Não é tão difícil prá mim, hoje em dia”.

(entrevista nº25)

“Quando eu entrei aqui eu não tinha forças para acompanhar esse serviço, só que quando eu entrei aqui o ritmo era o dobro, agora ele caiu. O que eu fazia naquela época eu poderia fazer hoje, então eu entrei fraco prá um ritmo forte e o ritmo caiu prá fraco e eu adquiri força”. (entrevista nº11)

O movimento da circulação das mercadorias imprime o ritmo de trabalho desses homens dentro do mercado comprimindo ainda mais o espaço das plataformas, onde são expostas as mercadorias. São cerca de cinco metros de largura disputados pelo intenso tráfego humano, pelos instrumentos de trabalho e pelas mercadorias, requerendo a atenção constante dos trabalhadores para não causar acidentes e não burlar as regras impostas pela CEASA. Os compradores procuram pelos preços menores, pelas mercadorias mais atraentes (pelo tamanho e qualidade), caminham pelas plataformas entretidos nessa busca. Os carregadores transitam nas plataformas num vai e vem entre caminhões e boxes, ou de um ponto ao outro atendendo aos clientes. Para chamar a atenção dos mais distraídos, os carregadores gritam, assobiam pedindo passagem. Fazem manobras rápidas para desviar de mercadorias (colocadas irregularmente fora dos boxes), ou dos compradores e dos próprios companheiros de trabalho.

A tensão presente nesse ambiente, às vezes, é justificada pela presença dos carregadores autônomos nas plataformas, que foram buscar mercadorias para atender ao pedido de seus fregueses, o que gera conflitos e disputas pelo exíguo espaço onde circulam

assalariados e autônomos. Nesse sentido, o depoimento de um carregador assalariado é expressivo:

“A gente não tem culpa de estar carregando também, mas só que eles acham que eles têm que correr prá ganhar dinheiro, que tem que ser rápido o serviço dele, o nosso não. O nosso salário está ganho no mês e o deles, eles têm que correr prá ganhar. Então, se você pára o carrinho aqui ... eles querem que a gente tira o carrinho da gente prá eles passarem. Ele acha que pode ser melhor que a gente por causa disso aí. Eles têm que correr prá ganhar dinheiro. Tem uns que se você não tirar o carrinho, eles mesmo tiram, passam, depois voltam o carrinho e vão embora”. (entrevista nº25)

As situações acabam sendo amenizadas pelas brincadeiras, “conversas”, que ajudam a reduzir a tensão cotidiana deste tipo de trabalho.

Os assalariados, dispondo de uma certa “segurança”, definem de maneira positiva a sua condição de trabalhador quando comparada com a do autônomo, embora a sua jornada de trabalho seja maior. Aqueles trabalhadores também percebem a exploração da sua força de trabalho mas, pressionados pela oferta do mercado de trabalho, eles a explicam como inerente à própria atividade que fazem. Isto, de certa forma, demonstra passividade, conformismo e um grande medo do desemprego que significa o não cumprimento do sustento econômico familiar.

Enquanto trabalhadores assalariados estão assegurados alguns direitos que lhes conferem uma “certeza” do trabalho e do ganho, o que, de certa forma ameniza o seu dia-a-dia, sobretudo porque existe a possibilidade, mesmo que remota, de ascensão na qual podem ocupar cargos que lhes atribuem status ainda que continuem exercendo a atividade da carga e descarga de mercadorias.

CAPÍTULO III - Representações de Trabalho, Saúde e Doença

Conforme observamos no referencial teórico desse estudo assumimos as representações sociais enquanto componentes do senso comum, congregando as idéias, concepções e visão de mundo que os atores sociais têm da realidade. Podem se manifestar nos discursos e também nos comportamentos. Elas comportam especificidades num grupo social, embora possam incluir concepções pertencentes aos grupos dominantes da sociedade. As idéias contribuem para a reprodução da dominação mas também apresentam elementos de resistência. Retomando Gramsci, tanto o senso comum quanto o bom senso são sistemas de representações empíricas e observáveis, podendo revelar a natureza contraditória da organização em que os atores sociais estão inseridos, conforme nos lembra Minayo (1996:173).

Com os pressupostos acima, propomos, a seguir, a análise das concepções de trabalho, corpo saúde e doença expressas pelos carregadores autônomos e assalariados. Embora esses trabalhadores tenham vínculos de trabalho distintos, eles apresentam homogeneidades, seja pela situação de classe ou pela atividade que exercem. Isto colaborou para que não houvesse diferenças significativas na expressão dessas concepções. Portanto, resolvemos agrupá-las num único capítulo, a seguir.

1. Concepções de Saúde e Doença

Para alguns carregadores entrevistados, um dos referenciais das concepções de saúde e doença são as condições concretas do uso do corpo, pois eles estão envolvidos em

atividades manuais, sendo o corpo um de seus meios de trabalho. Assim, a saúde se associa a “disposição”, a “vontade”, ao “vigor” para o trabalho. Ter saúde significa “ter ânimo”. É uma concepção associada ao uso cotidiano que fazem do seu corpo. É ter o corpo em condições funcionais que permitam a realização do trabalho. É a garantia da sua regularidade produtiva, como podemos constatar nos depoimentos seguintes:

“Saúde é quando estou passando bem, assim ... não sentir nada no corpo. Disposto prá trabalhar, levantar todo animado prá enfrentar o dia. Não sentir dores. Trabalhando bem”. (entrevista nº8)

“Saúde é sempre acordar com disposição, querer trabalhar”. (entrevista nº25)

A doença, por sua vez, é definida como o oposto das idéias referidas no parágrafo anterior. Como trabalhadores que fazem do próprio corpo o seu instrumento de trabalho e dele dependem para sobreviver, a doença é representada como uma ruptura do seu uso cotidiano no trabalho, significa a impossibilidade de trabalhar e, conseqüentemente, de sobreviver. Ela é concebida por alguns como “indisposição”, “corpo ruim”, “deficiência”. São idéias referidas às sensações corporais e ao uso social do corpo, cujo limite máximo se reduz a incapacidade de trabalhar igualando a doença:

“Eu levanto e me sinto ... o corpo ruim, aquela indisposição, aquela vontade de não ir trabalhar, querendo o corpo encostar. Quer dizer, não está nada bom prá mim”. (entrevista nº2)

“A gente nunca é cem por cento, alguma coisinha sempre tem. Tem uma anemia, os rins, mas doença grave mesmo, é aquela que afasta o cara, que impossibilita de trabalhar, põe na cama”. (entrevista nº8)

“Doença, prá mim é uma pessoa que não pode trabalhar, não importa o que seja. O cara pode estar bem, mas se ele não pode pegar um peso porque

prejudica a cabeça dele, tem que ficar parado por causa do tratamento. Ele está doente". (entrevista nº5)

É interessante também observar que alguns depoimentos, mesmo não descartando as doenças diagnosticadas pela medicina oficial, reforçam as suas concepções de doença como incapacidade para o trabalho. Consequentemente, passam a qualificar as doenças "graves" como sendo aquelas que impossibilitam o desempenho de suas atividades e de seu ganho. Segundo Costa A. M. (1980:119), "a pessoa se afirma doente não precisamente quando se impõe a necessidade de um procedimento diagnóstico e terapêutico ... o que primeiro define se um indivíduo está doente é a sua incapacitação para o desempenho de atividades físicas".

De acordo com Boltanski (1979:161) o uso instrumental do corpo, que induz a "valorização da atividade física e da força física" faz com que "a doença seja sentida primeiro como um entrave a atividade física ... é o que tira a força do doente, ou seja, o que o impede de *viver normalmente* e de fazer de seu corpo um uso (profissional, principalmente) habitual e familiar". Estar doente é sentir o corpo "meio diferente", "indisposto", "sem vontade de trabalhar".

Dejours (1992), por sua vez, quando analisa a representação da doença de populações faveladas classificadas por ele como subproletariado, uma vez que entre eles predomina o não trabalho e o subemprego, aponta o predomínio da ideologia da vergonha, que congrega subjetivamente a angústia da vergonha e a preocupação da possibilidade da doença vir a impedir o uso do corpo no trabalho. Aqui, a concepção da doença é marcada negativamente pela associação com vadiagem, especialmente dos homens, uma vez que ela equivale à incapacidade para o trabalho. O não trabalho significa absoluta miséria e impossibilidade de viabilizar a manutenção de si e dos familiares. Assim, a doença se torna algo a ser dissimulado e ocultado.

Alguns carregadores entrevistados acabam entendendo a doença como sendo somente “aquela mais grave”, incurável, que oferece risco à vida:

“Doença, prá mim, é ... mais grave ... câncer”. (entrevista nº23)

“Doença ... é doença ... que nem o câncer é uma doença que não tem cura. Doença que a gente fala assim, uma dor de cabeça, não é doença. Uma dor também que a gente tem, não é doença. Doença é uma coisa que não tem cura”. (entrevista nº17)

Por sua vez, as concepções de saúde remetem à idéia de bem-estar que pode se associar à percepção do próprio corpo. Ela é definida pelo indivíduo como ausências - de problemas, de dores, de sofrimento, de sintomas corporais e inalteração na aparência física. A este núcleo de representação agrupamos definições como: “sentir-se bem”, “não sentir nada, comer bem, dormir bem”, “não ter dor”. O bem-estar pode ainda se associar a uma percepção mais abrangente, na qual ocorre a sua integração social, sendo definida como um reflexo do convívio e do relacionamento do indivíduo com os demais e ainda, sob o aspecto material, envolvendo a sua capacidade de acesso ao consumo de bens necessários para a manutenção de um padrão mínimo à sobrevivência (priorizando a alimentação que se apresenta como uma reposição de energias) e o cumprimento de tarefas exigidas pela sociedade. Também reunimos neste núcleo as definições “estar tudo bem em casa”, “conviver bem com a mulher, com os filhos”, “estar bem com a vida, não ter problemas nenhum”.

Ao pesquisar as representações de saúde e doença entre famílias trabalhadoras, Canesqui (1990:74), afirmou que “o bem estar associado à saúde é uma idéia centrada mais no indivíduo do que na sociedade. Trata-se da apropriação individual e subjetiva de um conjunto de condições propiciadas pela sociedade, porém pouco explícitas nas falas dos entrevistados, mas que apreendidas subjetivamente pela ausência de problemas nas relações

personais nos estados físicos e psicológicos” e esta idéia implica ainda, “reunir um conjunto de elementos ideais de normalidade e equilíbrio referidos às sensações corporais, físicas, psíquicas, bem como as relativas às avaliações das condições e oportunidades de vida”.

A análise feita pela autora acima explica a concepção abrangente de bem estar associada à saúde presente nesse depoimento:

“Procuró não ficar nervoso. Procuró estar sempre bem com a vida, com as pessoas. Procuró sorrir bastante. Eu tendo minha casa prá morar, estando bem no meu lar, com as pessoas, tudo está bem. Não passando fome, comendo bem, dormindo bem, vivendo bem, com a cabeça erguida, vou para o meu serviço sem me preocupar, não está faltando nada na panelinha ... então, prá mim saúde é isso aí. Tem que estar bem em tudo”. (entrevista nº5)

A doença, ao contrário do bem-estar, é percebida tanto pelas alterações corporais (presença de dores, mal-estar, certos sinais, mudança na aparência), quanto por mudanças nos estados emocionais e mentais. O processo de adoecer envolve sempre experiências objetivas e subjetivas de mudanças físicas, comportamentais e a confirmação dessas por parte de outras pessoas (parentes e amigos) e dos profissionais de saúde. Trata-se, portanto, de uma experiência socialmente compartilhada e a própria sociedade dispõe de convenções sobre maneiras como as pessoas se comportam quando estão doentes.

Os depoimentos sugerem que as concepções de saúde e doença envolvem avaliações, quer seja sob um contexto social no qual o indivíduo avalia a sua capacidade de manter um relacionamento adequado e de cumprir as suas responsabilidades como provedor junto à família, quer também sob o aspecto da percepção do corpo, através de sensações. Força/fraqueza, disposição/indisposição, ânimo/desânimo são sensações através das quais os

carregadores identificam a aptidão corporal (ou não) para o trabalho, uma vez que o corpo é um meio de garantir a sobrevivência.

Duarte (1986:150) analisa as diferentes dimensões da força-fraqueza que se manifestam através de várias conotações: a primeira, relacionada às qualidades diferenciais da pessoa (dos homens e mulheres em relação à força muscular e no sentido amplo, corporal e moral); a Segunda, abarca associações com a qualidade e quantidade do sangue; a terceira, envolve a relação com a alimentação especialmente através da representação do sangue, de sua renovação, manutenção, estoque e qualidade. Para Boltanski (1979) as categorias força/fraqueza abarcam ainda idéias de substância do corpo, sendo elas muito simples e gerais, assim como as de seco e úmido, magro e gordo, suave e forte, etc.

A saúde admite também uma concepção hedonista de vida. É “estar sempre alegre”, “estar contente”. De acordo com Canesqui (1990:75), esta concepção “reflete no plano ideológico, aquela heterogeneidade das oportunidades da vida, convivendo esta idéia ainda com as concepções instrumental do corpo e individual da saúde, em termos respectivos de seu valor para a vida e trabalho, e relativo ao bem-estar”. A noção de hedonismo “desloca a saúde, como condição inerente à sobrevivência e a manutenção da capacidade de trabalho, para outra condição aspirada de vida, relativa ao seu usufruto como produto instrumental do próprio trabalho, ou seja, no nível de consumo e não das relações de produção subordinadas”.

A religião também ajuda a forjar os conceitos de saúde e doença. As representações formadas neste âmbito não dissociam o espírito da matéria, o corpo da alma; e as categorias criadas para explicá-las têm fundamentações religiosas: a “fé”, o “bem”, o “mal”, a “benção”. O poder divino se sobrepõe ao da medicina oficial e a cura dependerá da “força da fé”:

“Surge aquele problema que, vamos supor, tem um órgão seu que estraga, dá um caroço, aparece um negócio na pele. Ai, você vai lá e procura saber a origem. Você descobrindo a origem se torna fácil prá você superar a situação. Só basta ter força, ter uma ajuda de fé. Eu tenho muita fé. Eu leio bastante as Escrituras ... dentro da Bíblia a gente busca muita força espiritual. Lá dentro a gente procura se curar dessas coisas”. (entrevista nº22)

“Você crê que tudo você recebe através Daquele que é poderoso, lá em cima. Isso é saúde. Tem que confiar naquilo que está sobre nós, Aquele que é dono do ouro e da prata, que é dono da riqueza. A Escritura Sagrada diz que é Ele que enriquece, é Ele que empobrece. Se você crê Naquele lá de cima, você pode todas as coisas e só você usar a prudência. A prudência está nas Escrituras. A melhor orientação que você tem que ter prá você ter uma boa saúde, prá você ter uma boa vida e você conseguir tudo que você quer, dentro dos limites que Deus quer que você consegue, é a Escritura Sagrada. O mundo é infectado ... muitas doenças que nós nem sabemos contar, mas se eu tiver a Sua proteção, estarei livre da doença”. (entrevista nº6)

Representações sobre saúde e doença associadas à religiosidade foram analisadas por Loyola, incluindo alguns segmentos religiosos: catolicismo, protestantismo, candomblé e umbanda, cujas presenças se fazem entre as classes trabalhadoras urbanas. Segundo esta autora, para os adeptos da crença protestante “a partir do momento em que participa da Igreja e segue seus preceitos, o corpo se torna um instrumento de Deus. Estar doente é estar afastado de Deus e a doença - inerente ao homem - significa para eles a perda da graça e da harmonia com Deus. Sob este ponto de vista, Deus não é a causa, mas tem o poder de provocar doenças” (Loyola, 1984:78). Muitos dos informantes dessa pesquisa se

declararam adeptos de religiões protestantes incluindo nos seus discursos a projeção em Deus à sabedoria e o poder de fazer adoecer ou de curar os homens. Cabe a Deus a ordenação da vida e lhe compete, também, agraciar os seus filhos com a saúde ou castigar com a doença. Aos filhos de Deus, seguindo esse raciocínio, convém acreditar e segui-lo, garantindo, assim, a sua proteção.

Monteiro (1985:97-98) aponta que “o discurso religioso, pela sua própria natureza, recupera a multiplicidade de “sintomas”, dotando-as de sentido, trabalhando em *continuidade* com a experiência concreta e subjetiva que o sujeito tem de sua “doença”, enquanto que a Medicina produz uma ruptura entre o vivido e sua interpretação. O discurso religioso se organiza em sintonia com a maneira “popular” de perceber as sensações doentias, estimulando a associação sintoma-experiência e produzindo sentido a partir dela. A “doença” perde, portanto, no contexto religioso seu conteúdo orgânico original e se torna um acontecimento simbolicamente significativo que organiza e pontua a biografia individual”.

2. Concepções das Causalidades das Doenças

O senso comum mantém representações sobre a causalidade das doenças, que são múltiplas ou holísticas, diferenciando-se do modelo biomédico que tende a naturalizar essas causas, esquecendo-se das dimensões sociais, psicológicas e ambientais.

Nos depoimentos sobre as causas das doenças estão inseridos vários planos, desde aqueles mais centrados no indivíduo até os que passam pelas explicações relacionadas ao mundo natural, social e sobrenatural, como lembra Helman (1994).

As causalidades centradas no indivíduo tendem a relacionar a doença à presença de certos hábitos que podem infringir regras morais e sociais (falta de higiene, alcoolismo, drogadição), ou que são imputadas à negligência no cuidado de si próprio ou mesmo a certas predisposições individuais, afetando-o negativamente no plano moral e físico.

Alguns depoimentos são ilustrativos:

“Muitos não estão nem aí com a saúde dele ... bebe uma “birinaite”, fica meio alegrão, trabalha só alegre. Escapa, faz um freguês e vai no bar, uma pingona pro peito. Só suando, suando. Lá na frente pode fazer mal. Falta higiene também, porque muita mercadoria, as pessoas, as vezes, não lava prá comer. Pega pêssego vai comer; pega manga, vai chupando. Tem que lavar. Até a gente tem hora que erra também, não é toda vez que lava. Você está apressado, você pega um pêssego ... tem pêssego ali que foi jogado veneno prá produzir, prá não dar bicho, então ele tem um veneno na casca; tem que lavar. Pode atacar uma enfermidade”. (entrevista nº5)

“Ela pode surgir em você de várias formas. Se você por na cabeça que você está doente, naturalmente você vai ficar doente. Tem pessoa que ... se uma pessoa olhar e falar prá mim - você está pálida, hoje. É o suficiente prá ficar doente ... vai embora pensando naquilo” (e. nº22)

“Se pensar que está doente, aí que fica doente. Doença, se começar pensar isso e aquilo, fica doente”. (entrevista nº7)

A doença comporta, ainda, a idéia de causas associadas a “enfermidades hereditárias” ou “vírus” e também como um distúrbio orgânico ocasionado pelo desequilíbrio térmico (quente-frio), conforme sugere o depoimento desse carregador:

“Doença está restrita só a enfermidade causada por hereditariedade ou por vírus. É você adquirir um vírus. Se manifestar em você um reumatismo. Um problema de sangue, poderia, pensando bem, causar uma doença. Você está com o corpo frio, suado, daqui a pouco chega outro caminhão, esquenta, depois esfria de novo. Tem doença que vem por causa de um choque térmico”.

(entrevista nº11)

Boltanski (1979:76) afirma que “os termos de *hereditariedade* e de *contágio* recobrem, atrás de sua especificidade aparente, categorias muito gerais: é hereditária a doença que é própria ao indivíduo e se confunde com ele; contagiosa aquela que lhe vem do exterior, que é adquirida. Dizer de uma doença que ela é hereditária, é dizer ao mesmo tempo que é inevitável, fatal. A doença contagiosa, pelo contrário, é acidental, fortuita”.

A constante troca de ambientes com temperaturas opostas, isto é, entrar e sair de câmaras frias (utilizadas para armazenamento de alguns tipos de frutas), também é atribuída pelos trabalhadores como causa do enfraquecimento do organismo que, por sua vez, permite contrair desde uma gripe até doenças mais graves:

“Você entra está gelado, oito, cinco graus. Você sai sente aquele calorzão insuportável. Vai, entra de novo. Sai. Entra e sai, essa mudança de clima, direto, acho que é meio perigoso. Há esse choque térmico no corpo, então pode dá, talvez, uma pneumonia”. (entrevista nº3)

O grupo de trabalhadores investigados por Costa, A. M. (1980:125) apontou como uma das principais causas de desgaste físico e enfraquecimento do organismo a sujeição do corpo ao desequilíbrio quente-frio. Para a autora “o exercício corporal no trabalho é percebido como causador de um aquecimento do corpo, deixando-o, portanto “quente”. Desta forma, quando o trabalhador está desempenhando suas atividades de trabalho, seu corpo está

com excesso de calor, que deve ser perdido gradativamente”. O resfriamento brusco do corpo é considerado o causador de problemas de coluna porque tal resfriamento causa “reumatismo”.

Helman (1994:36-37), ao analisar as teorias do equilíbrio e desequilíbrio incluídas nas concepções etiológicas das doenças, remete-nos à influência da teoria humoral hipocrática que entende a saúde como resultado do equilíbrio ideal entre os quatro humores: o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile preta. A doença (desequilíbrio), por sua vez, é o excesso ou a falta de um deles e seu tratamento consiste em restabelecer a proporção ideal dos humores. O equilíbrio depende de forças externas (alimentação, meio ambiente ou agentes sobrenaturais) e de forças internas (fraqueza herdada ou estado de espírito). A medicina popular latino-americana, para o autor, foi profundamente influenciada pela teoria humoral no período da colonização, sendo conhecida pela “teoria das doenças quentes e frias”. As categorias “frio” e “quente” correspondem a um poder simbólico contido na maior parte das substâncias (alimentos, ervas, remédios). Desta forma, as doenças podem ser tratadas pela adição de alimentos quentes ou frios à dieta a fim do restabelecimento do equilíbrio (saúde).

Outros fatores causais da doença são pensados em relação à maior ou menor vulnerabilidade física em torno das categorias de resistência e fraqueza. Enquanto uns são mais “fortes” e “resistentes” às doenças (seja pela hereditariedade ou por melhores condições alimentares) outros são mais “fracos” e, portanto, vulneráveis às doenças. É interessante observar que ao se referirem a si próprios os trabalhadores pesquisados tendem a se identificarem como “fortes”, isto é, os que são capazes de arcar com um tipo de trabalho que requer vigor físico. Não se trata para eles de um trabalho para “qualquer um”, reiterando com essa expressão os requerimentos de um corpo “forte” para executá-lo.

É comum também a idéia de que a doença “pega, não tem jeito”, é “imprevisível”, “não tem como evitar”, “é o que Deus bem pensar, porque se tiver que

adoecer, adoecer”. Pensando desta maneira, trata-se de conferir à doença causalidades externas (sobrenaturais) sobre as quais o homem não tem controle, sendo predestinado ou submetido a forças do acaso ou das divindades, da boa ou má sorte.

3. Concepções de Trabalho e Saúde-Doença

A associação entre trabalho e doença provocou ambigüidades discursivas e dividiu os carregadores entrevistados. Alguns negam que o trabalho ali desenvolvido possa causar doenças e o consideram como fonte de saúde, não apenas porque garante a sobrevivência, como também porque a sua execução envolve o exercício corporal e intensa transpiração, o que pode expelir os excessos e males. Ao nível das representações a associação entre trabalho e doença é admitida mais como “descuidos”, “facilitações” provocadas pelos próprios indivíduos, tornando-se eles culpados pelo manejo inadequado dos instrumentos de trabalho. Tendem ainda a relacionar a causa de alguns males que lhes acometem o corpo às próprias condições rudimentares dos seus instrumentos de trabalho:

“O trabalho, não. Talvez esses carrinhos. Esses carrinhos é que machucam. O dia inteiro puxando esses carrinhos; empurra em cima, puxa prá baixo, já machuca aqui (região lombar). A maioria dos carregadores usam um cinto aqui, uma borracha que aperta aqui (cintura e quadril) prá não machucar essas partes aqui ... das costas”. (entrevista nº18)

Entre aqueles que admitem a associação trabalho e doença, fazem-na referindo-se às alterações de temperatura, à presença de produtos químicos e aos efeitos das condições de trabalho, isto é, ao intenso uso do corpo (peso, ritmo e postura), que os expõem a um

grande desgaste, podendo lhes causar muitos prejuízos corporais. Nesses casos, lembram que muitos já foram acometidos por vários males: hérnias, prejuízos na coluna, deslocamentos nos feixes nervosos e musculares. Além disso, não deixam de refletir sobre os prejuízos futuros que o trabalho intenso e desgastante pode infligir ao corpo:

“Com o tempo ... o primeiro ano não dá, o segundo não dá, mas vai desgastando, desgastando. Chega uma época ... dez anos trabalhando num serviço daquele vai desgastando e quando você vai ver, menos espera, deu um desgaste na coluna, no nervo”. (entrevista nº22)

Como o trabalhador autônomo depende de si próprio para obter a renda que garante sua sobrevivência e a dos seus, seus problemas de saúde podem ser negados ou relegados a segundo plano:

“Eu estou com uma hérnia. Eu acho que é por causa da força. Eu preciso operar da hérnia e prá mim ser operado eu tenho que ficar de três a quatro meses parado. Do jeito que está, quando eu voltar, eu estarei no olho da rua e eu não arrumarei outro serviço”. (entrevista nº9)

Ao se referirem aos outros, todos os entrevistados afirmaram conhecer alguém que adoeceu por causa daquele tipo de atividade, sendo que, segundo eles, a coluna e problemas cardíacos foram os motivos que levaram ao afastamento temporário ou definitivo de muitos carregadores. Foi muito comum, nesta situação, a associação entre “trabalho pesado” e problemas cardiovasculares, os quais são atribuídos ao excesso de dispêndio de esforço físico que pode causar a “dilatação das veias por dentro do organismo, que tem comunicação com o coração” e, conseqüentemente, o carregador pode sofrer um enfarte ou um derrame:

“Fazendo esse serviço, eu conheci três que morreram. Um puxando o carrinho, subindo a rampa, caiu, morreu. O outro estava descarregando caminhão na plataforma. Saiu da plataforma, caiu, morreu assim, na hora. Caiu dentro do caminhão, deu que nem um enfarte, morreu. E o outro estava puxando carrinho, sentiu que nem um estouro no peito. Aí, ele foi para o INPS, na cidade. Foi lá, fez a consulta, isso e aquilo; o médico dispensou. Quando ele chegou no ponto do ônibus, ele caiu e morreu, Três, todos no mesmo serviço porque o nosso serviço é muito pesado”. (entrevista nº7)

Estudos realizados pelos técnicos contratados pela Prefeitura Municipal de Campinas e que prestam serviço na CEASA, apontam situações de riscos²⁸ inerentes àquele tipo de trabalho, cujos fatores são relacionados à capacidade de trabalho e suas limitações (devido ao peso que carregam); aos efeitos de produtos químicos utilizados nas câmaras para acelerar o amadurecimento de algumas frutas e também dos agrotóxicos presente nos produtos que são manuseados por esses trabalhadores; à presença de animais peçonhentos como escorpiões e cobras e, também, de ratos, pombas e baratas. Outros fatores de riscos de acidentes que preocupam esses técnicos são: a existência e a devida manutenção de rede elétrica de alta voltagem e o número elevado de veículos auto motores que circulam no espaço da CEASA.

Para os carregadores nas situações que podem causar danos estão incluídas tanto as relacionadas à capacidade de trabalho e suas limitações quanto algumas condições de trabalho que cercam a carga e descarga de mercadorias:

²⁸ Segundo os técnicos, em inspeção realizada em 1979, a CEASA recebeu a classificação de risco 3 com base nas normas do Manual de Legislação da Segurança e Medicina do Trabalho – Portaria nº3214, de 08/06/1978, Lei nº6514, de 22/12/1977.

“A caixa, ela é um pouco complicada porque, geralmente, elas solta aquelas tariscas de madeira, onde você fura. O carrinho, quando você está carregando, você tem que está bem ... ficar bem atento prá ele não topar, qualquer pedra, uma madeirinha pequena que seja, se o pneu dele bater ali ... ele não é assim, de passar por cima, ele emperra e, se a gente não estiver bem esperto, a gente pode tombar o carro”. (entrevista nº23).

Não deixam também, de atribuir ao próprio trabalhador a culpabilidade, seja pelos acidentes devido a “falta de atenção”, “descuidos”, seja ainda pelo “exagero de alguns carregadores que querem economizar tempo e sobrecarregam as cargas”.

Para Costa, M. R. (1981:31), que pesquisou a problemática do acidente de trabalho entre operários industriais residentes na cidade de São Paulo, esses acidentes estão ligados às relações de produção, sendo que seu pressuposto básico é a extração da mais-valia e refletem um dos ângulos da forma de exploração da força de trabalho. Os acidentes de trabalho estudados por essa autora estavam sempre ligados às más condições de trabalho, ausência de equipamentos para sua execução, horas excessivas de trabalho (horas extras), salários baixos, esquemas autoritários e hierárquicos, imposição para o aumento de produtividade e intensidade do trabalho.

Além dessas categorias de doenças relacionadas ao domínio físico, foram feitos rápidos comentários sobre as de domínio relacional, expressas através da categoria “nervosismo”, a qual abarca, entre as classes trabalhadoras, vários domínios. Os informantes atribuem o nervosismo à “falta de educação” e “incompreensão” dos companheiros, embora nos depoimentos seja possível observar que a causa do “nervosismo” também se associa às próprias características das relações e condições de trabalho, sobre as quais parecem não ter controle e nem solução:

“Na hora que você está carregando ali, trabalhando, está com o sangue quente. O cara fica nervoso, agita. Qualquer coisinha você xinga, você ... quebra- pau, só discussão, um bate-boca rápido, depois passa. Cada um quer ter razão. Muitos que batem-boca, depois, na hora que esfria o sangue pedem desculpas e tudo bem”. (entrevista nº8)

A partir das descrições de causas e sintomas do nervosismo elaboradas pela população estudada por Costa, A. M. (1980:129-137), os seus componentes etiológicos são basicamente de duas ordens: sociais e orgânicas. A autora relaciona a primeira às situações específicas de classe que no seu conjunto conformam o quadro das inúmeras privações a que estão sujeitos (baixos salários, dívidas, instabilidade ocupacional, desemprego). As orgânicas estão relacionadas às “circunstâncias em que os elementos funcionais da cabeça – que cobrem as áreas emocional e racional, estão sujeitos a um desequilíbrio, na medida em que a cabeça (cérebro), parte concebida como *fria e sem sangue*, é contaminada pelo sangue, elemento quente”. Desta forma, tanto a intensidade, o ritmo de trabalho, as relações tensas durante o exercício da atividade quanto as aflições do dia-a-dia podem afetar o equilíbrio entre o corpo e a cabeça (cérebro, mente, juízo e alma):

“Se você não vir bem de casa, você, aqui, passa nervoso, você tem que vir bem, de alma aberta, de alma bem tranqüila, sossegado, então você trabalha um dia, nossa! uma maravilha. Acordou de pé esquerdo, aí já complica porque o mercado não ajuda”. (entrevista nº23)

As explicações dadas por vários informantes com relação a tensão presente no ambiente de trabalho vai de encontro a algumas observações contidas no inestimável trabalho de Duarte (1986) sobre a visão de mundo de segmentos da classe trabalhadora a partir da discussão da “doença dos nervos”, a qual comporta vários planos (físico, relacional, moral).

Nela o “*nervoso*” é o modo ou código em que se enumera fundamentalmente as “perturbações” físico-morais sofridas pelos membros desses grupos sociais”, num plano mais geral. Este código se expressa sob dois modos diferenciados: “estar nervoso” e “ser nervoso”. “Estar nervoso” expressa um estado de “perturbação” mais leve ou passageiro e é atribuído a uma causalidade externa. “Ser nervoso” qualifica um estado mais intenso e permanente, cuja ênfase recai no modo e qualidade “interior” da “perturbação”. Contrapondo-se ao “nervoso”, o autor elenca uma série de categorias como: calma, saúde, disposição e paz. A ocorrência desta última “tanto pode estar associada à expressão de um aspecto da visão de mundo totalizante, quanto pode expressar muito localizadamente a oposição desejada aos estados de *perturbação*”. Ainda, de acordo com o autor, “a paz, no seu sentido mais cotidiano está relacionada à representação fortemente valorada sobre o sono. Embora a idéia utilitária do “repouso” esteja subjacente ao valor do *sono*, ela não o esgota, acentuando apenas um de seus ângulos de significação. A melhor ou pior consecução do ciclo do *sono* serve como um dos códigos fundamentais para a avaliação do desempenho físico-moral da pessoa”.

É importante destacar que a análise de Duarte confere às classes trabalhadoras uma visão holística, oposta à ideologia individualista a qual servem as categorias psicológicas e psiquiátricas dos saberes eruditos, havendo, portanto especificidades culturais do “nervoso” entre as classes trabalhadoras.

4. Concepções de Prevenção e Manutenção da Saúde

As concepções referentes à manutenção da saúde e à prevenção das doenças revelam a “mesclagem” entre o pensamento científico e o senso comum e expressam alguns comportamentos desses trabalhadores:

“Não beber, não fumar ... que prejudica muito a saúde. Às vezes, não estou acusando a dos outros, eu tento evitar coisa gordurosa, por causa do meu problema de pressão ... a bebida, isso aí tudo me prejudica. Então, eu sei que me prejudica, eu tenho que cair setenta por cento”. (entrevista nº20)

A manutenção da saúde e a prevenção de doenças também dependem de evitar certos vícios, como o fumo e a bebida como vimos nos depoimentos. Estas idéias, de acordo com Canesqui (1990:77), divulgadas pela medicina e por certas religiões são incorporadas na prática como “normas ideais de vida regrada e equilibrada que dizem respeito duplamente à preservação do corpo e da própria moral”. Para os entrevistados, adeptos de uma crença religiosa, conceitos científicos e religiosos complementam-se:

“Eu peço proteção do Senhor, porque Cristo é a nossa saúde. E eu estou me prevenindo de toda doença. A prevenção da doença é buscar o senhor Jesus, é crer no senhor Jesus. Se você tem essa consciência de que Deus nos livra de todo mal, ele livra dos acidentes, de qualquer coisa. Você pode ter certeza que vai ser coberto pelo sangue dele, você está livre de toda doença. Quer ver outra coisa!? Prevenir doença é você não beber, você não fumar e você não passar noitada sem motivo, sem dormir, perder muito sono, se alimentar mal. Se você se alimentar mal, você está sujeito a uma doença”. (entrevista nº6)

As atividades que cabem aos carregadores autônomos exigem um consumo físico e energético muito grande, o que faz com que a maioria deles valorize a alimentação e o sono, por entender que são repositórios de energia e reconstituem a sua capacidade produtiva. Ao mesmo tempo que “fazem bem à saúde”, permitem também recuperar as energias gastas durante o cumprimento de suas tarefas. E nisso a grande maioria dos depoimentos revela a importância da alimentação adequada (observância na seleção dos alimentos) e da importância da apropriação e acesso aos alimentos na garantia da capacidade de trabalho e no preenchimento de necessidades fisiológicas vitais do corpo:

“Eu chego em casa, eu deito ... até quatro horas da tarde. Levanto ... normal. Você tem que estar cheio de saúde ... comer bem. Tem que comer bem. Não pode ter dó de gastar. Comer carne, uma coisinha diferente, uma fruta, uma batida; sempre se alimentando bem prá agüentar o serviço. Se eu perco energia, eu chego em casa, eu me alimento bem, eu durmo bem. Daí quatro, cinco horas, eu me recuperei” (entrevista nº5)

“Eu me alimento adequadamente. Nem todo dia a gente pode ter um certo tipo de alimentação, mas a gente vai variando” (entrevista nº2)

Monteiro (1985:95-96), em seu estudo sobre o tema doença e cura no universo umbandista, analisou categorias semelhantes que dimensionavam a importância dada por aquela população de trabalhadores ao restabelecimento da capacidade produtiva. A autora afirma que as imagens que associam a saúde à possibilidade do uso instrumental do corpo, aparece, entre outros elementos característicos, a oposição fraqueza-força. “Para que se possa exigir do corpo a disposição necessária para o esforço que as tarefas cotidianas pressupõe, é preciso garantir a este corpo dois direitos fundamentais: o descanso e a alimentação.

Embora, não tenhamos explorado em profundidade os hábitos alimentares de nossos informantes, nos reportamos ao estudo de Boltanski que afirma que os elementos das classes populares procuram pelos “alimentos tidos como *nutritivos e fortificantes*, que *sustentam, mantêm o corpo, enchem, forram ou revigoram* e cuja absorção, supõe-se que dê vigor e força” (1979:154). Da mesma forma, inúmeros estudos antropológicos sobre os hábitos e ideologias alimentares, analisados por Canesqui (1998:1994) entre segmentos das classes trabalhadoras urbanas, mostram a importância da alimentação na garantia de sua sobrevivência, manutenção e reprodução (física e social), evidenciando, ainda, o quanto a alimentação é presidida por regras sociais moldando as escolhas e os usos alimentares, além dos aspectos simbólicos de que se remete a “comida” e o seu consumo, preparo e comensalidade deixando ela de se restringir apenas à sua dimensão utilitária e instrumental para a própria sobrevivência.

Como vimos anteriormente, os vendedores e compradores da CEASA costumam oferecer aos carregadores produtos alimentares por eles comercializados, integrando-se, portanto certos produtos alimentares nas relações sociais (de troca, prestação de serviços ou de trabalho). Desta maneira, eles garantem algumas frutas, verduras e legumes em suas refeições, o que contribui para a melhoria do padrão alimentar.

A prevenção de certas doenças, para alguns carregadores, pode ser feita através de uma “boa alimentação”, o que significa selecionar alguns alimentos: uns classificados como “saudáveis”, outros os “que fazem mal” à saúde. Nesse sentido são valorizados aqueles alimentos que contêm “vitamina”, especialmente certas frutas e verduras, que podem ser ingeridas naturalmente ou sob a forma de sucos. Mas, também valorizam certos medicamentos detentores de “vitaminas”, por extensão ao próprio código alimentar. Da mesma forma, transparece em alguns depoimentos regras para se evitar certos alimentos (gordurosos) por

indicação médica, mas sem que se possa saber efetivamente se elas se traduzem em práticas comportamentais:

“Eu tomo muito suco de laranja, eu como muita verdura. Eu gosto de comer muito isso aí ... verdura, algo que tenha vitamina C, tipo laranja. Frutas, eu tenho bastante em casa, eu levo. Eu não tenho preguiça de fazer isso. É pro meu bem, o bem do meu filho, prá minha mulher. Procuro não comer muita, assim ... carne muita gordurosa que faz mal pro estômago da gente. Colesterol. Eu acho que evita a doença. Você comer uma verdura, não que seja muita, mas você comendo sempre, diário; você comendo frutas que o médico indica, é saudável”. (entrevista nº3)

“Na parte de alimentação, eu procuro bastante vitamina C”. (entrevista nº11)

“Eu estava tomando Energil C prá não pegar ... prá prevenir nas vitaminas. Tomo Sustagen, também”. (entrevista nº18)

Levando-se em consideração a noção de “choque térmico” nas representações referentes à doença, compreende-se que a vitamina C é considerada pelos carregadores como um medicamento que pode normalizar o equilíbrio orgânico e, portanto, preveni-los de certas doenças.

Ao analisar categorias específicas de medicamento como “fortificantes” e vitaminas, Costa, A. M. (1980:145) utilizando-se dos estudos de Woortman afirma que “o termo *vitamina* parece refletir o empréstimo de uma palavra do vocabulário científico ocidental, ao qual é dado o sentido tradicional de *fortidão*. Num certo sentido *força, sustança*, ou *vitamina* exprimem a mesma idéia e *vitamina* tem pouco a ver com o seu significado *médico-nutricional*. Trata-se da assimilação de um termo a um código alimentar cujos sinais são diversos, a um modelo ideológico cognitivo cujas premissas são outras”.

Embora a exploração do consumo de álcool entre os trabalhadores não tenha feito parte de nosso estudo, foi possível observar que muitos carregadores costumam ingerir bebidas alcóolicas nas lanchonetes próximas aos locais de trabalho. Este hábito talvez possa ser explicado pela teoria que classifica os gêneros alimentícios em quente-frio, em que a bebida alcóolica é considerada quente (Helman, 1994:38). Isto sugere que a ingestão de bebida pode ser avaliada pelos trabalhadores como uma forma de manter o corpo “aquecido” e, conseqüentemente, amenizar as suas penosas tarefas, contribuindo, assim, para sua rápida execução. O álcool pode também, conforme aventa o autor (op. cit.:193), desempenhar funções sociais diversas, o que contribui para definir um sentido de coesão ou isolamento social.

5. Concepções e Usos dos Serviços

Diante de algum problema de saúde, os carregadores autônomos afirmaram que recorrem ao Posto de Saúde instalado nas dependências da CEASA ou ao Hospital das Clínicas - UNICAMP. Entre os assalariados, poucos são os estabelecimentos que mantêm convênios médicos-hospitalares com empresas privadas, o que faz com que a maioria desses carregadores também recorra ao sistema público de saúde.

O estudo do registro de consultas realizadas pelo ambulatório médico da CEASA, durante onze meses (05/97 a 04/98), aponta, dentre as queixas mais freqüentes, as referidas aos problemas de coluna, contusões²⁹ e hipertensão arterial. Este estudo não foi

²⁹ Como contusão entende-se: ferimentos, fraturas, distensões e luxações.

específico para os trabalhadores (carregadores assalariados e autônomos) que estamos estudando, refere-se ao conjunto daqueles que freqüentaram o ambulatório naquele período.

Foram registradas 2.455 consultas nas quais foram notificados 348 casos com hipertensão arterial, 176 com problemas de coluna e 157 devido à contusões. Para corrigir a prevalência ambulatorial utilizamos dados de um trabalho feito pelos profissionais de saúde (coordenado pelo Dr. Heleno R. Corrêa Filho), no qual foram registradas 338 atendimentos a pacientes referindo dor de coluna, hipertensão arterial e diabetes, cujo registro nos leva a 186 pacientes. Assim sendo, o coeficiente de prevalência ambulatorial corrigida aproximada indica que cerca de 1.351 trabalhadores da CEASA recorreram a esse Posto de Saúde, fazendo duas consultas ao ano.

A procura por outros agentes de cura não incluídos neste sistema e o uso da automedicação foi admitida por alguns de nossos entrevistados. A automedicação é feita, principalmente, para combater febre, dores e gripe, concebida como uma doença “normal”, que “a gente pega mesmo”. Neste procedimento são ingeridos, tanto o remédio industrializado quanto o chá caseiro, desta forma, eles procuram manter ao alcance remédios para doenças consideradas não graves:

“Faz tempo que eu não vou ao médico. Eu não gosto. O que é freqüente é uma dorzinha de cabeça, gripe, assim é uma coisinha que você toma um Anador, um Doril, você sara. Não precisa estar correndo atrás de médico”. (entrevista nº8)

“Eu gosto de ter em casa, eu tenho tudo em casa ... é remédios. Eu tenho todos em casa, prá dor de cabeça, prá gripe. Eu faço chá. Eu previno a doença”. (entrevista nº3)

Quando o diagnóstico médico não condiz com as sensações percebidas ou então quando desconfiam dos remédios indicados pelo profissional de saúde, alguns trabalhadores relatam o abandono do tratamento ou a preferência por remédios caseiros:

“Eu tenho uma dorzinha aqui (ombro direito). Diz que pode ser de muito peso. Inclusive, ficou de tomar os remédios, mas eu não tomei nada não”. (entrevista nº13)

“Esses tempos atrás, eu fiquei doente. Fiquei uns três dias, trabalhei mesmo porque eu não gosto de faltar no serviço. Eu estava meio ruim. Fiz exames, mas não deu nada. Prá mim, eu estava doente, só que o médico falou que não era nada. Em casa mesmo, a gente foi fazendo os remédios. Melhorou”. (entrevista nº15)

O distanciamento cultural existente entre médico e paciente, uma vez que o primeiro detém um saber que o segundo ignora, faz com que o relacionamento de ambos seja assimétrico. Boltanski (1979) faz referências a esta relação, assinalando que “o médico, como possuidor da autoridade da ciência e da legitimidade médica, tende a transformar a relação terapêutica em uma simples imposição de autoridade e a não explicar, e inclusive a ocultar a razão de suas perguntas, atos e prescrições”. Este distanciamento pode gerar desconfiança, bem como um afastamento do paciente que não encontra respostas para as suas queixas.

Na investigação feita por Loyola (1984:138-139), se constata que “os remédios que constituem a base das farmácias familiares consistem geralmente em plantas medicinais e em produtos da indústria farmacêutica”, sendo que as plantas são classificadas pela população estudada como *remédios de horta* e *remédios de mato* ou *remédios de erveiras* e “os produtos farmacêuticos consistem basicamente em antitérmicos, analgésicos, xaropes, tônicos, vermífugos, digestivos e antidiarreicos, etc.”

A procura pelo farmacêutico também pode ser uma prática comum:

“Quando eu posso, consulto um médico. Às vezes, não é o meu caso, mas às vezes, a pessoa tem algum sintoma que possa ser curado pelo farmacêutico. Você leva na farmácia, o farmacêutico vai falar - não, você tem que consultar o médico. Ai sim, você vai e consulta um médico”. (entrevista nº2)

A relutância em procurar os serviços de saúde no caso de problemas de saúde pode também estar relacionada às condições sociais que dificultam a procura do médico. Segundo esses trabalhadores os serviços de saúde que lhes cabem apresentam problemas nos trâmites burocráticos da marcação de consulta, a espera e a desconfiança dos serviços públicos. É importante assinalarmos também o quanto é valorizado pelas classes trabalhadoras urbanas, no plano ideológico, o acesso à medicina privada individual e seguros privados, conferindo-lhes distinção no consumo em relação aos serviços públicos. Da mesma forma, julgam que a medicina liberal consegue preencher os requisitos do bom médico, apesar dos seus custos e seletividade econômica (Canesqui, 1992:198). Portanto, acreditam que ao adquirirem os serviços dos médicos no mercado, terão como retorno, automaticamente, uma melhor qualidade de atendimento.

O contraponto dessas avaliações e expectativas relacionadas à medicina liberal é sempre os serviços públicos de saúde, especialmente os ofertados pelos postos de saúde, onde em geral o tempo de espera para o atendimento é maior, sendo mais complexos os trâmites burocráticos para a marcação de consulta, demorado o atendimento e a qualidade do serviço duvidosa aos olhos dos trabalhadores, uma vez que suas demandas parecem centrar-se no atendimento rápido, resolutivo (para as dores corporais) e imediato retorno ao trabalho, porque, dependem para sobreviver e reproduzir-se do intenso uso corporal. A doença ou os

mal estares consistem em impedimentos às atividades cotidianas. Assim, observa-se em alguns depoimentos relutâncias na procura ao médico, diante dos problemas de saúde que os afetam:

“Devia ter médico o dia inteiro. Colocar mais médicos (no Posto de Saúde). Outro dia eu queria, quando eu estava com problema de garganta, a moça falou que eu tinha que marcar. Prá voltar na segunda-feira. Isso é em todo lugar. Tem que marcar porque a fila é grande. Se tivesse mais médico podia ser atendido no mesmo dia. Chegar e ser atendido na hora, sei lá, marcar hora no mesmo dia, um pouco mais tarde. Eu mesmo, acabo desistindo porque tem que esperar, esperar. Você estando doente na sexta-feira, ter que esperar prá ser atendido na segunda-feira. Ah! Até lá eu morri. Esquece. Não vou marcar. Ai me deu um remédio, acabou resolvendo, nem precisei passar pelo médico. Talvez se tivesse mais médico seria mais viável eles atenderem todo mundo. Muitos acabam não indo ao médico porque, sabe como é que é, o cara enrola, fica duas, três horas sentado ali e está esperando. Eu sei que não é só lá, todo lugar que você for é assim. Se é um médico particular, você paga, aí ... é beleza. Convênio, essas coisas, é bem tratado, tem médico toda hora”.
(entrevista nº8)

Os agentes de cura não médicos são, muitas vezes, procurados por razões de eficácia imediata e resolutividade de problemas musculares. Assim, são preferidos os massagistas, detentores de técnicas capazes de extirpar-lhes as dores corporais que comprometem a execução de suas tarefas:

“Eu estava com uma dor ... um mal jeito, do jeito de pegar a caixa. Mas, uma dor mesmo, aí eu falei pro J.. Na hora, deu aquele estalo, dois minutos, acabou a dor. Fui trabalhar normal de novo. E se eu não faço, fica o dia inteiro

doendo. Podia perder dois, três dias, uma semana. Dentro de dois minutos ele tirou. Às vezes, o cara sente, de tanto trabalhar, fazendo força, dói aqui assim (região lombar), muscular. Vai lá, ele tira, pouco tempo ele põe no lugar”.
(entrevista nº5)

Os massagistas agem direta e empiricamente sobre as queixas dos carregadores, uma vez que há consenso com sua clientela de que os problemas físicos com os quais lidam é de conhecimento de ambos. Vale observar que se encontram entre os massagistas alguns permissionários proprietários dos boxes, de origem nipônica, prestando atendimento de massagem aos que os procuram.

Assim como outros estudos que se preocuparam em analisar as representações sobre saúde e doença de trabalhadores envolvidos em atividades que requerem dispêndio de energia corporal, observamos que os efeitos das condições e tipo de trabalho sobre o corpo é um referencial importante para os carregadores elaborarem suas definições sobre este assunto. Porém, não admitem que o trabalho possa prejudicá-los, pelo contrário, só fazem a associação trabalho/doença quando se referem ao outro.

Seria incompreensível se não admitíssemos que a atividade executada, mesmo sendo percebida como prejudicial, é a sua garantia de sobrevivência. Afirmar categoricamente que o trabalho em geral traz prejuízos a sua saúde poderia resultar-lhes em exclusão social e ausência de meios de sobrevivência e de sua própria identidade social e moral, uma vez que as oportunidades de trabalho estão cada vez mais restritas a um contingente de trabalhadores especializados. Neste sentido, os nossos entrevistados resistem em admitir, por um lado que a atividade de carga e descarga de mercadorias pode lhes trazer prejuízos à saúde e, de outro, admitem ser seu trabalho extremamente desgastante ao qual se submetem sem outra opção, mesmo reconhecendo os seus efeitos potenciais ou efetivos de prejuízo à saúde.

CONCLUSÃO

Com base nos argumentos que colocam as representações como forma de pensamentos determinados pelas condições objetivas da realidade, pela vivência, pela cultura, pelas ideologias as quais podem colaborar na busca da compreensão do ser humano, escolhemos pesquisar um grupo de trabalhadores cuja atividade exige intensamente a sua capacidade física.

A CEASA, enquanto estrutura que engloba inúmeros estabelecimentos voltados para a comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, é o espaço encontrado por trabalhadores manuais com pouca ou nenhuma qualificação profissional, baixa escolaridade, que têm como alternativa de sobrevivência a execução de tarefas da carga e descarga de mercadorias, na condição de autônomos ou de assalariados de pequenos postos comerciais.

O entreposto é também o espaço das relações de trabalho que ora despertam a competitividade e conflitos inerentes aos interesses antagônicos existentes entre os diferentes grupos sociais ali presentes, ora também afloram o companheirismo e a solidariedade no enfrentamento das agruras daquele trabalho.

São homens que, além de suportarem o peso das mercadorias transportando-as de um lado para outro no momento em que são distribuídas no mercado, suportam também a carga proveniente das incertezas, das inseguranças do trabalho, do medo de uma degradação ainda maior de suas condições de vida e do próprio corpo, refletindo-se, portanto, nos planos material, subjetivo e moral. Enfim, é o peso da disputa diária pelas oportunidades de trabalho, da tensão de suportar mais um dia de trabalho.

Autônomos e assalariados são dois lados de uma mesma moeda. Embora existam algumas diferenças significativas entre eles no que se refere às relações de trabalho e sua organização, esses trabalhadores estão inseridos num mesmo espaço, e se submetem igualmente ao mesmo tipo de tarefa e de processo de trabalho. Não se diferenciam substantivamente quanto a sua inserção de classe, porém submetem-se a distintas categorias de trabalho: uma autônoma, outra assalariada, manifestando formas de subordinação diferenciadas, ambas no setor de prestação de serviços.

O trabalho, para essas duas categorias de carregadores pesquisados, significa, no plano das representações, a possibilidade de integração social, a garantia do respeito e enobrecimento e, concretamente, permite-lhes sustentar a si próprios e as suas famílias. Vivenciando o trabalho sob condições rudimentares e precárias, os carregadores o definem como “pesado”, “de animal”. “Pesado” porque nele identificam a exigência do dispêndio de enorme esforço físico para realizá-lo e “de animal” porque se vêem apenas como trabalhadores individuais, executando tarefas extenuantes e rotineiras, sem se aperceberem da sua importância enquanto trabalhadores coletivos inseridos num setor econômico importante - a distribuição de alimentos, cuja dimensão social extrapola os muros daquele entreposto. É também trabalho “pesado” e “de animal” porque o percebem incluído numa categoria inferior de trabalho oposta aos trabalhos considerados “leves”, “limpos”, mais qualificados e exercidos em melhores condições.

A falta de organização e de união, aliada, por um lado, pelo sentimento de gratidão que muitos assalariados nutrem pelos seus patrões e, por outro, pelo “individualismo” que caracteriza a figura do autônomo, e ainda, pelas relações de trabalho que diferenciam os carregadores entre si na intensa concorrência e disputa pelas oportunidades de trabalho no dia-a-dia, diluem os conflitos fundamentais.

São trabalhadores expostos ao intenso desgaste corporal e aos riscos de acidentes, uma vez que não contam com regulamentações que possam melhorar suas condições de trabalho; as regras existentes não asseguram, nem tão pouco protegem da insegurança do trabalho. São homens que suportam cargas absurdamente pesadas, no entanto são frágeis para pleitear a organização de um espaço físico adequado que possa garantir a circulação das mercadorias, expondo o uso de sua capacidade de trabalho a riscos menores; para reivindicar a normatização de pesos a serem transportados ou para garantir a utilização de alguma tecnologia que alivie suas tarefas sem, no entanto, causar-lhes maior insegurança social com a perda do emprego.

Para esses carregadores, independente do vínculo sob o qual trabalham, que se utilizam do próprio corpo como meio de trabalho e de sobrevivência, nada mais natural que tomem o próprio uso social do corpo como uma referência para refletir sobre o trabalho, a saúde e a doença. As representações associadas à saúde estão associadas à capacidade para trabalhar que não deixa de ser uma visão de mundo dominante na sociedade capitalista, que, por sua vez, assume o estar doente como incapacidade para trabalhar. Como vimos, há outras dimensões associadas à saúde e doença incluindo a religiosa, as associações com o bem-estar (material, subjetivo e moral), assim como em relação às etiologias das doenças, cujas explicações não incluem apenas as condições de trabalho.

Dependendo do seu vigor físico para garantir o sustento de si e dos seus, esses trabalhadores elegem principalmente a alimentação como meio de prevenir as doenças e de manter o seu corpo apto para o trabalho. Os alimentos e também o sono são garantias de reposição das energias consumidas durante a execução das tarefas. Ainda que não descartem o valor de certos medicamentos energéticos à manutenção da saúde, sempre associados ao código alimentar, parecem conferir maior importância às técnicas corporais capazes de

provocar alívios e reparações imediatas aos desgastes e mal estares corporais, do que aos serviços de saúde, cuja acessibilidade torna-se dificultada pelo modo como se organizam. Da mesma forma temem o laudo médico que possa vir a afastá-los do trabalho desgastante, enquanto gerador dos seus problemas de saúde, tornando-os incapazes (temporária ou definitivamente) para o trabalho, legitimando-os como inaptos. É provável também haver outras resistências de natureza cultural ligadas à maneira como os homens lidam com os seus próprios corpos, tendendo a preterir ou a postergar a busca dos serviços de saúde, diante dos males que possam lhes afetar a saúde.

Mesmo identificando o trabalho como “desgastante”, muitos não admitem a associação trabalho/doença e colocam a culpabilidade na negligência dos próprios carregadores. Adoecer ou acidentarse, para eles, é responsabilidade do próprio trabalhador. Outros, embora conscientes do prejuízo que o tipo de atividade possa causar à saúde, não podem renegá-la, uma vez que ela é o alicerce de sua sobrevivência. Admitir os agravos à saúde, como uma consequência do trabalho que exercem, é negar a sua própria condição de trabalhadores e de provedores da família.

Summary

This dissertation has as central theme the analysis of work concrete process of workers in an specific segment, as well as the social representations on the work process involving body, health and illness.

The study selected a mixed economy company of Campinas – S.P., wich is intended to the intermediation of farmer-fruit-horticulture, with special treatment to workers's categories (autonomous and employed) that act in the loading and discharge of those products. The workers are submitted to hard manual work, that involves intense corporal use under quite precarious instrumental and environmental conditions.

It is characterized by a qualitative and exploratory nature study, which used sociological and anthropological references for its analysis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Edit. Unicamp, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa. Edições 70 Ltda, 1977.

BAVA Jr., Augusto. C. **Introdução à Sociologia do Trabalho.** S.P. Editora Ática, 1990.

BOLTANSKI, Luc. **As Classes Sociais e o Corpo.** R.J. Edições Graal Ltda, 1979.

CACCIAMLLI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção.** São Paulo: Universidade de São Paulo, IP, 1983. (Tese, Doutorado em Economia e Administração).

CACCIAMALI, M. C. e PIRES, J. "Instituições Laborais, Emprego e Distribuição de Renda no Brasil". São Paulo em Perspectiva - Fundação SEADE. Vol. 10, nº1, Jan.-Mar., 1996. p. 27-35.

CANESQUI, Ana Maria. "Antropologia e Alimentação". Revista de Saúde Pública. Vol. 20, nº3, 1988. P.207-216.

_____ "A Organização e Realização do Consumo em Saúde em Famílias Trabalhadoras". Campinas: FINEP/DMPS-NEPP (UNICAMP), 1990. (Relatório).

_____ "Consumo e Avaliação dos Serviços". In: SPINOLLA, A. (Org.). **Pesquisa Social em Saúde.** São Paulo, Cortez, 1992.

_____ "Notas sobre a Produção Acadêmica de Antropologia e Saúde na Década de 80". In: ALVES, P. C. MINAYO, M. C. S. (Org.) **Saúde e Doença: um Olhar Antropológico.** 2ª ed. R.J.: Ed. FIOCRUZ, 1998. p.13-32.

- CARPINETI, Luigi. "Il Concetto di Senso Comune in Gramsci". In: FERRI, Franco (cura). **Política e Storia in Gramsci II**. Roma: Editori Riuniti - Istituto Gramsci, 1977. p. 336-342.
- COHN, Amélia e Marsiglia, Regina C. "Processo e Organização do Trabalho". In: ROCHA, L. E. (orgs.). **Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 1994.
- COSTA, Ana M. **Riqueza de Pobre - Um Estudo em Antropologia da Saúde**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980 (Dissertação. Mestrado em Antropologia Social).
- COSTA, M. Regina. **As Vítimas do Capital. Os Acidentados do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1981.
- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Um Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 5^a ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.
- DIAS, Edmundo. "Hegemonia: Racionalidade Que Se Faz História". In: Dias, E. et. all. **O Outro Gramsci**. 2^a ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- DURHAM, Eunice.(a) **A Caminho da Cidade**. 3^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1984
- _____ (b) "Cultura e Ideologia". **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 27, nº1, 1984, p. 71-89.
- FERREIRA, Jaqueline. "O Corpo Sínico". In: Alves & Minayo (orgs.) **Saúde e Doença: um Olhar Antropológico**. R.J. FioCruz, 1994, p.101-112.
- FERREIRA, Marcos A. F. "Notas sobre a Contribuição do Cientista Social ao Campo da Saúde" In: CANESQUI, A.M. (org.). **Dilemas e Desafio das Ciências Sociais na Saúde Coletiva**. S.P./R.J. Hucitec-Abrasco.1995, p.37-51.

- FERREIRA, Sinésio P. "Economia e Custos Sociais". São Paulo em Perspectiva – Fundação SEADE. Vol 10, nº1, Jan./Mar., 1996. p.21-26.
- GORZ, André. "Saindo da Sociedade do Trabalho Assalariado". São Paulo em Perspectiva - Fundação SEADE. Vol. 9, nº3, Jul.-Set., 1995, p.135-144.
- GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. 3ª ed. R.J.. Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. R.J. Edições Graal, 1978.
- HELMAN, Cecil G. **Cultura, Saúde e Doença**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda., 1994.
- KON, Anita. **A Produção Terciária: O Caso Paulista**. São Paulo: Nobel S.A., 1992.
- LAURELL, Asa C. e NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário**. S.P. Editora Hucitec, 1989.
- LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária**. S.P. Editora Página Aberta, 1994.
- LOYOLA, Maria Andrea. **Médicos e Curandeiros. Conflito Social e Saúde**. S.P. Difel, 1984.
- MACHADO, Ana Flávia. **Trabalhador por Conta Própria: Heterogeneidade e Desigualdade de Renda em Regiões Metropolitanas**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993. (Dissertação, Mestrado em Ciências Econômicas).
- MARIN, M. Cristina de Melo. **Emprego e Trabalho por Conta Própria**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980 (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social).

MARX, Karl. **O Capital**. - vol.1 - 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1980.

_____ **O Capital**. Vol.1 Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

MATTOSO, Jorge E.L. "O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados". In: Oliveira, Carlos A. de. (orgs). **O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século**. S.P. Editora Pagina Aberta, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **Homens de Ferro: Estudo sobre os Trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

_____ (a) **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 4ª ed. S.P./R.J. Hucitec-Abrasco, 1996.

_____ (b) "Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social". In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 5ª ed. Petrópolis, R.J. Editora Vozes, 1996.

MONTEIRO, Paula. **Da Doença à Desordem. A Magia na Umbanda**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

NUNES, Everardo D. "Tendências e Perspectivas das Pesquisas em Ciências Sociais na América Latina: uma visão geral". In: NUNES, Everardo D. (org.) **As Ciências Sociais em Saúde na América Latina. Tendências e Perspectivas**. Brasília. OPAS, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. "O Terciário e a Divisão Social do Trabalho". São Paulo: Estudos Cebrap, nº24, jul. 1989. p.139-168

POSSAS, Cristina A. **Saúde e Trabalho: a Crise na Previdência Social**. R.J. Edições Graal Ltda., 1981.

- PRANDI, J. Reginaldo. **O trabalhador por Conta Própria sob o Capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- QUEIROZ, M. Isaura Pereira. "Relatos Oraís: do Dizível ao Indizível". **Ensaio. Ciência e Cultura** 39(3), 1987. p. 272-286.
- SCHRAIBER, Lília B. "Pesquisa Qualitativa em Saúde: Reflexões Metodológicas do Relato Oral e Produção de Narrativas em Estudo sobre a Profissão Médica". **Revista Saúde Pública**, nº29 (1), 1995. p.63-74.
- SINGER, Paul. "Desemprego e Exclusão Social". **São Paulo em Perspectiva - Fundação SEADE**. Vol. 10, nº1, Jan.-Mar., 1996, p.3-12.
- SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: Hucite/FUNCAMP, 1980.
- TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego Informal e Trabalho por Conta Própria: Um Estudo da Diversidade de Manifestação do Problema da Falta de Emprego no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995. 98p. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- VASCONCELLOS, Eliane J. Godoy de. **Trabalhadores Informais: o Sentido da sua Escolha de Trabalho**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 199. (Dissertação, Mestrado Sociologia Política).

Anexo I - Roteiro

1-) Onde você mora?

2-) Qual a sua idade?

3-) Qual a sua escolaridade?

4-) Qual a sua renda?

5-) Qual a renda da família?

6-) Quantas pessoas trabalham na família?

1-) O que você fazia antes de trabalhar na CEASA?

2-) O que você achava daquele trabalho? Por que?

3-) Quanto tempo faz que você trabalha na CEASA?

4-) Como você conseguiu entrar na CEASA?

5-) Por que você foi trabalhar na CEASA?

6-) O que você acha desse trabalho?

7-) Você gostaria de trabalhar em outro lugar?

8-) Como era o trabalho quando você entrou e agora?

9-) No seu dia-a-dia, qual é o seu trabalho?

10-) Como você considera o seu trabalho? Por que?

11-) O que você usa para fazer o seu trabalho? A quem pertence?

12-) Você acha que poderia ser diferente esse instrumento de trabalho?

13-) O que você acha dessa forma de trabalhar?

14-) Todos trabalham do mesmo jeito que você?

15-) Tem algum setor na CEASA em que o trabalho é diferente?

16-) Como você se sente depois de um dia de trabalho? Por que?

17-) Quantas viagens você faz por dia?

18-) Isso é pouco ou é muito?

19-) Quantos quilos você carrega em cada viagem?

20-) O que você acha disso?

21-) O que é trabalho?

22-) O que você acha da situação atual do trabalhador brasileiro?

- 1-) Como é feito a sua renda?
 - 2-) Todos ganham o mesmo valor?
 - 3-) O que você acha dessa forma de ganho?
 - 4-) O que você ganha dá para manter os gastos com sua família?
 - 5-) Quando você recebe?
 - 6-) Quem faz o pagamento?
 - 7-) Que é ele? O que ele faz?
 - 8-) Você tem algum contrato com ele?
 - 9-) Você sabe quais são os tipos de trabalhadores que existe na CEASA?
 - 10-) Tem gente que administra a CEASA?
 - 11-) Tem fiscal? Como é ele? Como ele te trata?
 - 12-) Dos trabalhadores que você citou, quem é o mais importante? Por que?
 - 13) Com quem você se relaciona no seu dia-a-dia?
 - 14-) Como é esse relacionamento?
-
- 1-) Você tem tomado remédio nesses últimos tempos? Quem te indicou?
 - 2-) Você foi ao médico nesses últimos tempos? Por que?
 - 3-) Você tem tido alguma algum problema de saúde nesses últimos tempos? Qual?
 - 4-) Você conhece alguém que ficou doente por causa do trabalho que faz?
 - 5-) Você acha que o seu trabalho pode trazer problemas à sua saúde?
 - 6-) Quando você fica doente, quem você procura?
-
- 1-) O que é doença?
 - 2-) Você faz alguma coisa para não ficar doente?
 - 3-) O que é saúde?
 - 4-) Você faz alguma coisa para manter a sua saúde?

Anexo II - Os entrevistados

Entrevista	Categoria	Idade	Tempo de atividade	Renda em R\$	Escolaridade	Observações
n°01	Desprezada					
n°02	Autônomo	48 anos	11 anos	-----	3°ano - 1° grau	
n°03	Assalariado	25 anos	2 anos	350,00	3°ano - 2° grau	
n°04	Autônomo	59 anos	7 anos	800,00	2°ano - 1° grau	
n°05	Autônomo	34 anos	7 anos	800,00	Analfabeto	
n°06	Autônomo	47 anos	11 anos	500,00	8°ano - 1° grau	
n°07	Autônomo	62 anos	30 anos	300,00	3°ano - 1° grau	
n°08	Autônomo	34 anos	2 anos	1.000,00	7°ano - 1° grau	
n°09	Autônomo	53 anos	26 anos	500,00	3°ano - 1° grau	
n°10	Autônomo	61 anos	Afastado por motivo de doença			
n°11	Assalariado	25 anos	4 anos	500,00	3°ano - 2° grau	
n°12	Assalariado	27 anos	7 anos	360,00	2°ano - 1° grau	
n°13	Assalariado	35 anos	10 anos	490,00	4°ano - 1° grau	
n°14	Assalariado	28 anos	1 ano	800,00	8°ano - 1° grau	
n°15	Assalariado	33 anos	11 anos	550,00	4°ano - 1° grau	
n°16	Assalariado	59 anos	15 anos	480,00	3°ano - 1° grau	
n°17	Assalariado	51 anos	3 anos	360,00	4°ano - 1° grau	
n°18	Assalariado	30 anos	10 anos	900,00	6°ano - 1° grau	
n°19	Autônomo	33 anos	12 anos	250,00	7°ano - 1° grau	
n°20	Autônomo	45 anos	12 anos	350,00	4°ano - 1° grau	
n°21	Autônomo	36 anos	10 anos	400,00	4°ano - 1° grau	
n°22	Autônomo	44 anos	20 anos	800,00	5°ano - 1° grau	
n°23	Assalariado	28 anos	2 anos	650,00	5°ano - 1° grau	
n°24	Assalariado	19 anos	3 anos	500,00	4°ano - 1° grau	
n°25	Assalariado	17 anos	1 ano	450,00	7°ano - 1° grau	